

Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

Maria de Fátima Pereira da Rocha

**JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA
REALIDADE NA ILHA VERDE**

Maria de Fátima Pereira da Rocha **JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REALIDADE NA ILHA VERDE**

UMinho|2009

Setembro de 2009



Universidade do Minho

Instituto de Estudos da Criança

Maria de Fátima Pereira da Rocha

JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REALIDADE NA ILHA VERDE

Mestrados em Estudos da Criança
Área de Especialização em: Associativismo e
Animação Sócio-Cultural

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Natália Fernandes

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REALIDADE NA ILHA VERDE

RESUMO: O presente estudo pretendeu abordar as problemáticas das crianças em situação de rua num contexto insular e caracterizar o projecto de intervenção da valência de Animação de Rua do Instituto de Apoio à Criança – Açores.

Dia após dia, as ruas da cidade de Ponta Delgada, S. Miguel – Açores, são frequentadas por jovens adolescentes, que abandonaram a escola ou se sentem desmotivados, sem interesse em frequentá-la e que ingressaram em quadros de delinquência, droga e prostituição.

Todavia, estes não são os chamados "meninos em situação de rua", uma vez que a maioria deles vivem com as suas famílias biológicas. Procuram neste espaço, tudo o que a infância perdida lhes “roubou”: família, afecto, respeito, aventura... porque a rua é para eles um contexto onde mandam, desmandam e cujas regras são definidas por eles.

Numa dissertação em que os jovens em situação de rua são os personagens principais, que motivam todo o trabalho dos técnicos, pretendeu-se entrar no seu mundo, seguir o trilho das suas mil andanças e das suas histórias de vida e recuperar as suas vozes, bem como as dos técnicos, para caracterizar estes modos de vida.

Através de entrevistas semi-estruturadas, com jovens em situação de rua, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 18 anos, foi possível perceber os motivos que levaram os jovens em situação de rua a escolherem este local como opção de vida bem como a relação que mantêm com o mesmo e as suas famílias.

Por outro lado, ao recolher o testemunho dos técnicos da valência de Animação de rua permitiu-nos perceber o dia-a-dia dos técnicos bem como as dinâmicas e estratégias de intervenção que estes adoptam no sentido de cativar o seu público-alvo. Por último, mas não menos relevante, pretendeu-se compreender de que modo é que estes jovens em situação de rua vêem o trabalho desenvolvido pelos técnicos da valência.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, Juventude, Crianças em Risco, jovens DE / NA e EM SITUAÇÃO de rua, Família, Escola, Problemas sociais.

YOUNG IN THE STREETS: A REALITY IN GREEN ISLAND

SUMMARY: This study sought to address the problems of children in the streets in an insular context and characterize the project's intervention valence of Street Performances of the Institute of Child Support - Azores.

Day after day, the streets of Ponta Delgada, S. Miguel - Azores, are frequented by young teenagers who dropped out of school or feel unmotivated, uninterested in attending school and entered the scenes of crime, drugs and prostitution.

However, these are not the so-called "youth on the street," since most of them are living with their biological families. They seek on the streets all that was 'robbed' from their childhood: family, affection, respect and adventure ... because the street is a place where they are able to be in charge and rule by laws which are defined by them.

In a thesis in which young people in the streets are the main characters, which motivate all of the technicians work, we intended to enter their world, following their trail and their life stories and recover their voices, as well as the technicians, to characterize this way of living.

Through semi-structured interviews with the young people living on the streets, of both sexes, aged between 14 and 18 years, it was possible to understand the reasons why young people in the streets choose this location and this lifestyle, as well as, the relationship they have with it and their families.

On the other hand, in taking the testimony of the technicians of the valence of Street Performances, it allowed us to understand the day-to-day of the technicians, as well as the dynamics and intervention strategies they adopted in order to captivate their audience. Last but not least, we sought to understand how these young people in the streets see the work developed by the technicians valence.

KEYWORDS: Children, Youth, Children at Risk, young DE / NA and in street situation, Family, School, Social problems.

JEUNES EN SITUATION DE LA RUE: UNE REALITE DANS L'ILE VERTE

Résumé: Cette étude a aussi bien tenté d'aborder les problématiques autour des "enfants en situation de la rue" dans un contexte insulaire qui caractérise le projet d'intervention "équipe d'intervention spécialisée" d'animation de la rue de l'institut de soutien à l'enfant – Açores.

Jour après jour, les rues de Ponta Delgada S Miguel Açores sont fréquentées par des adolescents en rupture sociale. Ils ont arrêté leurs études, ils se sentent démotivés ou bien ne retrouvent aucun intérêt à se rendre à l'école, ou encore ils ont entré dans l'engrenage de la drogue, de la délinquance ou de la prostitution.

Quoiqu'il en soit il ne s'agit pas de là des "enfants en situation de la rue" puisque ces derniers vivent encore et pour la plupart d'entre eux, avec leur famille biologique. C'est dans cet espace d'entre eux qu'ils recherchent ce qu'ils n'ont pas eu durant leur enfance: sentiment d'appartenance à une famille, des affects, du respect, de l'aventure. Leur enfance leur a été en quelque sorte volée. Dans la rue, ils ont leur univers où ils décident des règles en tenant les rennes ou en les changeant à leur guise.

C'est sous la forme d'une dissertation où les jeunes en rupture sociale apparaissent comme des personnages principaux que nous avons choisis pour représenter au mieux leur univers, en suivant leur périple, en partageant leur histoires, leur vécu à travers le récit de leur vie.

C'est donc par ce biais là que nous avons tenté de nous imprégner au plus près de leur réalité afin de caractériser leurs modes de vie.

Tout ceci motive l'équipe éducative à poursuivre leur travail auprès de ces jeunes.

Nous avons repéré ce qui peut pousser les jeunes en rupture sociale à choisir ce mode de vie tout en maintenant les liens avec leur famille. C'est à travers des entretiens semi-ouverts auprès des jeunes de la rue, des deux sexes, âgés entre 14 et 18 ans, que cela fut possible.

De plus, nous avons pu recueillir des témoignages de l'équipe éducative ce qui nous a permis de percevoir leur quotidien à travers les dynamiques employées et des stratégies utilisées afin de les attirer vers un autre chemin.

Enfin, nous avons également tenté de comprendre comment ces jeunes perçoivent le travail élaboré par l'équipe d'animation de la rue.

MOTS CLES: enfants, jeunes, enfants à risque, les jeunes DE / EN et en situation de rue, de la famille, l'école, les problèmes sociaux.

Aquelas crianças, deviam estar a brincar.

*Mas, estão a trabalhar nas fábricas, respiram
poeiras envenenadas e manejam máquinas onde,
perdem as mãos.*

Perdem a vida.

Aquelas crianças deviam estar a aprender.

*Mas estão a carregar sacos, a partir pedra ao sol
e à chuva.*

Aquelas crianças deviam estar a ser felizes.

*Mas vivem expostas à doença, à ignorância,
à tristeza de um infância que lhe roubaram.*

*São muitas. Aqui à nossa beira. São a vergonha do
nosso tempo.*

Não podemos ficar indiferentes.

Alice Vieira (escritora)

Agradecimentos

OBRIGADA...

Aos meus pais, a quem devo tudo, inclusive o privilégio de ter uma linda família...

Aos meus irmãos pelo carinho e total apoio que sempre manifestaram...

Aos amigos pelo tempo que abdiquei da vossa companhia e vos troquei pelos livros e pelo computador...

À Dra. Natália Fernandes, orientadora da investigação, pela paciência, orientação e voto de confiança que me deu...

À ilha verde (S. Miguel) que me proporcionou momentos inesquecíveis de prazer, alegria e convivência...

Ao Instituto de Apoio à Criança – Açores por ter possibilitado a realização do estudo e tudo o que a ele estava inerente...

À Dra. Cinelândia Congumbreiro (Presidente do IAC – Açores) pela simpatia e atenção com que me recebeu desde o primeiro minuto...

À Dra. Helena Benjamim (responsável pela valência de Animação de Rua) pelo total apoio e disponibilidade que manifestou...

A todos os técnicos de Animação de Rua, indiscriminadamente, pela simpatia e camaradagem com que me receberam, pelo exemplo a seguir e por me terem proporcionado momentos inesquecíveis...

Aos jovens em situação de rua por me terem permitido entrar no “mundo” deles e pelas experiências partilhadas...

Ao Jony e à Nocas pelos momentos que partilhamos e por terem atenuado as saudades de casa...

À amiga açoriana Rita Bonança, que esteve comigo em todos os momentos e fez com que esse ano, embora longe de tudo e de todos, fosse inolvidável...

À amiga Paula Leal pela amizade e pela total compreensão dos momentos em que não estive tão presente na escola...

À amiga Maria Afonso pela ajuda que, mesmo longe, sempre esteve tão presente...

À amiga Lurdes Oliveira pela energia, compreensão e incondicional presença...

Às *minhas* crianças do Jardim de Infância da Quinta da Lage pelos momentos de alegria e pelos dias em que não tive “aquela” paciência para convosco...

A todos os que, longe ou perto, me deram força e alento para prosseguir e tornaram este sonho possível...

INDÍCE

1 - INTRODUÇÃO.....	12
2.1 - Pensar a criança ontem, hoje e sempre...	15
2.2 – A protecção das crianças ao longo dos tempos.....	22
2.3 - Protecção da Infância em Portugal	27
3 - A CRIANÇA EM RISCO	30
3.1 - A criança em risco.....	30
3.2 - Factores de Risco e Factores Protectores na Intervenção com Crianças e Jovens em Risco	33
3.2.1. Pobreza e exclusão social	33
3.2.2. Desorganização familiar	35
3.2.3. Dimensões individuais	37
3.3 – O conceito de crianças e jovens em perigo	39
3.3.1. Maus-tratos infantis: Definição e tipologia	40
3.3.2. Possíveis consequências dos maus-tratos infantis	43
3.4 - A delinquência Infanto/Juvenil.....	43
4 – AS CRIANÇAS DE RUA.....	46
4.1 - Contextualização histórica	46
4.2 - A Rua e as Crianças	47
4.3 – Perspectiva comparada da investigação sobre a situação das crianças de rua	51
4.3.1 - Em Portugal.....	51
4.3.2 – No Brasil.....	53
4.3.3 – Em Moçambique.....	56
4.3.4 – Em Angola	56
4.4 - Crianças de rua: Que direitos?.....	59
5 - A FAMÍLIA E A ESCOLA.....	64
5.1 - A família.....	64

5.1.1 - Conceito de Família	64
5.1.2 - A Família e as Crianças em situação de rua.....	66
5.2 - A Família e a Escola.....	70
6.1 - Introdução.....	72
6.2 - Contextos da Investigação	72
6.2.1 - Razões da escolha.....	72
6.2.2 - A entrada no terreno.....	73
6.2.3 - Caracterização do Contexto	73
6.3 - Objectivo do estudo.....	75
6.4 - O Método de Investigação	76
6.5 - Caracterização dos Actores	79
A) A Equipa da animação de Rua.....	79
B) Jovens em situação de Rua	79
6.6 - Instrumentos de Recolha de Dados	79
6.6.1 - Observação Participante	81
6.6.2 - Descrições/registos diários.....	84
6.6.3 - Análise Documental.....	85
6.6.4 - Entrevista semi-estruturada.....	86
6.7 - Aspectos Éticos.....	89
6.8 - Tratamento e análise de dados	90
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS	94
7.1 - Problemáticas dos jovens.....	94
7.1.1. Absentismo/abandono Escolar.....	96
7.1.2. Consumo de Estupefacientes	99
7.1.4. Prostituição Juvenil.....	103
7.2 - Pressupostos de Intervenção dos Técnicos de Animação de Rua	105
7.2.1. Relação de confiança.....	105

7.2.2. Atender gostos e interesses	107
7.2.3. Imagem corporal	108
7.2.4. Linguagem	108
7.2.5. Valorização individual.....	109
7.2.6. Postura firme e coerente.....	110
7.3 – Trabalho desenvolvido pelos Técnicos de Animação de Rua	110
7.3.1. Individualizado.....	112
7.3.2. De natureza comunitária	113
7.3.3. De parceria institucional.....	115
7.4.1. Actividades lúdico-pedagógicas.....	117
7.4.2. Visitas domiciliárias	118
7.4.3. Intervenção selectiva.....	119
7.4.4. Dinâmicas de grupo	120
7.4.5. Acções de sensibilização.....	122
7.5.1. A opinião dos jovens.....	124
7.5.2. A opinião dos técnicos.....	125
7.6 – Relação dos Jovens em Situação de Rua com a Família	129
7.7 – Relação dos Jovens em Situação de Rua com os Técnicos da Valência	132
7.7.1 Opinião dos jovens	132
7.7.2. Opinião dos técnicos.....	132
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141

INDICE DOS ANEXOS

Anexo A - Protocolo de Colaboração com o Instituto de Apoio à Criança - Açores

Anexo B - Aconselhamento Informado

Anexo C - Diário de Bordo

Anexo D - Plano Anual de Actividades 2008 da Valência de Animação de Rua

Anexo E - Guião de Entrevista aos Técnicos de Animação de Rua

Anexo F - Guião de Entrevista aos Jovens em Situação de Rua

Anexo G - Grelha das problemáticas sociais

Anexo H - Grelha de Planificações Diárias

Anexo I - Grelha de Planificações Semanais

Anexo J - Ficha de Avaliação de Desempenho dos Técnicos pela Responsável da Valência

Anexo K - Ficha de Auto-avaliação dos Técnicos de Animação de Rua

Anexo L - Grelha de Registo dos Giros

Anexo M - Grelha de Registo das Reuniões de Parceria

1 - INTRODUÇÃO

Já muito se tem dito e escrito acerca das problemáticas que estão associadas à infância e juventude. Estas etapas da vida do indivíduo exigem respostas particulares para dar conta da complexidade de que se reveste a intervenção social com crianças e jovens em situação de risco.

Uma das faces desta complexidade é assumida pelo fenómeno social das crianças em situação de rua, que se tem vindo a assumir como uma realidade com visibilidade crescente no contexto português.

Segundo Pinto (2001: 19-20) *“as crianças de rua constituem uma preocupação crescente, dada a acumulação de factores negativos que rasgam a sua rede social de apoio, dificultando de forma considerável a sua socialização. Para além do estigma da pobreza que carregam, muitas destas crianças e adolescentes confrontam-se com a acusação frequentemente infundada de viverem à custa da delinquência, o que os tem tornado alvos fáceis para os instrumentos de repressão pública e privada.”*.

No presente estudo interessa abordar a problemática dos jovens em situação de rua num contexto insular, bem como os pressupostos do trabalho dos técnicos da valência de Animação de Rua do Instituto de Apoio à Criança – Açores. Importa, também, caracterizar o dia-a-dia dos técnicos, analisar as dinâmicas e estratégias de intervenção que eles adoptam no sentido de cativar o seu público-alvo, os motivos que levaram as crianças e jovens em situação de rua a escolherem este local como opção de vida, bem como a relação que mantêm com as suas famílias. Até porque, e segundo Gahagan, (1976), o comportamento dos indivíduos é influenciado não só por realidades presentes no meio mas também por aspectos provenientes de um passado. Por último, mas não menos relevante, pretende-se perceber de que modo é que os jovens em situação de rua vêem o trabalho desenvolvido pelos técnicos de Animação de Rua e como agem dentro das dinâmicas desencadeadas pela Equipa de Animação de Rua.

Para compreender esta temática procurou-se reunir abordagens teóricas que permitissem construir um olhar mais atento sobre esta problemática. Para tal, o nosso trabalho apresenta algumas discussões teóricas que nos parecem importantes, nomeadamente a

discussão acerca da forma como tem vindo a ser entendido o conceito de crianças em risco em geral; as crianças de rua e sua contextualização em Portugal e no mundo serão outros dos pontos pertinentes para a investigação, bem como a contextualização da infância desde os antepassados até aos nossos dias. Importa também abordar o enquadramento legal de protecção à infância bem como as medidas que foram tomadas ao longo dos tempos para proteger as crianças.

Para este estudo, teve-se em conta a realidade açoriana, concretamente na cidade de Ponta Delgada, na qual é possível encontrar jovens em situação de rua.

Tendo em conta esta existência procurou-se também analisar o papel que a família e a escola representam no surgimento desta problemática, quer isoladamente quer em parceria. De facto, a família não é o único contexto em que a criança tem oportunidades para desenvolver experiências e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento. A escola também tem a sua parcela de contributo no desenvolvimento das crianças, mais especificamente na obtenção do saber culturalmente organizado nas suas diversas áreas de conhecimento.

Todavia, nem sempre o meio familiar e a escola conseguem dar o apoio, a educação e as respostas que tanto procuram. Estes jovens, oriundos de classes populares em situação de pobreza, são, na sua maioria, vítimas de exclusão social.

Segundo Sarmiento (2002) este tipo de família tem perdido progressivamente o papel de “instância primeira de socialização” sendo que actualmente os agentes socializadores são muito diversificados e a socialização entre pares assume uma grande relevância.

Esta constatação originou um enorme interesse em investigar o papel que as instituições de apoio à infância desenvolvem no sentido de intervir em situações de marginalidade e exclusão social de crianças e jovens em risco e de colmatar e combater este fenómeno. Assim, surgiu o objecto de estudo – Instituto de Apoio à Criança – Açores, mais concretamente, a Valência Animação de Rua cujo objectivo central é, sempre, o de **Reintegrar** esta população específica menos favorecida – crianças de/ na e em situação de rua – bem como **Prevenir** o aparecimento de novas situações.

Assim sendo, optou-se pelo método de estudo de caso uma vez que se pretendia investigar como esta valência percepciona as *crianças e jovens em situação de rua* e em

que sentido desenvolve o seu trabalho e como estes encaram esta resposta social e a sua condição de jovens em situação de rua. Para tal, recorreu-se ao método de observação participante para melhor compreender as dinâmicas e estratégias de intervenção que os técnicos de animação de Rua desenvolvem com estes jovens. Para dar resposta a este objectivo, a investigadora “*envolveu-se na situação a observar, e sistematicamente, observou dimensões dessa situação, como interacções, relações, acções, acontecimentos, etc...*” (Mason, 2006: 60) compilando tudo num *Diário de Bordo*.

Os resultados desta investigação nunca seriam fiáveis se não tivesse havido um persistente contacto pessoal com os jovens e seus mundos, pela vivência *in loco* do(s) espaço(s) e do(s) tempo(s) onde os mesmos se movimentavam. Foi extremamente importante o conhecimento do seu passado, do presente e das suas ambições e sonhos...

Muito para além dos registos ficam as inesquecíveis experiências e vivências...

2 - A INFÂNCIA

2.1 - Pensar a criança ontem, hoje e sempre...

Para se perceber o carácter histórico da construção do conceito de infância convém reportar-nos à Idade Média e início da Moderna. Ariés (1981) a propósito, sustenta a invisibilidade da infância, isto é, a ausência de um “sentimento de infância” antes da modernidade.

Tendo em conta os trabalhos de Ariés (1981), percebemos que os conceitos e percepções da infância e da juventude estão marcados histórica e socialmente, ou seja, estas noções têm-se alterado no tempo, variando de uma cultura para outra.

A este propósito Sarmiento (2006) sustenta que o trabalho de Ariés permitiu dar resposta a questões como: que concepções, que imagens, que prescrições, que práticas sociais foram historicamente produzidas sobre/com as crianças? De que maneira a emergência ou as mudanças na concepção de infância alteram as condições sociais de existência na sociedade? Também Corsaro (1997) destaca que Ariés teve um papel importante na defesa da ideia de que a infância é uma construção social, havendo a necessidade de ao longo da história se dar relevância às crianças e à sua existência.

Philippe Ariés defende, então, que a infância - considerada como uma fase específica – é uma invenção moderna. O autor sustenta que, na Idade Média, o “sentimento da infância” era desconhecido, já que as crianças não viviam num mundo à parte, separadas dos adultos. Nesta faixa etária as crianças eram adultos “em ponto pequeno”: vestiam-se como eles, participavam nos mesmos trabalhos, festas e nos mesmos jogos. Desde o momento em que as crianças tivessem condições de sobreviver sem os cuidados da mãe ou da ama, entre as idades de 5 e 7 anos, participavam na “grande comunidade dos homens”, partilhando todos os seus hábitos e responsabilidades. Da mesma forma, os adultos não faziam tenções de as pôr à margem das suas conversas, pois consideravam-nas suficientemente adultas para as presenciarem.

Na Idade Média, por exemplo, a criança não era, em nenhum momento, preservada do mundo adulto, ou melhor, não havia nesse período um mundo específico de crianças e adultos.

Partilhando da mesma opinião de Ariés, Rocha chama a atenção para a concepção de infância no período medieval onde

“as crianças foram tratadas como adultos em miniatura: na sua maneira de vestir-se, na participação ativa em reuniões, festas e danças. Os adultos se relacionavam com as crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais. Isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças. (2002: 51)

Até ao século XII, aproximadamente, havia um desconhecimento dessa etapa da vida, pois ela não tinha valor, até mesmo porque a criança, em geral, vivia muito pouco. Vítima de infecções e doenças, morria cedo, não sendo considerada digna de lembrança e não tendo, portanto, nenhum valor do ponto de vista social. Não se pensava em conservar nem mesmo o retrato de alguma que houvesse sobrevivido.

O sentimento de indiferença era muito grande face à infância, razão pela qual muitas sociedades praticavam até mesmo o abandono dos recém-nascidos. Embora não fossem maltratadas, as crianças, especialmente as das classes mais altas, ficavam, geralmente, sob os cuidados maternos até os sete anos, idade na qual iam para as escolas ou passavam a participar nas actividades próprias dos adultos.

A partir do século XIII a infância começou a surgir na arte, especialmente nas pinturas, nas quais a criança figura como anjo ou como personagem bíblica. De modo especial, é recorrente a imagem do menino Jesus. O gosto pelo retrato mostrava que ela começava a sair do anonimato, passando, aos poucos, a ser representada dentro das famílias.

Para Ariés a mudança de mentalidade relativamente à criança foi bastante morosa, começou nas classes burguesas para, de seguida, abranger a nobreza e o povo, passando as crianças a ser vistas com mais especificidade. Ariés (1981:11) defende que *“A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida directamente, através do contacto com eles”*. Para o autor, a escolarização, iniciada, na Europa, no século XVI,

levada a cabo por educadores e padres, católicos e protestantes, fomentou uma mudança na formação moral e espiritual da criança. A Idade Moderna passa a preparar, nas escolas, o futuro adulto. A criança, como potencial motor da História, é vista como o adulto em gestação.

Entre os séculos XIV e XVII, as crianças começaram a fazer parte da vida afectiva dos pais e são criadas instituições com a finalidade de as proteger e educar, havendo a recomendação da moderação da prática dos castigos físicos.

A partir do século XVI, ao contrário do que se verificava na civilização medieval, começa a demarcar-se a diferença entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. Considerando a ausência de sentimento moderno de infância (até aproximadamente ao século XVII), é evidente que estas crianças não eram vistas nem tratadas como um ser em desenvolvimento, com características psicossociais próprias da sua idade. Eram vistas como homens pequenos equiparando a sua vida à vida dos adultos. Por volta dos 7 anos, quando já adquiriam uma certa autonomia de sobrevivência, passavam a dividir com os adultos tarefas, lazer e outras actividades.

Por conseguinte, nos séculos XVII, a ideia de infância que vigorava até então foi alterada. Para impor a disciplina, recorriam a castigos corporais acompanhados de uma permanente vigilância. Segundo Ariès, a partir do século XVII deu-se início a um duradouro processo de enclausuramento das crianças que se estenderia até os nossos dias.

O mérito de Ariès, em que pesem as críticas que lhe possam ser feitas, está em mostrar que mudaram as atitudes e os sentimentos perante as crianças e que tais mudanças acabaram por se incorporar às mentalidades, fazendo emergir um conceito de infância que se consolidou por volta do século XVII e que vai influenciar, a partir do século seguinte mais particularmente, para dar a esta fase da vida humana um destaque até aí jamais alcançado.

Por outro lado, outro historiador, Lloyd de Mause, defende que a história da infância seria apenas um catálogo de barbáries, maus-tratos e horrores.

No século XVII , começamos a aproximar-nos das noções contemporâneas de infância do mundo ocidental. Os pensadores deste período afirmaram com segurança que as crianças eram importantes por si só, em vez de serem simplesmente adultos imperfeitos.

Apesar de Rousseau demonstrar a diferença entre criança e adulto, somente no século passado, os movimentos de valorização dessa etapa da vida, começaram a crescer em diversos países.

Para alguns deles, como Rousseau, as crianças tinham características próprias nessa fase de vida como pensar, sentir e raciocinar. Heywood (2004) mostra essa noção de Rousseau

“A infância tem formas próprias de ver, pensar, sentir,” e, particularmente sua própria forma de raciocínio, “sensível”, “pueril”, diferentemente da razão “intelectual” ou “humana” do adulto. Os muitos jovens não deveriam ter o encargo da distinção entre Bem e Mal. Como inocentes , poderia-se deixar que respondessem à natureza, e nada fariam que não fosse bom, podendo fazer mal, mas não com a intenção de prejudicar”. (2004: 38)

As contribuições de Rousseau (1712-1778) foram importantes, com a defesa da ideia de infância como uma época especial de cada ser humano. Com este filósofo surge a visão de *criança inocente* surgindo, desta forma, teorias de educação cujo objecto central é a criança. Assim sendo, a base da preocupação contemporânea está centrada na infância como um período de inocência, de imaculabilidade, de generosidade e de formosura. (Santana, 2008)

A concepção romântica de infância, que surgiu pela primeira vez durante o final do século XVIII e início do século XIX, trouxe uma mudança subtil na noção de inocência defendida por pensadores anteriores. Contrariamente, os românticos percepcionavam as crianças como “ criaturas de profunda sabedoria, sensibilidade estética mais apurada e uma consciência mais profunda das verdades morais duradouras”. (Heywood, 2004).

Nesta ordem de pensamento, Sarmiento (2007) defende que “*a ideia das crianças como o ‘futuro do mundo’ está frequentemente associada a uma concepção salvífica que entronca numa crença romântica de bondade infantil*” (p. 31).

Ao fazermos uma retrospectiva histórica das concepções de infância, apercebemo-nos, então, que estas sofreram algumas mutações ao longo dos tempos, concordando com Franklin o qual refere que *“A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de género, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância.”* (1995:7)

Neste sentido, Sarmiento e Pinto (1997) defendem que não se pode pensar numa única infância, pois, esta espelha as variações da cultura humana, sendo que numa mesma sociedade existem e são construídas diferentes infâncias.

Também James, Jenks e Prout (1998) corroboram esta ideia ao identificarem dois períodos elementares para compreender a evolução dos entendimentos acerca da infância:

As representações da “criança pré-sociológica” – onde a criança era encarada a partir do contributo da psicanálise, da psicologia do desenvolvimento e da filosofia. Segundo James, Jenks e Prout (1998: 21) *“as imagens da criança pré-sociológica continuam a moldar acções e práticas quotidianas, lado a lado das teorizações sociológicas mais sofisticadas sobre a infância, e é desse fato que decorre a relevância da sua análise”*. As concepções da “criança pré-sociológica” identificadas pelos mesmos autores são: a criança má/demoníaca (*the evil child*), a criança inocente (*the innocent child*), a criança imanente (*the immanent child*); a criança naturalmente desenvolvida (*the naturally developing child*) e a criança inconsciente (*the uncounscious child*). A imagem da criança má/diabólica assenta na concepção de que a criança é um ser naturalmente maléfico que precisa de ser orientado. Daí a defesa de que as crianças precisam de ser educadas para futuramente serem adultos disciplinados e dóceis. Os defensores desta representação da criança pré-sociológica desconhecem a noção de construção social e as representações da “criança sociológica.

Ainda a respeito das concepções da criança pré-sociológica, Sarmiento (2007) sustenta que estas têm uma importância própria na medida em que *“elas correspondem a tipos ideais de simbolização históricas da criança, a partir do início da modernidade ocidental, com expressão conceptual na obra de filósofos ou outros homens do pensamento e da ciência, mas que se disseminaram no quotidiano, foram apropriadas*

pele senso comum e impregnam as relações entre adultos e crianças nos mundos de vidas comuns” (p. 30).

- As representações criança sociológica – onde a imagem da criança é construída tendo por base as contribuições teóricas dos saberes sociais. Segundo James, Jenks & Prout, (1998) existem quatro imagens da criança sociológica: a “*criança socialmente construída*”, a “*criança tribal*”, a “*criança integrante de um grupo minoritário*” e a “*criança socioestrutural*” (p. 4).

Montandon sustenta, que *"De uma maneira geral as crianças são consideradas pela maior parte dos adultos seres familiares: acreditamos conhecê-las porque elas se cruzam no nosso caminho, porque nós somos os pais, ou os profissionais da infância, porque cada vez mais as vemos na televisão, porque nós próprios também fomos crianças"* (1997: 9).

Este saber que consideramos ter das crianças, à luz das nossas próprias práticas, apresenta-se muito redutor, "incompleto e enganoso", "na maioria das vezes baseado em informações lacunares ou ultrapassadas". *Professores, educadores, responsáveis pela ordem pública, todos tomam decisões e desenvolvem políticas e programas que estão ligados às representações da criança, no mínimo muito estereotipadas".* (1997:9)

Kramer partilha também da opinião de que estas sucessivas mutações da imagem de infância sempre ocorreram ao longo dos tempos. Neste sentido, a autora defende que

“A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo directo (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma actuação futura.” (1992: 19)

Assim sendo, e ao fazer-se uma retrospectiva histórica da imagem da infância, apercebemo-nos que, ao longo dos tempos, algumas características perduraram, motivadas sobretudo pela negatividade e rejeição da criança. (Heywood, 2004; Sarmiento 2005, 2006).

Durante a infância, a criança é constantemente entendida e examinada tendo por base aquilo que não tem relativamente ao adulto, na medida em que este “*olhar adultocêntrico sobre a infância regista especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano ‘completo’*” (Sarmiento, 2007: 33). Daí Sarmiento (2007) defender “*a infância como idade do não está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: in-fans – o que não fala.*” (p. 33). Na mesma linha de pensamento, Heywood (2002) corrobora que “*a idade adulta era a etapa fundamental da vida, para qual a infância não passava de uma preparação*” (p. 11).

Sarmiento (2006) defende que “*todos os processos de qualificação da infância por negação constituem, efectivamente, um acto simbólico de expressão de adultocentrismo e a projecção ideológica sobre a infância de concepções ideológicas essencialistas sobre a condição humana*” (p. 94).

Assim sendo, a constante negatividade da infância motiva a sua (in) visibilidade cívica e científica (Sarmiento, 2007). Ao argumentar esta (in) visibilidade pública das crianças, o autor refere-se ao afastamento das crianças e, conseqüente, demarcação do espaço social do mundo do adulto. Desta forma, o exercício pleno dos direitos políticos das crianças está limitado, condicionado e controlado pelos mais velhos.

É, portanto, necessário conhecer as crianças, entendê-las como seres sociais e históricos, oriundas de diversas origens (familiar, racial, económica, social e cultural, de faixa etária, género, etc...), respeitá-las e valorizá-las.

Actualmente será importante considerarmos que

“as crianças são um grupo social com um carácter permanente na sociedade. Têm um espaço e um tempo que, apesar das especificidades culturais, sociais, económicas, configuradoras de complexidades e dissemelhanças significativas entre os seus elementos, marcam uma etapa de vida para qualquer indivíduo, determinam também a organização de qualquer sociedade”. Fernandes (2005:12)

Todavia, e em forma de síntese, podemos afirmar que o olhar sobre a infância não foi sempre o mesmo, bem como os significados e importância que as crianças foram ocupando na sociedade. Ocorreram mudanças quer por determinações culturais quer

estruturais na sociedade levando a que novos contextos e realidades de viver a infância fossem surgindo, que novas respostas e encaminhamentos se fossem organizando.

2.2 – A protecção das crianças ao longo dos tempos

Com a evolução das sociedades o bem-estar da criança deixou de ser uma preocupação única e exclusivamente da família.

O investimento do Estado pela protecção infantil apareceu definitivamente no século XIX. Segundo Pinto (2001: 34) *“devido a uma conjugação de interesses políticos e económicos, a protecção dos menores começou a implementar-se muito lentamente. As famílias começaram a disfarçar as violências físicas devido a uma crescente pressão social”*.

A emergente preocupação e cuidados relativamente à infância aparecem de uma forma definitiva nos finais do século XIX, tendo em conta as mudanças que se verificaram após a Revolução Industrial.

Segundo Lucas (2001: 81)

“ao direito e dever de prover à educação e protecção da criança, reconhecidos pela Constituição e Convenções Internacionais à família, juntou-se a convicção da necessidade e do dever de uma intervenção externa a essa família, por parte da comunidade e, em ultimo caso, do Estado, quando a família se mostre incapaz de assegurar ao menor as condições de segurança, saúde, educação e afecto imprescindíveis ao seu crescimento harmonioso”.

Assim sendo, a primeira referência aos “direitos da criança” datada de 1924, surge na Assembleia da Sociedade das Nações com a adopção de uma resolução endossando a Declaração dos Direitos da Criança promulgada no ano anterior pelo Conselho da União Internacional de Protecção à Infância (Save the Children International Union).

Por conseguinte, a criança começou, nesta altura, a ser declarada muito gradualmente como uma pessoa, como cidadã e, conseqüentemente, provida de direitos. (Pinto, 2001)

Esta Declaração assegura que a criança deve ser protegida independentemente da sua raça, nacionalidade ou crença, deve ser ajudada, respeitando-se a integridade da família e

deve ser colocada em condições de se desenvolver de maneira normal, quer material, quer moral, quer espiritualmente. Nos termos da Declaração, a criança deve ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada; o órfão e o abandonado devem ser recolhidos. Em tempos de adversidades, a criança deve ser a primeira a receber socorro. Devem, também, ser criadas todas as condições para que a criança em momento oportuno possa ganhar a sua vida, devendo ser protegida contra qualquer exploração. No que concerne à sua educação, esta deve ser instruída tendo por base o lema de que as suas melhores qualidades devem ser postas ao serviço do próximo.

Apesar de todas estas evoluções é no pós II Guerra Mundial que se nota o mais significativo impulso à evolução destas questões, nomeadamente a criação de vários organismos de protecção à infância.

Em 1946 é fundado um organismo que irá ter um papel fundamental na defesa dos direitos da criança – foi o designado Fundo das Nações Unidas para a Infância, ou UNICEF – criado com a finalidade de tentar melhorar a vida das crianças e agir no sentido de lhes providenciar serviços de saúde, educação, nutrição e bem-estar. (Fernandes, 2005)

No ano seguinte, em 1948, na sequência da aprovação, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, os países subscritores da mesma estavam implicitamente a expressar a sua inquietação com a protecção dos direitos da criança.

Esta Declaração é o primeiro instrumento internacional que define direitos de carácter civil e político, mas também de natureza económica, social e cultural de que todos os seres humanos (incluindo as crianças) devem beneficiar. O seu artigo 25.º reconhece que *“a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais.”* Refere igualmente que *“todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.”*

Atendendo à natureza da criança e às suas necessidades básicas, sentiu-se a necessidade de definir para a criança um conjunto de direitos adicionais que dessem solução a tais especificidades. (Fernandes, 2005) Assim, a 20 de Novembro de 1959, a Assembleia-

Geral das Nações Unidas aprova a Declaração dos Direitos da Criança, que apesar de não vincular os Estados dá uma significativa projecção à questão da protecção à infância.

De acordo com esta Declaração, a criança deve gozar de protecção especial e beneficiar de oportunidades e facilidades para se desenvolver de maneira sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.

É reconhecido à criança o direito a um nome, a uma nacionalidade e à segurança social. De acordo com a Declaração, a criança tem direito a uma alimentação adequada, a alojamento, a distrações e a cuidados médicos. A criança, física e mentalmente diminuída, ou socialmente desfavorecida, deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que o seu estado ou situação exigem.

Para além de estarem enunciados todos estes direitos acima enunciados, a Declaração reconhece ainda a necessidade de amor e compreensão para o desabrochar harmonioso da personalidade da criança, bem como o dever dos poderes públicos prestarem especiais cuidados às crianças sem família ou sem meios de subsistência suficientes.

A criança tem direito a uma educação que deve ser gratuita e obrigatória pelo menos ao nível elementar. Deve beneficiar de uma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de classes, desenvolver as suas faculdades, opiniões pessoais, sentido das responsabilidades morais e sociais e de se tornar um membro útil à sociedade.

A criança que se encontre em situação de perigo deve estar entre os primeiros a receber protecção e socorros.

A criança deve ser protegida de todas as formas de negligência, crueldade ou exploração e não deve trabalhar antes de ter atingido a idade mínima apropriada.

Embora se preconize a prática de todos os direitos consagrados na Declaração, o facto é que nem sempre estes são respeitados.

Sarmiento e Pinto (1997) referem que, se por um lado há um discurso social e político sobre a infância de direitos, por outro lado, há também práticas sociais ligadas à infância que não garantem os direitos fundamentais das crianças. Há, portanto, uma separação entre os direitos das crianças e aquilo em que eles se traduzem na prática diária. Mesmo que estes autores considerem que estes são os principais paradoxos vividos pelas

crianças na actualidade não podemos esquecer que, de facto, a Declaração dos Direitos da Criança representa um ponto de viragem e constitui um marco fundador na história da criança enquanto sujeito de direitos próprios.

Em 1979, a Comissão dos Direitos do Homem decidiu não só destinar uma especial atenção à questão dos Direitos da Criança, como também submeter o texto proposto a um exame detalhado e a um conjunto de sérias alterações. Para tal, decidiu criar um Grupo de Trabalho de Composição alargada para discutir a elaboração de uma Convenção sobre os Direitos da Criança, composta por todos os Estados membros da Comissão dos Direitos do Homem. Para além destes terem uma participação directa, todos os outros Estados membros das Nações Unidas poderiam enviar “observadores”, os quais teriam o direito de fazer intervenções. Podiam igualmente discutir questões que considerassem relevantes, conjuntamente com o Grupo de Trabalho, organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais com um estatuto consultivo junto do ECOSOC (Conselho Económico e Social das Nações Unidas).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi finalmente adoptada pela Assembleia-geral das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989 e aberta à assinatura e ratificação em Nova Iorque a 26 de Janeiro de 1990. Em Portugal, entrou em vigor a 2 de Setembro de 1990, nos termos do seu artigo 49.º. Esta convenção enuncia um conjunto alargado de direitos fundamentais de todas as crianças, nomeadamente os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, reafirmando o facto de as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma protecção e de uma atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos cuidados e protecção. Confirma, ainda, a necessidade de protecção jurídica e não jurídica da criança antes e após o nascimento, a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança, e o papel vital da cooperação internacional para que os direitos da criança sejam uma realidade”(Convenção sobre os Direitos da Criança).

Esta assenta em quatro eixos basilares que estão relacionados com todos os outros direitos das crianças, são eles:

- **A não discriminação**, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo;
- **O interesse superior da criança** deve ser uma consideração prioritária em todas as acções e decisões que lhe digam respeito;
- **A sobrevivência e desenvolvimento** sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente.
- **A opinião da criança** que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.

A Convenção dos Direitos da Criança contém 54 artigos, os quais podem ser divididos em quatro categorias de direitos (UNICEF):

- **Os direitos à sobrevivência** (ex. o direito a cuidados adequados)
- **Os direitos relativos ao desenvolvimento** (ex. o direito à educação)
- **Os direitos relativos à protecção** (ex. o direito de ser protegida contra a exploração)
- **Os direitos de participação** (ex. o direito de exprimir a sua própria opinião)

Embora os princípios de promoção da vida, da sobrevivência e do desenvolvimento estabeleçam a preponderância da infância e da juventude o facto é que estes são pouco *visíveis* no quotidiano de muitas crianças.

Em 1992, o Parlamento Europeu aprovou a “Carta Europeia dos Direitos da Criança”, baseada na Convenção das Nações Unidas.

Essa deliberação abrangia um determinado número de questões, compreendendo a igualdade de oportunidades em termos de educação e de segurança social.

Esta carta estabelece a preservação dos direitos das crianças nos países europeus e pede aos Estados Membros que nomeiem um defensor desses direitos.

2.3 - Protecção da Infância em Portugal

Em Portugal, como primeiro marco importante de protecção à infância, Lucas (2001: 82) refere o “*Decreto-lei de 27 de Maio de 1911, a vários termos inovador, com o qual o nosso país se tornou num dos primeiros países a adoptar uma legislação e um processo específicos para menores, que atendia às particulares necessidades inerentes a este período de desenvolvimento. Simultaneamente, criaram-se pela primeira vez, Tribunais de Menores até aos 16 anos – as Tutorias de Infância*”. De referir ainda a Organização Tutelar de Menores, aprovada pelo Decreto-Lei nº 44288, de 20 de Abril de 1962, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 47727, de 23 de Maio de 1967.

Contudo, só na revisão constitucional de 1976 e após a Revolução do 25 de Abril, se faz uma referência explícita às crianças na Constituição da República Portuguesa através da do **Artigo 69.º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa** quando refere que “*As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.*”.

Neste sentido, torna-se explícita a necessidade e emergente protecção da criança contra qualquer forma de agressão e crueldade, uma vez que, pela sua vulnerabilidade e dependência, a criança está exposta a sofrer qualquer tipo de atentados à sua integridade física e moral, aplicados por terceiros, como pela sua própria família.

Para proteger a vida e a integridade física e moral, a lei prevê sanções destinadas a punir aqueles que a transgridem, constituindo a violação do direito à vida e à integridade física e moral e contra a liberdade e autodeterminação sexual das crianças, crimes previstos e punidos.

O nº 2 do mesmo artigo preconiza que o Estado deverá assegurar a protecção de crianças órfãs, abandonadas ou privadas, por qualquer motivo, de um ambiente familiar normal.

Por sua vez, o **artigo 70.º**, da mesma Constituição, referente à **Juventude**, institui que:

1. Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- a) No ensino, na formação profissional e na cultura;*
- b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;*
- c) No acesso à habitação;*
- d) Na educação física e no desporto;*
- e) No aproveitamento dos tempos livres.*

2. A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

3. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as colectividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

O desenvolvimento político, científico, cultural e social que se verificou em Portugal, nos anos posteriores à Revolução, impôs ao país a aprovação das regras e convenções internacionais, em matéria de infância.

De referir desde logo a Organização Tutelar de Menores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, assim como o Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio, que, identificando as virtualidades da interferência comunitária no amparo de crianças em risco e das práticas actuais, definiu a organização das comissões de protecção de menores, as quais foram reformuladas de acordo com a Lei de Promoção e Protecção aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

O recente modelo de protecção de crianças e jovens em risco invoca à participação activa da comunidade, numa renovada ligação de sociedade com o Estado, consubstanciada nas já referidas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (denominadas de CPCJ).

De acordo com os termos do disposto na Lei acima referida, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições legais não judiciárias com autonomia de funções que pretendem impulsionar a preservação dos direitos da criança e do jovem e acautelar ou pôr término a situações passíveis de prejudicar a sua segurança, educação, saúde e formação, ou, de uma forma geral, o seu desenvolvimento absoluto.

Todavia e segundo Sullivan (2007: 118) *“as alterações à Lei Tutelar de Menores mantiveram a idade da responsabilização criminal nos dezasseis anos, sendo a intervenção do Estado apenas permitida a partir dos doze anos. As crianças com menos de doze anos que tenham comportamentos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento consideram-se em situação de risco”*.

3 - A CRIANÇA EM RISCO

3.1 - A criança em risco

Embora persista entre nós o mito de que a criança vive no seu mundo despreocupadamente, desprovida de problemas e feliz, o facto é que ao longo da infância e adolescência a criança pode ser um ser frágil, “vítima” de medos, negligência e, conseqüentemente, do risco/perigo.

Na sequência desta ideia, Rodrigues (1998: 551) defende que *“todas as crianças são vulneráveis devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar ou social”*.

O fenómeno da criança em risco começou a ser uma preocupação dos trabalhadores sociais do século XIX. Em 1860, Tardieu fez a primeira grande exposição acerca da questão dos maus-tratos na criança, não tendo o seu trabalho sido valorizado pelos cientistas da época. Todavia, conseguiu despertar a consciência social em França levando à promulgação de uma lei de protecção das crianças maltratadas naquele país. (Magalhães, 2004). Em 1875 é fundada a “New Work Society for the prevention of Cruelty to Children (Sociedade para a Prevenção da Violência para com a criança). Desta forma, foi crescendo a sensibilidade da sociedade face às crianças, tendo como consequência a promulgação de legislação neste sentido.

Em 1961, Kempe utilizou pela primeira vez o termo “criança batida” e, no ano seguinte, publicou um artigo sobre crianças maltratadas, considerando esta situação um síndrome clínico – síndrome da criança batida – prevendo a necessidade de uma intervenção e o afastamento temporário dos pais.

Einsenstein e Souza (1993: 18) entendem que o *“risco é a probabilidade da ocorrência de algum evento indesejável. Os riscos não estão isolados ou independentes do evento social. Estão inter-relacionados a uma complexa rede de factores e interesses culturais, históricos, políticos, sociopolíticos e ambientais.”*

Segundo Martins, (2004: 12)

“a ideia de risco é relativamente recente, terá emergido no vocabulário português e/ou espanhol por altura dos descobrimentos, portanto nos sécs. XVI e XVII. Mais tarde adoptada pelo mundo das finanças, acrescenta à sua dimensão espacial estruturante – referida aos mares e lugares desconhecidos – a dimensão temporal, no espaço significativo da incerteza e da probabilidade. Em qualquer caso, é possível verificar que, estruturada nos eixos espaço-temporal, a noção de risco está geneticamente vinculada ao desconhecido, indeterminado ou ambíguo, gerador de dúvidas e activador de inseguranças.”

Gameiro (1999: 305), por sua vez, sublinha que *“correr um risco é, em grande parte dos casos, ter um grau de probabilidade elevado que aconteçam percursos negativos num futuro mais ou menos próximo”*.

Por outro lado, Giddens (2000) diferencia as noções de *risco* e *perigo*, ainda assim relacionadas indirectamente. O autor sustenta que o risco envolve o cálculo do perigo em função de possibilidades delineadas: a noção de risco projecta-se no presente e projecta o futuro, libertando-se do passado.

Ainda a propósito do risco Pinto considera que

“aquelas que ainda não entraram no mundo da marginalidade, mas que se enquadram numa ou mais das situações seguintes: famílias desestruturadas com ou sem carências económicas, condições precárias de habitação; fuga ocasional: períodos curtos e diurnos, maus-tratos e/ou abandono pelos pais; contactos com drogas, através de irmãos mais velhos, vizinhos e outros, mendicidade ocasional, absentismo escolar, insucesso escolar e trabalho infantil”. (2001: 120)

A este respeito, Penha (2000) sustenta que as situações de risco estão associadas às situações de crianças que, pelas suas características, biológicas e/ou familiares, se encontram potencialmente sujeitas a falhas na satisfação das suas necessidades de ordem física (alimentação, habitação, segurança, saúde e higiene), sócio-emocional (interacção, afecto, estimulação, atenção, contacto) ou familiar, estando implicado o seu processo de desenvolvimento.

Por conseguinte, Martins (2005: 8-9) defende que

“a protecção de crianças e jovens em risco deve ser entendida no quadro da promoção dos seus direitos, propício à emergência de uma ética da qualidade. A

experiência da precariedade e a deficiência das condições de vida que, frequentemente, caracterizam os percursos dos menores em risco já não legitimam uma qualquer prestação, entendida como um privilégio por comparação com a sua situação depreciada... “tão má que mais lhe vale uma decisão menos boa do que nenhuma decisão”... Face a paradigmas progressivamente mais elevados de exigência ética e profissional, preconiza-se que a criança, como qualquer outro ser humano, tem direito a um atendimento de qualidade que a honre e fomente o seu crescimento e bem-estar”.

De registar ainda, que associado ao risco está a própria permanência na noite. Pais e Vilaverde (2003: 409) alegam que “os jovens mais permeáveis ao risco são os que se acostumaram, desde bastante novos, a terem contacto com a noite, sem que os seus pais lhes impusessem uma hora de regresso a casa ou sem que manifestassem preocupações por saber por onde eles andavam”.

Embora nos últimos tempos tenha havido a preocupação de se criarem algumas medidas e instituições de apoio à infância e à juventude, com o intuito de prevenir ou remediar, o facto é que ainda são insuficientes.

Consequentemente, torna-se urgente que o Estado esteja ainda atento a esta população e trabalhe no sentido de erradicar, ou então, atenuar este flagelo. Por outro lado, é importante que a própria sociedade esteja também desperta para os efeitos nefastos que pode provocar nesta população “indefesa”. Por conseguinte, é premente que tome consciência que, por vezes, estas crianças ou jovens são vítimas deles próprios através da exclusão e marginalização social.

Por outro lado, e de uma forma geral, as instituições no nosso país ainda não estão preparadas, vocacionadas, nem dispostas a receber crianças com comportamentos difíceis. Não encontram soluções satisfatórias para os comportamentos de risco e quase parece que se espera que pratiquem crimes para posteriormente intercederem.

3.2 - Factores de Risco e Factores Protectores na Intervenção com Crianças e Jovens em Risco

3.2.1. Pobreza e exclusão social

Para alguns teóricos as causas dos comportamentos de risco e do aumento destes casos, estão directamente relacionadas com as condições do meio. A pobreza, a deterioração das condições económicas e a falta de emprego surgem no relatório da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades (2005), factores associados à problemática do risco na infância e juventude. Este relatório sublinha, ainda, que existem instituições que ainda não estão preparadas e nem têm vontade de acolher crianças e jovens com condutas problemáticas.

Num país onde cada vez mais aumenta o índice de pobreza, ser pobre ainda é sinónimo de marginalização social e privação, de exclusão de alguns dos sistemas sociais básicos. Estas pessoas desprovidas de tudo e de todos são como que um “fardo” para a sociedade.

Ao entender-se a pobreza como *“uma situação de privação, conseqüente da falta de recursos”* (Costa, 2008: 26) pode-se concluir que esta privação está intimamente associada à exclusão social uma vez que o decréscimo dos recursos de qualquer indivíduo ou família limita também as suas possibilidades de inclusão.

A pobreza é talvez a dimensão mais patente do fenómeno social de exclusão. Conseqüentemente, Costa (2008: 65) defende que *“a inclusão na sociedade depende também do posicionamento dos indivíduos relativamente ao domínio económico”*.

Estamos perante exclusão social quando um indivíduo é “expulso” ou “excluído” de algumas das esferas sociais da existência humana: família, escola, trabalho, grupo de amigos e sociedade em geral. Nestas situações, o que está em causa é a exclusão de padrões de vida, de hábitos, de costumes.

Por sua vez, Pais (2000:9) lembra que *“o fenómeno da exclusão social dos jovens – incluindo todas as suas correlativas manifestações de “desenquadramento social” – tem adquirido uma grande relevância pública cuja ressonância principal é a ideia de que os jovens vivem situações crescentes de perigo”*.

Castro (1996: 1) refere-se à exclusão como a *“forma como os jovens reagem aos processos estigmatizantes de que são alvo, procurando redefinir a sua identidade social. As dimensões que a caracterizam, a raiva, a frustração e a neutralização estão presentes em todos os contextos de socialização referidos, mas adquirem particular importância no confronto destas crianças com a escola e as Instituições Tutelares”*.

Por sua vez, Fernandes (1995:17) defende que *“tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico, de representações, de um concreto mundo”*. Por conseguinte, estes excluídos são desprovidos de tudo, incluindo da sua identidade (social), sentindo-se uns *“verdadeiros inúteis da sociedade”*.

Segundo Pinto (2001: 26) estamos perante este fenómeno quando um indivíduo *“sofre desvantagem generalizada em termos de educação, formação profissional, emprego, habitação, recursos financeiros, etc... as suas possibilidades de acesso às instituições sociais que asseguram essas oportunidades de vida são substancialmente menores do que as que têm o resto da população e quando tais desvantagens persistem ao longo do tempo”*:

A exclusão social pode ocorrer em vários domínios: económico, social, cultural, de origem patológica e por comportamentos auto-destrutivos. Todavia, a exclusão de tipo económico é a que pode conduzir a que as crianças se envolvam em situações de risco, uma vez que estas não têm recursos e, conseqüentemente, são menosprezadas e *“postas de lado”* pela sociedade. Segundo Costa (2004: 21-22)

“Trata-se, fundamentalmente de “pobreza”, entendida, como se disse, como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos. (...) Quando se trate de pobreza de longa duração, reflectir-se-á em características psicológicas, culturais e comportamentais próprias. No extremo, esta forma de exclusão social, pode conduzir à situação de “sem-abrigo”, que é sem dúvida, a forma mais grave e complexa de pobreza e exclusão”.

Enquanto uns autores sustentam a necessária complementaridade entre a pobreza e exclusão social (Costa, 2008), outros fazem a distinção entre estes dois conceitos nomeadamente Pereirinha (1992: 170) quando refere que

“o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos, de que um indivíduo, ou família dispõe para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o

conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social.”

A pobreza e a exclusão social são, também, factores que comprometem a situação de risco na infância. Segundo Sebastião (1998: 12) *“o fenómeno social das crianças em situações de risco resulta da actuação de mecanismos estruturais de exclusão, que condicionam a forma como os grupos sociais em situações de pobreza estruturam as suas estratégias de sobrevivência e reprodução social”*.

Todavia, embora a pobreza e exclusão estejam interligadas entre si, são conceitos díspares.

3.2.2. Desorganização familiar

Podem ainda considerar-se outras variáveis, de natureza mais familiar na compreensão do risco.

A maioria dos pais considera que a sua exclusiva responsabilidade perante os seus descendentes é a de lhes dar uma boa educação, alimentação, bem como vesti-los. Contudo, esquecem-se que anteriormente a todos estes cuidados é imprescindível tratá-los com carinho, amá-los, respeitá-los e compreendê-los. Só assim as crianças conseguirão um desenvolvimento harmonioso e integral sendo o pilar de uma estrutura afectivo emocional.

Para Sprinthall & Collins (1994: 502) os comportamentos de risco poderão advir de *“uma combinação entre certas situações familiares e determinados factores ambientais (...) A qualidade do relacionamento entre os pré-adolescentes e os pais mostrou ser um dos principais factores predictivos.”*

Porém, Rodrigues (1998: 556) sustenta que as razões que levam o indivíduo a pôr em prática condutas de risco *“não se podem analisar somente sob o ponto de vista da educação familiar. Temos igualmente que considerar e analisar as causas sob o ponto de vista das condições de vida, desigualdade social, injustiça, presenças de núcleos de aculturação, desgostos, pobreza, habitação carenciada, etc...”*

Apesar de se ponderar outros factores para perceber o risco, o facto é que as respostas dos progenitores aos comportamentos dos descendentes continuam a ser uma das principais causas que propiciam o perigo. Se os pais destes jovens em risco não incrementarem competências para contrariar a ausência de co-responsabilização da família na educação e formação dos seus filhos, o comportamento destas crianças e jovens tenderá a piorar com o passar dos tempos.

Na sequência desta ideia, Rodrigues (1998: 552) refere que uma das causas destas perturbações comportamentais das crianças e jovens poderão advir do próprio ambiente familiar. Esta autora considera *“o mau funcionamento familiar como uma das principais causas dos distúrbios de comportamento, como a violência na família, ou a delinquência juvenil”*.

Embora o meio familiar possa ter consequências nefastas para as crianças e jovens, o facto é que este *“é o suporte da socialização, que até ao momento da separação ainda “cumpre” completamente o seu papel. O afastamento não implica a ruptura total, mesmo porque ao nível da afectividade este é difícil de ser constatado como definitivo.”* (Pinto, 2001: 88)

De facto, a família continua a ser o pilar basilar na educação e formação do indivíduo. *“O conjunto de hábitos, valores e visões do mundo induzidos pelo núcleo familiar permanecem na criança sob a forma de memória. Por mais que se queira negar, esta herança de sentimentos e emoções representam a primeira referência social com a qual vai crescer (negando-a ou perpetuando-a) para definir o seu novo projecto de vida na sociedade”*. (idem)

A esse propósito Coelho defende a relevância de um apoio afectivo sólido nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral e harmonioso da criança, salientando algumas causas passíveis de perturbar esse mesmo desenvolvimento, nomeadamente em termos de comportamento e crescimento afectivo. A pedopsiquiatra concluiu, assim, que

“se a criança não consegue estabelecer uma vinculação segura terá dificuldade em conseguir uma verdadeira autonomia, mantendo atitudes imaturas de angústia perante a frustração, necessitando da satisfação imediata do desejo na tentativa de preencher um «vazio interminável». Surge a impulsividade, a dificuldade em reflectir e a tendência para as mais diversas «dependências», numa relação egocêntrica de «tudo ou nada». Perturbações neste percurso de

vinculação afectiva podem levar a desvios no desenvolvimento e comportamento.”.(Coelho, 2004: 5)

Esta lacuna afectiva deverá ser colmatada no sentido de promover o crescimento harmonioso da criança. Como tal, o meio familiar deverá fomentar um equilíbrio activo e uma comunicação salutar, com capacidade de expressão dos afectos.

3.2.3. Dimensões individuais

De uma forma geral, assume-se que a probabilidade de ocorrência de uma qualquer forma de desadequação, depende do número de factores de risco a que um sujeito está exposto, sendo que este pode lidar com um ou dois factores de risco. Contudo, à medida que esse número for crescendo, aumentarão também as probabilidades de emergirem problemas comportamentais ou emocionais. As consequências deste processo poderão reflectir-se nos comportamentos sociais (ex. isolamento social) ou apresentar-se de forma camuflada (ex. falta de motivação para o estudo). Porém, interessa referir que mesmo as crianças em situação de grande fragilidade (biológica, psicológica ou social), podem atingir níveis de desenvolvimento ou de adaptação regular em vários domínios.

Para explicar este fenómeno, recorre-se aos conceitos de resiliência e de protecção.

Assim sendo, Paludo e Koller (2005: 193) entendem a resiliência como *“um processo dinâmico envolvendo adaptação positiva num contexto de significativa adversidade”*.

Por conseguinte, os indivíduos, com baixa auto-estima, serão considerados “não resilientes”. A resistência ao risco, verificada ao longo da vida, não é um traço de personalidade estável, é antes um processo de desenvolvimento intra e interpessoal.

Para Fonseca (2005) o conceito de resiliência está associado à capacidade que determinadas pessoas manifestam de permanecerem imunes face a situações adversas, à miséria ou stress, analogamente com outros pertencentes ao mesmo meio.

Associado ao conceito de resiliência estão os factores de protecção, que são as influências que alteram e aperfeiçoam a atitude do indivíduo face a determinados

obstáculos que encontra no seu meio. Estes são múltiplos e podem também agrupar-se de acordo com a sua natureza:

- *social* (apoio social dos adultos e grupo de pares, vizinhança socialmente integrada e não carenciada ou desfavorecida);
- *familiar* (vínculo seguro à mãe ou a outra pessoa de referência, dentro ou fora da família; modelos parentais resilientes, calor emocional, supervisão e consistência no desenvolvimento da criança);
- *individual* (bom nível cognitivo, estilo de *coping* activo, assertividade, percepção e experiência de auto-eficácia, auto-imagem positiva).

Tal como acontece com os factores de risco, pois podemos reconhecê-los separadamente, de acordo com a sua natureza ou articulados entre si.

O conceito de factores de protecção tem implicações práticas muito relevantes, uma vez que, para ser bem sucedida, uma intervenção não deve limitar-se a anular ou atenuar os factores de risco; qualquer projecto de intervenção deve, também, impulsionar o desenvolvimento dos mecanismos de protecção que contribuem para tornar os indivíduos mais resilientes pois, o crescimento positivo ou negativo, depende sempre do balanço entre factores de risco e factores de protecção a que o indivíduo está exposto.

Considerando o objecto deste estudo, associado à problemática do risco/perigo, apercebemo-nos que os factores de risco estão à espreita em qualquer esquina que o jovem trilhe. Como tal, este terá que procurar estratégias, recursos e alternativas para ultrapassá-los e conseguir sobreviver naquele “mundo”.

Neste sentido, Paludo e Koller (2005: 193) referem que “*embora o processo de resiliência ainda se contraponha à vivência no contexto da rua, as crianças e os adolescentes que se encontram nessas circunstâncias de vida disponibilizam diversos recursos internos e externos a fim de sobreviver e se desenvolver*”.

Assim sendo, é imprescindível que se reflecta sobre este fenómeno social - jovens em situação de rua. É necessário respeitar os sistemas de desenvolvimento abrangidos, os factores de risco e protecção e a conjuntura histórico-temporal no qual estes se desenvolvem.

3.3 – O conceito de crianças e jovens em perigo

Quando analisamos as situações de perigo que podem estar associadas a crianças ou jovens importa repensar este conceito e analisar o que, de facto, é relevante para efeitos de intervenção e protecção.

A Lei de protecção de Crianças e Jovens em risco, no seu artigo 3º, número 2, aponta as situações que pode ser consideradas de perigo, para as crianças e jovens. Assim sendo:

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.*

De facto, e segundo Rodrigues (1998: 553) “*todas as crianças são vulneráveis e susceptíveis de viver experiências infelizes e tensões. Além disso há grupos que são duplamente passíveis de serem atingidos devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar, social ou económica. São estas as crianças que deveriam ser consideradas de risco.*”

Esta autora identificou sete grupos de crianças especialmente fragilizadas, cujo crescimento intelectual e social poderá ser prejudicado em consequência das conjunturas individuais e socioeconómicas do seio familiar. São elas: “*as crianças em famílias numerosas, com poucos rendimentos; desemprego do(s) progenitor(es) ou uma vida criminosa; as crianças com deficiências físicas ou mentais; as crianças de famílias com só um dos pais; ou as crianças que tem de viver longe dos pais, por períodos mais ou menos longos; as crianças de qualquer grupo minoritário e a criança que sobrevive a um desastre natural*”. (Rodrigues, 1998: 553)

Como consequência destas problemáticas poderão advir vários tipos de maus-tratos que se traduzem em formas de violação dos direitos das crianças.

3.3.1. Maus-tratos infantis: Definição e tipologia

Os maus-tratos contra crianças e adolescentes são uma dura realidade bastante complexa que não escolhe lugar nem momento. Esta pode ocorrer em espaço público ou num ambiente mais privado e a todo o momento nos deparamos com ela.

Numa retrospectiva histórica é evidente que até aos anos 50, a sociedade actual “negava” a existência e seriedade dos maus-tratos a menores.

A partir de então, as situações de maus-tratos infantis ganharam impacto social, sendo objecto de divulgação e, conseqüentemente, tema de preocupação (Figueiredo, 1998).

Em 1860, Ambroise Tardieu foi o primeiro a debruçar-se sobre este problema social. O conceito de maus-tratos está dependente, para além de outras condições, dos conceitos pessoais quanto à orientação e aos direitos da criança que actualmente prevalecem e quanto ao modo de as instruir.

Por conseguinte, só em meados do século XX é que este assunto passou a ser mais popular e anunciado pela comunidade científica e mais conhecido e respeitado pela sociedade.

No contexto nacional, a violência sobre menores é um fenómeno social que tem crescido a um ritmo considerável.

A Legislação Portuguesa descreve maus-tratos a menores como actos ou omissões que violam de uma forma grave os direitos da criança, consagrados na declaração, arriscando, desta forma, o desenvolvimento global e harmonioso da criança (Moura, 1992). Assim sendo, estamos diante de situações de maus-tratos ou abuso quando um sujeito em condições de superioridade (idade, força, posição social ou económica, inteligência, autoridade) exerce um acto ou omissão capaz de acarretar prejuízo físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima, ou por consentimento obtido a partir de ilação ou sedução falaz.

Os abusos contra crianças não ocorrem apenas nas ruas, mas também são exercidos pelos indivíduos que vivem diariamente com a criança, actuando de maneira a pensar que estão a dar educação.

As variadas manifestações de maus-tratos traduzem-se nas seguintes tipologias: Maus-tratos Físicos, Maus-tratos Psicológicos/emocionais, Abuso Sexual e Negligência.

O abuso pode ser de ordem física, psicológica ou sexual. Na subcategoria de abuso físico está incluído qualquer tipo de violência real e propositada, sobretudo todas as acções não acidentais infligidas pelo adulto, que acarretam doença ou lesão física na criança ou ponham a sua vida em perigo. (Palácios, Moreno e Jiménez, 1995).

Segundo Rodrigues (1998: 553) *“a violência não conhece fronteiras económicas, sociais, culturais ou religiosas, tendo efeitos especialmente perniciosos nos menores – tanto nos que são vítimas directas de abusos como os que presenciam a violência em casa”*.

Para Strecht (1998: 144) *“a verdadeira violência é toda aquela que afinal diz respeito à violação de um espaço psíquico e do respeito que ele nos merece; é aí que as crianças estão particularmente indefesas”*.

As causas precursoras do comportamento dos maus-tratos são múltiplas e variadas. Segundo Gallardo (1994) podem ter origem em factores individuais, familiares e sociais. Nas causas individuais, os pais são considerados um dos principais agressores, por motivos de hereditariedade, imaturidade e irresponsabilidade perante a educação dos seus filhos. Até porque segundo Pinto (2001) os maus-tratos nas crianças são, em muitas circunstância, consequência do *uso arbitrário do poder* dos pais.

Por fim, os factores sociais indicam que, independentemente da classe social, económica, cultural e étnica, a sociedade em si é genésica de maus-tratos e negligência.

A negligência é reveladora da incapacidade dos pais satisfazerem as necessidades básicas dos seus filhos e em protegê-los, colocando-os, desta forma, em situações de perigo.

Calheiros e Monteiro (2000) discutem dois tipos de negligência: psicológica e física. Assim sendo, a primeira está associada à omissão dos adultos relativamente à supervisão na estrutura da rotina diária da criança e suas responsabilidades escolares. Por sua vez, a negligência física abrange a privação de supervisão quanto à segurança e ausência de fornecimento relativamente às carências do crescimento físico da criança, tais como a alimentação, a saúde, a higiene, a comodidade e a aparência.

Ao analisar-se o relatório de 2008 da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em risco toma-se consciência da gravidade da situação e do risco/perigo das crianças e jovens do nosso país. Assim sendo, este relatório refere que as problemáticas mais frequentes em 2008 são a negligência, com cerca de 10.205 processos, exposição a modelos de comportamentos desviantes, com aproximadamente 4.696 processos, abandono escolar, com quase 4.085 processos, maus tratos psicológicos / abuso emocional, perto de 3.611 processos, e, por fim, maus tratos físicos, com cerca de 2.081 processos.

Os abusos podem ser de ordem física, psicológica e sexual. Na subcategoria do abuso físico está incluído qualquer tipo de violência real e propositada, sobretudo todas as acções não acidentais infligidas pelo adulto, que acarretem doença ou lesão física na criança ou ponham a sua vida em perigo. (Palácios, Moreno e Jiménez, 1995).

Todavia e segundo Lucas

“Nem todas as situações de perigo são susceptíveis de fundamentar a intervenção externa à família mas tão só aquelas que coloquem em perigo a segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento do menor, quer estas provenham de factores exógenos, exteriores ao menor, provenientes do meio sócio-familiar, em que este se insere, quer advenham de situações criadas ou potenciadas pelo próprio menor, agende dos comportamentos desviantes reveladores de um desajuste em relação aos valores vigentes que deveriam já ter sido apreendidos”. (2001: 84)

Partindo das imposições éticas, dos saberes científicos, do direito e do desenvolvimento cultural, são inconcebíveis, as situações de maus-tratos, abusos e negligências.

Neste sentido, Lúcio entende que

“Em torno de uma nova dimensão do principio da solidariedade como valor de expressão social, importa reunir esforços e aumentar disponibilidades para, num processo cívico de convergência, se contribuir para a edificação de uma sociedade na qual possa viver-se com mais justiça e mais equidade. De uma sociedade que, rejeitando a exclusão, saiba responder às exigências humanas que são impostas por uma realidade complexa, nem sempre fácil de compreender, a justificar, por isso mesmo, um empenhamento material e concreto do maior número de cidadãos”. (2001: 9)

Assim sendo, é imprescindível uma intervenção integrada, que envolva a cooperação e a responsabilização do Estado, das instituições sociais e da comunidade em geral, os quais têm a obrigação de proteger as crianças e os jovens tendo em conta o seu desenvolvimento integral.

3.3.2. Possíveis consequências dos maus-tratos infantis

A saída dos jovens para a rua pode ser, muitas vezes, consequência de percursos de maus tratos e negligência no seio da família, que não encontrando outra saída para os seus problemas fogem e procuram outros espaços que os façam mais felizes.

Koller e Hutz (1996) referem que os problemas de relacionamento familiar são a principal causa que levam as crianças a fugirem para as ruas. Afirmam também, em concordância com Aptekar, que o afastamento do meio familiar pode ser um indiciador de sanidade mental.

Por vezes, as crianças que são vítimas de maus-tratos, infligidos quer pela família biológica quer pela própria na sociedade em que estão inseridas, encontram na rua uma alternativa, um mal menor para a solução dos seus problemas. Aptekar (1989) sustenta que a separação das crianças de uma atmosfera perniciosa e desgastante, promovida pelo meio familiar ou sociedade, poderá prevenir algumas lacunas de foro mental e garantir a estruturação das suas próprias vidas, insinuando que, nestes meios adversos estas crianças não seriam sujeitos passíveis de maior fragilidade.

Como tal, para que o serviço na recuperação destas crianças seja qualitativo é crucial o investimento na saúde psíquica. Só assim será possível colmatar algumas lacunas presentes e impedir situações profundas de risco, na posteridade.

Gallardo (1994: 117) defende que *“a melhor prevenção desta problemática social é a difusão em grande escala do conhecimento das características próprias do mau trato infantil, para que as pessoas alheias a este tema tenham consciência do problema e saibam localizar precocemente crianças que estão em famílias consideradas de risco”*.

3.4 - A delinquência Infanto/Juvenil

O comportamento anti-social dos jovens adolescentes, que poderá ter a forma de delinquência pode ser uma consequência das situações de abandono, negligência e maus-tratos a que estes foram sujeitos. Neste sentido, Sá (2002:66) sustenta que *“a*

delinquência juvenil é uma das consequências de uma longa exposição de uma criança a circunstâncias de risco”.

Por outro lado, há outros estudos que sugerem que as “condutas desviantes” advêm da desvalorização, por parte de alguns jovens, dos valores adoptados como normais pela “sociedade” sendo que essa aprendizagem tem por base alguns valores de referência tipicamente juvenis.

Por sua vez, Lúcio (2001: 16) advoga que *“às questões da marginalidade e da delinquência vem, assim, associar-se à do risco, ou à da consciência deste”*. Associado a esta relação brota *“um sentimento de medo, que vem condicionar, tantas vezes exageradamente, não apenas a atitude social e pessoal do cidadão, como também o seu próprio pensamento sobre si e sobre a sua relação com os outros”*.(ibidem)

Segundo Pais (2005: 23) *“há jovens que não podem nem querem viver com os padrões prevaletentes da sociedade. O conformismo assusta-os. Ou a possibilidade de serem engessados em “moldes de comportamento”*. Negam-se a serem tomados como marionetas penderes de fios de aço de políticas de juventude que apenas os pretendem “enquadrar”.

De facto, o inconformismo destes jovens leva-os a uma busca incessante do perigo. Para Pais

“A excitação do risco alimenta-se de uma “coragem de existir” - coragem que se demonstra na exposição ao risco e na submissão à qualidade de prova. O que conta, para alguns jovens, parece ser a possibilidade que têm de, numa fase de vida em que a maioria dos discursos dominantes lhes outorgam um vazio de poder, se entregarem a actividades cuja visibilidade é incrementada pelos riscos (reais ou pressentidos) que lhes aparecem associados”. (2005: 63)

Pais (1996: 204) afirma ainda que *“quer as políticas de juventude, quer as investigações dirigidas ao conhecimento da realidade juvenil tem-se centrado nos problemas dos jovens que mais se traduzem por disfunções sociais, como é o caso do insucesso escolar, das dificuldades de inserção profissional, da delinquência, marginalidade e outras situações de risco”*

O comportamento delinquente do adolescente pode provocar danos irreversíveis na comunidade em que este está inserido e em determinadas vitimas como é o caso dos

roubos, homicídios, violações, tráfico de estupefacientes, invasão de propriedades privadas, entre outros.

Conforme sustenta Vallejo-Nágera (2003: 215) “*os jovens delinquentes são capazes de raciocinar apenas em termos do que é correcto e do que não o é na convivência social, o que os leva a serem impermeáveis a qualquer tipo de respeito para com os sentimentos ou direitos de outras pessoas*”.

Podemos então considerar que os jovens em situação de rua lidam diariamente com a sensação de medo e estão, constantemente, em perigo/risco eminente (a nível familiar social, educativos, etc...).

Para Castro (1996: 2) “*A delinquência traduz a adopção de estilos de vida marginais e o recurso a práticas quotidianas delinquentes em função das necessidades de sobrevivência na rua.*” Todavia, ao se envolverem em condutas de risco os jovens exibem atributos de destemor, virilidade, etc. (Pais e Cabral, 2004)

Para que as crianças e jovens se possam adaptar e sobreviver a este novo “mundo” necessitam de aprender competências próprias de rua e habilidades sociais. Todas estas aprendizagens (positivas ou negativas) ocorrem no íntimo dos grupos em que estão inseridos.

Nesta linha de pensamento, Costa (1996) alega que “*as práticas lúdicas e de sobrevivência aprendidas dentro dos grupos pressupõem a interiorização de valores e lógicas comportamentais que constituem elementos de uma subcultura marginal dos meninos de rua. Neste sentido, a rua, entendida como habitat e lugar de referência, constitui um importante factor de socialização*”.

No que concerne à prevenção e ao tratamento constatou-se que uma das principais falhas da nossa sociedade é a incapacidade de tratar a delinquência de forma eficaz, por parte das instituições socializadoras. Sem o conhecimento das causas, qualquer tratamento está predestinado a surtir pouco efeito.

4 – AS CRIANÇAS DE RUA

4.1 - Contextualização histórica

Para se perceber melhor a origem da problemática “Crianças de rua” importa fazer aqui uma retrospectiva histórica.

O termo *Criança de Rua* (*Street Children*) remonta ao século XIX. Foi utilizado, pela primeira vez, em 1851, pelo escritor Henry Mayhew, na sua obra *London Labour and the London Poor*, apesar de ter conseguido o seu estatuto genérico apenas em 1979, definido como o Ano da Criança, pelas Nações Unidas. (Williams, 1993 citado por Neiva-Silva, L., & Koller, S. H (2002)

Um exemplo emblemático da situação de vida das crianças de rua é o romance *Oliver Twist*, escrito por Charles Dickens, no século XIX, que apenas foi publicado em 1921. A obra conta a história de um menino de rua, num contexto de risco conforme descreve Dickens que “*as ruas de Londres à meia-noite, frias, húmidas, desabrigadas; os antros sórdidos e bafientos, onde o vício se comprime e carece de espaço para virar-se; o assédio da fome e da doença; os andrajos que mal se mantêm juntos; onde estão os atractivos dessas coisas? Não encerram uma lição e não sussurram algo além da quase despercebida advertência de um abstracto preceito moral?*” (Dickens, 1921: 07)

O autor ambiciona "*mostrar, no pequeno Oliver, o princípio do Bem sobrevivendo através de toda circunstância adversa, e finalmente triunfando*" (Dickens, 1921: 05-06) Todavia, os ensinamentos que advêm do convívio e das vivências nas ruas de Londres e dos seus "horrores"- palavra utilizada pelo próprio Dickens -, bem como das ruas de outras grandes metrópoles – levam à dedução de que a rua é um ambiente social que deve ser moralmente remediado – engendra-se um sentimento de intenso pavor no interior deste meio.

Embora tenha sido referido anteriormente, o uso genérico deste termo teve lugar somente em 1979, decretado como o Ano da Criança pelas Nações Unidas. Antes desta data, estas crianças eram simplesmente referenciadas como abandonadas, sem lar, delinquentes e fugidas.

Actualmente vários são os livros, artigos e sites da Internet que relatam contextos de vida de rua, adolescentes e adultos que fazem das ruas o seu porto de abrigo.

Este flagelo é, nos dias de hoje, um problema de cariz mundial que afecta novos e velhos.

4.2 - A Rua e as Crianças

Nos últimos tempos, muitos tentaram definir consensualmente o fenómeno *crianças de rua*. Todavia, a diversidade e a complexidade do “viver” na rua faz com que seja difícil a sua categorização, uma vez que requer uma abordagem de vários campos.

A dimensão desta problemática social está co-relacionada com a sociedade, sendo, simultaneamente, uma causa e uma consequência da mesma. Por conseguinte, Pinto (2001: 25) entende que este “*não é um fenómeno isolado e deve ser reconhecido antes como algo de mais complexo que é gerado e bastante modificado pelas acções e pelas indiferenças de toda a sociedade*”.

Assim, analisar-se-ão aqui algumas das definições defendidas por alguns autores.

Começemos, então, por nos centrar na palavra "criança". De acordo com João Sebastião:

"A expressão crianças de rua poderá resultar da constatação do fraco desenvolvimento físico de muitos dos membros do grupo, que sendo na realidade etariamente adolescentes, são por isso confundidos com crianças (embora também existam, mas em menor número). O fenómeno social Crianças na rua integra-se nesse leque de situações que não se enquadram nas concepções dominantes de infância/adolescência. A utilização desta expressão faz-se apenas por razões de ordem prática, implicando sempre a sua crítica e clarificação sociológica. (1998: 1)"

Uma outra forma de perceber este conceito é entender quem são afinal estas crianças que permanecem nas ruas. Citando Pinto (2001: 37) “*criança de rua é o facto de ela ter que procurar na rua a sua sobrevivência/vivência. São crianças que estabelecem de modo contínuo as suas relações sociais e económicas nas ruas,*

principalmente, dos grandes centros urbanos, ou seja a cidade, e as suas ruas constituem o ponto referencial de todo o fenómeno das crianças de rua. É na cidade que tudo acontece”.

Para a UNICEF, “*crianças de rua são aquelas para quem a rua (no sentido lato da palavra, isto é, fogos desocupados, abandonadas, etc.) mais do que a sua família se tornou a sua verdadeira casa, uma situação em que não há nenhuma protecção, fiscalização e direcção de adultos responsáveis*”.

Para além da definição, estabelece também a distinção entre *crianças NA rua* e *crianças DE rua*. Assim, *crianças NA rua* são aquelas que passam muito do seu tempo a vaguear ou a trabalhar na rua e que, no final do dia, regressam a casa para dormir. Estas crianças ainda vivem e convivem com a família. Por outro lado, existem as *crianças DE rua*, que podem assumir duas realidades:

- *Crianças sem tecto* (que em inglês são apelidadas de “roofless”). Este tipo de crianças moram e trabalham na rua (em estações de comboio ou metro, terminais de autocarros prédios abandonados, parques públicos, debaixo das pontes, etc.) embora mantenham ligações casuais com as suas famílias. Vêm a rua como a sua casa e passam o tempo a lavar carros, mendigar, engraxar sapatos, vender artigos baratos, etc. Trabalham para assumir o seu próprio sustento e o da sua família, a quem muitas vezes entregam dinheiro.
- *Crianças sem tecto e sem raízes* (que em inglês são chamadas de “roofless rootless”). Estas crianças coabitam e trabalham na rua, não mantendo nenhum convívio nem elo de ligação com o seio familiar. Fizeram esta opção para “fugir” à violência física e psicológica, negligência e outros tipos de maus tratos de que eram vítimas pelo meio familiar. Esta total falta de apoio levou a que procurassem a sua felicidade noutra local, longe da família.

À semelhança da UNICEF também Rizzini e Rizzini (1996) e Rosemberg (1995) referem que a terminologia "meninos de rua" pode ser percebida sob duas perspectivas: uma que realça as crianças e os jovens que vivem e sobrevivem nas ruas e outra que vê os meninos de rua como “outsiders” da rua, crianças oriundas de bairros desfavorecidos

que se vêm “obrigados” a procurar as ruas como o propósito de aumentarem o seu orçamento familiar. Por conseguinte, surgem duas nomenclaturas divergentes: os *meninos DE rua*, que fazem da rua o seu “*modus vivendi*”, e os *meninos NA rua* que recorrem a este espaço como “*modus operandi*”. Nesta última situação as crianças retornam a casa, mesmo que seja apenas para dormir.

No seguimento destas distinções da terminologia, Pinto (2001: 39) argumenta que “*existem várias possibilidades, de forma e de tempo, de utilizar a rua. Ficando somente uma parte do dia, ou o dia todo, ou indo de três em três dias para casa, ou só no fim-de-semana, ou não tendo casa. “Sobrevivendo” vendendo doces, engraxando sapatos, e eventualmente envolvendo-se em actividades ilícitas”.*

Por sua vez, Sebastião considera que

“Ser criança de rua significa viver numa situação extrema. Excluídos da escola, sem idade para integrar o mercado de trabalho (para o qual também não possuem habilitações), estas crianças e jovens estão presos num círculo do qual têm dificuldade em sair. Maioritariamente oriundos de grupos sociais pobres, a fuga para a rua marca esses jovens numa situação marcada pela precariedade, a violência e a ausência de perspectivas de futuro, deixando-os entregues a si mesmos e à capacidade de sobrevivência que consigam demonstrar”. (1998:37)

Segundo Grund, a expressão “meninos de rua” passou a fazer parte da nossa terminologia. Para a autora esta designação, utilizada pelo senso comum, surge, muitas vezes, com uma conotação depreciativa e, acima de tudo, englobante quando se referem

“a crianças oriundas de meios sócio-culturais baixos, crianças com problemas de integração, sobretudo na escola (porque é o ponto de encontro), e com comportamentos que tocam o sector dos comportamentos desviantes. Os tempos que se vivem são diferentes, e as crianças deste tempo também o são, mas comportamentos há que atravessam gerações e se insistirmos em alterá-los, arriscamo-nos a perder a criança tal como a vamos ainda conhecendo, tal como gostamos dela – espontânea e aventureira.” (2005: 16)

Rosemberg (1994: 31) defende, por outro lado, que “*a criança de rua é percebida, e temida, pela sociedade como a ponta de um gigantesco ” iceberg” de miséria de contornos indistintos.*”

Embora seja frequente depararmo-nos com *crianças DE e NA rua*, o facto é que hoje em dia, é vulgar utilizar-se a terminologia *EM SITUAÇÃO DE RUA*. Conforme se comprova, através da observação desta realidade no contexto onde decorreu a investigação. Nesta situação estão todas aquelas crianças que não dormem nas ruas mas que escolheram este espaço para as suas vivências diárias. “Fogem” de casa, da escola, da família para todos os dias se encontrarem com os seus amigos, o seu bairro, o seu mundo.

A condição das *crianças em situação de rua* é acompanhada, quase sempre, de uma história familiar e pessoal, mas não exclusivamente, marcada pelo abandono e pela violência. Por outro lado, quase sempre, o estar nesta situação demonstra, em si, o não respeito e a violação dos direitos da infância e juventude.

Na sequência desta ideia, Rizzini e Butler (2003) argumentam que esta nova “geração” de crianças de rua espelha as metamorfoses da forma como percebemos o fenómeno subsequente dos estudos internacionais dos anos 90. Como tal, desta designação ressalta a peculiar e momentânea situação em que a criança se defronta, sendo simultaneamente associada à criança em situação de risco ou de vulnerabilidade, crianças em situação particularmente difíceis, etc...

Este espaço de rua é, por excelência, a “casa” dos jovens, é nele que eles vivem, convivem e sobrevivem, aproveitando também para experimentar transgressão das regras sociais. Como expõe Pinto (2001: 48)

“A situação de rua” implica que, para além de circular livremente pelas ruas, as crianças utilizem as ruas e locais públicos para outras actividades que não se desejariam que aí fossem realizadas”. Para se considerar que se está em presença de uma situação de rua, é necessário que as crianças encontrem na rua o “espaço principal” das suas actividades quotidianas de lazer e garantia de subsistência”.

De facto, este fenómeno social é um caso característico de exclusão social. Estas crianças em situação de rua são “vítimas”, desde a infância até à idade adulta, de um desprover de protecção, de escassez de bens materiais, de carência de tudo e de todos e de repressão. Porém, se se equacionar o seu “modus vivendi” comparativamente com crianças e jovens de outros extractos sociais com maiores condições sócio-económicas é perceptível que estes últimos, dado o seu meio social, são privilegiados no sentido de

terem uma protecção global permanente e de terem a possibilidade, inclusivé, de terem o direito de transgredir limites legais.

Ao pensar-se nestas crianças e jovens que estão nas ruas, esta situação expressa novas formas de viver a infância e o patamar da juventude, realizando-as noutros contextos, com outros limites e prevendo outras oportunidades. Questiona-se aqui o direito à infância e à juventude, nomeadamente no que concerne ao respeito pelos seus direitos e deveres.

4.3 – Perspectiva comparada da investigação sobre a situação das crianças de rua

4.3.1 - Em Portugal...

Ao abordar esta problemática no contexto nacional, é evidente que a maioria das crianças em situação de risco é oriunda de camadas sociais desfavorecidas, residindo em bairros deteriorados das grandes cidades, com famílias numerosas, que fogem para a rua ou aí sobrevivem autonomamente. (Sebastião, 1998, Machado Pais, 1993 e Luchini, 1993)

Pinto (2001: 36-37) refere que o *“estar na rua” possui vários significados e possibilidades. Apenas uma pequena parcela, efectivamente, não possui referência de domicílio ou família. Muitas das crianças que se encontram na rua, não são, na realidade, abandonadas, elas por razões várias fogem de casa”*.

Partilhando desta ideia, Sebastião (1998: 35) sustenta que *“nem sempre os grupos são constituídos por crianças em ruptura total com a família ou vítimas de abandono. (...). O que acontece na maioria destes casos é que nas ruas estas crianças e jovens encontram-se com os seus pares que vivenciam histórias de vida diferentes das suas.”* Mas, se uns recorrerem à rua como passatempo, uma forma de passarem o seu dia-a-dia, conservando o elo de ligação com a família, outros há que descobrem que no mundo da rua podem encontrar um *“locus amoenus”* onde sentem mais *“segurança”* do que no meio familiar.

Muitas vezes, a procura do local “rua” pode estar intimamente ligado com o corte de relações com a família. Como refere Sebastião

“A deriva entre a família e a rua constitui para a criança um processo de aproximação progressiva à vida da rua. Começa a estruturar-se uma carreira de criança da rua que consiste na transição, nem sempre totalmente realizada, entre dois pólos: de um lado o contacto com a rua, mas integrado na família e com relações frequentes e intensas com adultos significativos (vizinhos, outros familiares); do outro a ruptura total com a família e adultos passando a viver de forma independente na rua.” (1998: 36)

É principalmente nas ruas dos grandes centros urbanos que as crianças estão expostas a múltiplos riscos. Sebastião (1998: 56) faz referência que no dia-a-dia destas crianças “a violência surge de forma mais ou menos regular. As crianças são vítimas de assaltos feitos por outros grupos, de práticas violentas de alguns polícias e dos conflitos internos ao seu próprio grupo.”

Por sua vez, Lucchini defende uma aproximação “intercultural” ao mundo da rua exactamente como ele é vivido pela criança. O autor defende que

“Não existem meninos de rua. Mas crianças e adolescentes que são levados às ruas. Seus destinos entregues à própria sorte. Inútil acusar simplesmente os pais por falharem em suas responsabilidades. Às famílias dessas crianças não são asseguradas condições mínimas para que possam viver dignamente e manter os filhos em seus lares. Apoiá-las e fortalecê-las seria o caminho mais seguro para a promoção de políticas de defesa da infância e da juventude, do seu direito de exercer sua cidadania. Ao escutarmos as crianças contando suas histórias de vida, compreendemos que em suas andanças elas buscam aquilo que de precioso lhes é negado: uma família, um lar para serem amadas e respeitadas. Um lugar no mundo.” (1993: 119-120)

Nos anos 80 verificou-se um incremento do interesse pelo tema e, conseqüentemente, há um brotar de vários estudos (Gonçalves, 1979, Oliveira, 1989).

Estes estudos deram ênfase à ideia de que muitas destas crianças que optavam por estar e viver nas ruas tinham, realmente, família e conviviam com eles. Aqui a rua era um espaço alternativo à família onde as crianças passavam os seus tempos. Por conseguinte, a percentagem de crianças que viviam isoladamente, entregues a si próprias, ficava bastante aquém do inicialmente previsto.

Sebastião (1998: 75) conclui no seu estudo, realizado num contexto nacional – cidade de Lisboa -, que *“excluídas e marginalizadas, as crianças da rua sobrevivem dentro de um contexto de constrangimento e adversidades que, a não ser alterado, constituirá o seu quadro de referência durante o processo de crescimento e maturação.”*

4.3.2 – No Brasil

Basta viajar um pouco pelo mundo, pesquisar na Internet ou ler um pouco sobre o fenómeno “crianças de/na rua” para perceber que este flagelo é global. Crianças de rua, em ruptura parcial ou total com a família, encontram-se, não só, nas grandes cidades do mundo como também nas pequenas metrópoles.

Os meninos de rua no Brasil estão associados à pobreza e à injustiça social. Para Pinto (2001: 37) *“no Brasil, a denominação ou conceito de “meninos de rua”, deixa de ser tido como um adjetivo possível e passa a ganhar no senso comum o significado de um substantivo que rotula toda uma população carente entre os 0 e 17 anos encontrada pela rua”*

Para Dimenstein (1995) esta problemática pode ser compreendida como um dos indícios mais apontados da crise social brasileira, relacionada com a exclusão social e a ausência de cidadania. A permanência nas ruas desta população *“quase sempre negro ou mulato, maltrapilho e de aspecto sujo, calção e calça rasgada ou desbotada, camisolas largas, boné com pala para trás, descalço ou calçando chinelos recobertos de lama ou poeira, ou ainda de ténis bastante usados”*. (Pinto, 2001: 38) e o progressivo aumento do número destas crianças evidencia, lamentavelmente, que o direito a uma vida digna, consagrado na constituição, não foi salvaguardado.

Entende-se então que estes *meninos de rua* são vistos com uma conotação extremamente pejorativa. São crianças pobres, marginalizadas e excluídas socialmente e desprovidas de direitos. Por conseguinte, optam por viver na rua porque esta *“vai-se tornando uma alternativa pelo simples facto de que não existe um espaço propício e positivo para as crianças das classes sociais mais baixas, onde os seus direitos sejam mais respeitados”*. (Pinto, 2001: 38-39)

Efectuando um retrocesso na história, percebe-se que ao longo dos anos oitenta e noventa, os *media* nacionais e internacionais, bem como as Organizações locais e internacionais de direitos humanos, deram um considerável destaque ao problema dos *meninos de rua* no contexto brasileiro, particularmente no que concerne à violência contra estas crianças e barbaridades praticadas por grupos de matadores e pela própria polícia. Tal poderá explicar porque é que de acordo com Pinto (2001: 42) estas crianças “*são desconfiados e descrentes da sociedade como um todo. Sofrem violências do aparelho policial e são marginalizados socialmente. Apresentam passagens por diversas instituições, registros em serviços de triagem e envolvimento com drogas, furtos e quadrilhas*”.

Ribeiro estabeleceu uma comparação entre “*modus vivendi*” do *menino na rua* e do *menino da favela*, e concluiu que a vida na rua parece ser superior. Aqui existe a novidade, a aventura, a camaradagem, a valorização pessoal e aqui estas crianças poderão até receber cuidados especiais. Por outro lado, os meninos da favela só têm perdas. Vivem cheios de fome e são vítimas permanentes de tráfico de estupefacientes, transformando-se, obrigatoriamente, num cúmplice do traficante. No pior dos casos, poderá vir até a experimentar e consumir as próprias drogas.

“Vida de menino de rua é outra coisa. Seu espaço é a rua mesmo. Cheia de carros bonitos, cujas marcas e anos de fabricação eles conhecem perfeitamente, rodando macios ou perigosamente velozes. Cheias de vitrines cintilantes, com mercadorias que não querem nem podem comprar, mas que são boas demais de ver. O roubo na rua também é mais fácil e mais rendoso. Suas vítimas são indefesas e têm mais o que dar, como jóias bem pagas pelo receptor e dinheiro vivo. O convívio, também, na rua, entre eles, é melhor. (...) Outra qualidade da vida na rua é que ela dá importância aos meninos. Gente de toda parte e de todas as religiões chega ali cheia de dinheiro, querendo salvá-los.” (1997: 65).

Através deste excerto Darcy Ribeiro evidencia como um menino de rua pode ser entendido sob um olhar de aventura. Todavia, apesar de passar uma imagem de vida atraente, parece que este menino não tem muita escolha e que não pode mais ser criança. O tempo da meninice passa por ele sem ele poder sentir essas sensações positivas.

Por sua vez, Marques (1993) afirma que a delinquência, o vício, o crime estão associadas à “*rua*” e tornam-se corolários desta terminologia. Por conseguinte, a rua é, também, um lugar onde as adversidades estão patentes a olhos vistos, misturando-se com a tão

contestada marginalidade social, sendo os limites que a demarcam do delito e da criminalidade com os quais, por vezes, ainda se baralha.

Pinto (2001: 53) refere que a maioria destas crianças

“...estavam em grupos, sobretudo nas actividades de dormir, de esmolar, de vaguear e de trabalhar. Em muitos casos, foram observadas estando acompanhadas por adultos em actividades como a de esmolar, ou junto de vendedores ambulantes, por exemplo. As actividades em grupo, alem de serem características das suas idades mesmo não estando em situação de rua, protege-os das agressões, aumenta a possibilidade de subsistência, e permite brincarem em conjunto”.

Rizzini, I. Barker G. e Cassaniga N. (1998) argumentam que começa a haver uma certa prevenção no sentido de melhorar as condições de vida das “crianças de rua” no Brasil. Como tal, implementaram uma multiplicidade de projectos que pretendem responder às necessidades básicas destas crianças. Todavia, esta atitude ainda é insuficiente uma vez que são escassas as medidas preventivas, que evitem que as crianças persistam a “fugir” para as ruas.

Apesar de existir uma consciência crescente da importância deste tipo de acções, estas ainda não são, de facto, satisfatórias e prioritárias.

É necessário, por parte do Governo, um maior empenhamento na solução deste fenómeno com o objectivo de o desarreigar ou, na melhoria dos casos, enfraquecer. Para tal, é premente investir nos recursos que cada comunidade dispõe para cuidar das suas crianças e promover programas comunitários no sentido de consolidar os laços da criança no seu próprio contexto.

Estas propostas já são relativamente usuais em alguns países europeus, contudo esta orientação ainda não é muito forte no Brasil, mesmo que já haja alguns exemplos que vão surgindo nos diversos estados.

4.3.3 – Em Moçambique

A investigação de Mussá, (1992) sobre "Os meninos de rua em Maputo" teve como objectivo primordial conhecer a situação das crianças que, a cada dia que passava, se multiplicava pelas ruas da cidade/capital moçambicana.

Com base neste estudo conclui-se que o fenómeno das **crianças em situação de rua em Moçambique** ganhou, nos últimos anos, preocupantes proporções. Tal facto deve-se ao enorme número de mortes proveniente do prolongado período em que o país esteve em guerra, mortes que deixaram muitos filhos sem pais e como consequência da falta de condições mínimas de sobrevivência em que muitas famílias vão (sobre) vivendo.

A maioria destas crianças é oriunda de bairros da cidade e arredores que se formaram num período em que para fugir à guerra as famílias procuravam os centros urbanos. Pertencem a famílias numerosas com problemas variados ao nível das relações, das correlações e das condições.

Aquando da abordagem deste fenómeno, a autora faz a distinção entre *meninos DE rua* e *meninos NA rua* que eram apelidados de "*Molwene*". A utilização deste vocábulo patenteia o desprezo com que estas crianças eram vistas e analisadas pela comunidade local que, muitas das vezes, as teme.

Como já foi referido, a autora desenvolveu esta investigação num período de pós-guerra recente, o que acarretou para a mesma algumas dificuldades no estabelecimento de relações de proximidade com estas crianças, sendo que muitos depoimentos foram conseguidos em troca de alguns rebuçados.

4.3.4 – Em Angola

Outra investigação, de cariz internacional, foi o estudo de Roca (2000) sobre a situação das **crianças de rua em Angola**. Esta investigação pretendeu fazer um estudo das necessidades e dos potenciais das crianças de rua com vista à introdução do ensino básico informal.

O autor começa por definir que “o tema *crianças de rua* refere-se a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos e jovens adolescentes entre os 12 e os 16 anos, os quais não têm acesso ao sistema formal de educação e que passam a maior parte do tempo na rua” (p. 15).

Na verdade, e segundo Roca (2000:15) o termo “*crianças de rua*” é usado para indicar crianças e jovens adolescentes urbanos, tanto no centro como nos subúrbios da cidade, forçadas pela pobreza ou guiadas pelo desejo de independência, para tentar conseguir sustentar-se na rua, pois mendigam, lavam e tomam conta de carros, vendem, engraxam sapatos, carregam água, etc.”.

Concluiu-se, então, que a maior parte das “crianças de rua” eram iletradas ou semi-analfabetas, rejeitadas do sistema de educação formal ou mantinham um problemático relacionamento com ele. Era marcante a heterogeneidade destas crianças no que concerne à sua origem e condição familiar, com tradições de migração, tipos de habilitações, níveis educacionais e herança cultural.

Segundo Simão (1994, citado por Roca 2000) “para além da falta de vagas nas escolas, a educação básica regular em Angola caracteriza-se por um grande número de desistência, repetição de classes, diminuição de frequência escolar na faixa dos 5 aos 14 anos, aumento das desigualdades regionais e o crescente desperdício dos recursos educacionais, o que explica em parte o fenómeno das “crianças de rua” (p. 14).

Aquando da caracterização destas crianças e jovens adolescentes que se encontravam na parte baixa da cidade de Luanda - capital angolana – destacou dois padrões:

- a) As “*Crianças de rua*”, que passavam o dia inteiro na rua porque não tinham família e casa para regressar;
- b) As “*Crianças na rua*”, também denominadas de “*crianças trabalhadoras*” que regressavam a casa só no final do dia. Estas crianças passavam grande parte do seu tempo praticando actividades ilícitas: roubando, pilhando, etc...

Neste último caso, o autor frisa que estas crianças de rua passavam mais tempo na rua, longe do ambiente familiar, mas encontravam-se mais facilmente sob a fiscalização dos adultos. Estas crianças ficavam apenas três horas por dia na escola. A grande parte delas estava envolvida em lidas domésticas, em diminutas laborações que lhes proporcionavam receita nos subúrbios.

Roca refere a assistência concedida pelo projecto “**Kandengues Unidos**”. Trata-se de *“uma organização angolana não governamental que centra a sua actividade nas “crianças de rua”, que precisam de desenvolver as suas potencialidades para uma subsistência autónoma a longo prazo, tendo como preferência proporcionar a estas crianças a educação básica, capacidade produtiva e formação profissional inicial, estimulando-as no sentido de tomarem parte da vida activa e na procura de soluções para a situação de exclusão social” (2000: 20).*

A autora sustenta que os motivos que levaram estas crianças a procurarem a rua como refúgio foi basicamente a pobreza, e a única coisa que as inquietava era o facto de terem alimento e dinheiro para a sua sobrevivência. Roca (2000:125) sugere que *“aprender”* deve estar associado ao *“ganhar” dinheiro*”.

Síntese

Em qualquer parte do mundo, o fenómeno de procura das ruas (100 milhões de pessoas, conforme a UNICEF) está relacionado com a pobreza, estimando-se que 75% dessa população seja constituída por crianças e adolescentes.

Estas crianças são as últimas a deitar e as primeiras a levantar para que a policia não as prenda. Isso explica o facto de que , durante o dia, as encontramos, muitas vezes, cansadas, adormecidas num lugar qualquer. À noite voltam a agrupar-se e fazem das ruas o seu “paraíso” privado.

Segundo Grund (2005) as crianças em situação de rua são um fenómeno social grave que, por incrível que possa parecer, apresentam continuamente origens e causa/efeito análogas, independentemente do seu país de proveniência.

Na sequência desta ideia, o comunicado de imprensa da UNICEF refere que centenas de milhões de crianças, a nível mundial, são vítimas de exploração e injustiça graves, onde inclui as crianças em situação de rua. Estas vivem e sobrevivem em condições precárias e são constantemente vítimas de exclusão e ausência de protecção. Todavia, a sociedade não reage a este problema e, conseqüentemente, os direitos destas crianças não são salvaguardados: educação, saúde, segurança, e outros bens essenciais para o seu normal desenvolvimento.

4.4 - Crianças de rua: Que direitos?

Em diversos países da Europa Ocidental, a ideia de que todas as crianças e adolescentes merecem especial atenção é actualmente aceite, não só devido à sua condição económica ou situação ‘de risco’, mas também devido à sua condição de desenvolvimento, como preconiza a Convenção dos Direitos da Criança.

Ao considerar o enquadramento legal do fenómeno *crianças em situação de rua* importa referir as instituições que salvaguardam os seus direitos e a sua amplitude no contexto português.

Inicia-se esta caracterização com a ilustração da intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em perigo.

As Comissões de Protecção de Menores surgiram em Portugal em 1978, como órgãos gestores dos centros de observação e acção social, dependentes do Ministério da Justiça, consistindo na primeira experiência de protecção de menores por via administrativa, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 314/78, de 24.10.

Em 1991, as Comissões de Protecção de Menores surgem como entidades autónomas, envolvendo as comunidades locais e enquadradas pelo disposto no Decreto-lei n.º 189/91, de 17 de Maio.

Em 1990, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança e é durante esta década que começam a surgir políticas sociais que visam a protecção e o acompanhamento das situações de infância e juventude. Esta Convenção preconiza, no seu artigo 19, a protecção contra maus-tratos e negligência. Algumas das causas que motivam a procura das ruas por parte dos jovens adolescentes.

“1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.

2. Tais medidas de protecção devem incluir, consoante o caso, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e aqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção, e para identificação, elaboração de relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus tratos infligidos

à criança, acima descritos, compreendendo igualmente, se necessário, processos de intervenção judicial.” (p. 13)

O Estado é, portanto, responsável pela protecção das crianças, que sofrem qualquer tipo de maus tratos por parte dos progenitores ou de outros responsáveis pelas mesmas, pela criação de programas sociais de prevenção desses abusos e tratamento das vítimas. Compete-lhe, também, assegurar a protecção da criança, privada de ambiente familiar, e velar de modo a que esta tenha direito a assistência alternativa apropriada ou que seja acolhida por instituições adequadas. Todavia, é imprescindível que estas medidas alternativas, referentes a este dever, tenham em conta a proveniência cultural da criança.

Assim sendo, o artigo 20 da C. D. C. institui que

“1. A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à protecção e assistência especiais do Estado.

2. Os Estados Partes asseguram a tais crianças uma protecção alternativa, nos termos da sua legislação nacional.

3. A protecção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a kafala do direito islâmico, a adopção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.”

De facto, cabe ao Estado assegurar o superior interesse da criança sempre que esta esteja desprovida do ambiente familiar ou que este lhe promova a violação ou o desrespeito pelos seus direitos, enunciados assegurados pelo art.º 69º da Constituição da República Portuguesa.

Nestas situações, é importante que o Estado esteja alerta quer quanto à limitação, quer no que respeita à própria inibição do exercício do poder paternal no sentido de actuar sempre que preveja situações de perigo ou prejuízo. Cabe-lhe o dever de aplicar medidas de protecção, previstas nos direitos da criança, que afastem o perigo para a segurança, a saúde, a educação e a cultura da criança, permitindo sempre a continuação do seu desenvolvimento integral.

A última grande Reforma do Direito e da Justiça de Menores, ocorrida em 1999, traduziu-se na redacção dos diplomas legais de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e da Lei Tutelar Educativa.

Estas duas Leis pretendem diferenciar as soluções tendo em conta a especificidade dos actos praticados. Embora diferentes quanto ao tipo de intervenção tutelar – de protecção e educativa - as Leis de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e a Tutelar Educativa pretendem dar continuidade às suas respostas legais. (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Assim sendo, a primeira regula a mediação de protecção acerca das crianças vitimadas e a segunda assenta na protecção com a intervenção educativa, mais especificamente na efectiva criação de condições para a compreensão dos valores e regras elementares da convivência social (Rodrigues, 2002).

Relativamente à Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJ) – esta entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2001, obrigando a uma reorganização das Comissões existentes, passando as mesmas a ter a designação de Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, assumindo-se este novo enquadramento legal como um centro de racionalidade do sistema de protecção de crianças e jovens, e reforçando-se o papel que já anteriormente lhes era conferido.

Ao abordar esta problemática convém analisar a sustentação legal que está em vigor.

A Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo no seu Artigo 4.º preconiza que a intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios

a) Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

b) Privacidade - a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;

c) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

d) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;

e) Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;

f) Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

g) Prevalência da família - na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adopção.

h) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

i) Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;

Subsidiariedade - a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais. (DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 204 - 1-9-1999- I SÉRIE-A)

Esta lei reformula o conceito de «menor em perigo». É considerada uma criança em risco sempre que a sua saúde, segurança, educação ou o seu desenvolvimento integral estejam ameaçados, nomeadamente por negligência relativamente à prestação de cuidados adequados pelas pessoas responsáveis pela sua educação. Por outro lado, o risco está eminente sempre que a crianças revele atitudes comportamentais consideradas de risco.

Por sua vez, a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) é aplicada nas situações em que a criança transgredir uma determinada conduta. Por conseguinte, esta lei visa a educação dessas crianças para o direito e os princípios e valores elementares de vida em sociedade (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Trata-se de uma lei tutelar, uma vez que se traduz na obrigação do Estado proteger as crianças e jovens que estão a seu cargo, conforme preconiza a Constituição. Por outro lado, é uma lei educativa, pois visa a prevenção de futuras infracções e assegura a segurança dos cidadãos, desenvolvendo particularmente respostas com o propósito de

fomentar nas camadas mais jovens da sociedade, em condição de (para) delinquência, o acato pelos valores e das regras sociais e a consciencialização de "*uma ideia de interdito*" (Souto de Moura, 2000, p. 38).

Este diploma legal determina os dezasseis anos como limite de idade para imputar responsabilidade penal perante delitos cometidos e os doze anos de idade mínima da abrangência da intervenção tutelar educativa, independentemente dos actos praticados (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Antes desta faixa etária – 12 anos - crê-se que as crianças não congregam as circunstâncias psicobiológicas e o amadurecimento psicossocial, entendidos como condição “sine qua non” da educação para a imputação jurídica e da pedagogia da responsabilidade social que qualifica a intervenção tutelar educativa (Rodrigues, 2002).

De forma a evitar que as crianças se envolvam em situações de delito é urgente a prevenção precoce do risco, que deverá ser efectuada junto dos núcleos familiares, através das equipas de rua. É prioritário “roubar” as crianças das ruas. Estas precisam de alternativas viáveis e atractivas para que, desta forma, sejam capazes de deixar de vez a rua, se assim o desejarem.

Com o passar do tempo, a criança poderá recuperar marcas deixadas por esta experiência traumática. Este possível restabelecimento está relacionado com as condições de estabilidade que a criança encontrará neste novo momento da sua vida: a sua nova vida.

Por outro lado, dependerá, também, do tempo que a criança precisou de sobreviver nas ruas. Quanto mais tempo a criança “viveu” neste contexto, mais tempo será essencial para a sua recuperação. Tendo em conta estes itens abordados, o auxílio apropriado e o acolhimento são basilares. Por conseguinte, ajudar e encaminhar estas crianças é missão de todos nós e do Estado, inclusive.

5 - A FAMÍLIA E A ESCOLA

5.1 - A família

5.1.1 - Conceito de Família

Etimologicamente família deriva do latim *famulus*, que designa escravo ou servo, o que indica que nos nossos antepassados a família fosse entendida como um conjunto de escravos ou criados de uma mesma pessoa. (Osório, 1996)

Osório (1996: 16) suporta que

“A família é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos) – e que a partir dos objectivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição das suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais”.

De facto, e como referem Sprinthall & Collins, (1999) a família é determinante para os nossos primeiros contacto sociais e, conseqüentemente, para a formação da nossa personalidade. À medida que crescemos vamos construindo a nossa personalidade. Todavia é na base que nos são inculcados os princípios, os valores e padrões de comportamento que nos ajudarão futuramente a assumir os papéis da vida adulta, nomeadamente, as relações pessoais, sociais e profissionais. Cabe à família auxiliar a criança no sentido de a *“ajudar a estabelecer uma certa continuidade entre as aprendizagens da infância e as novas exigências da adolescência e da vida adulta”* (1999: 321)

A família tem sido vista como um pilar importante na educação dos seus filhos. Tudo o que aqui aprendem, levarão para a sociedade de amanhã. Segundo Sprinthall & Collins *“A atmosfera emocional da família, a forma como os pais preparam e ensinam os filhos, as oportunidades e dificuldades que a vida familiar coloca ao desenvolvimento normal – são factores que estão presentes desde o nascimento e que continuam a exercer a sua influência ao longo da adolescência”.* (1999: 297)

Todavia, esta instituição tem sofrido profundas mutações com o passar dos tempos. Para além do progresso dos indicadores populacionais também sofreu alterações nos hábitos da vida do dia-a-dia. Conforme referem Almeida e Wall “*os papéis domésticos, os objectivos da união conjugal, os tempos e os ritos familiares, o significado da criança, sofreram alterações, desiguais no entanto, consoante a região do país a que se referem, o meio socioprofissional, o nível de escolarização ou a prática religiosa dos indivíduos.*” (1995: 33)

Actualmente, a grande preocupação da sociologia da família é estudar os percursos e as trajectórias de vida do meio familiar no sentido de tentar perceber a “vida familiar no seu palpitar temporal”. (Wall, 2005)

De facto, a estrutura da família foi-se modificando ao longo dos tempos. Se outrora o casamento era feito “por conveniência” hoje em dia as escolhas dos cônjuges são feitas por amor, fundamentadas nas escolhas, na afectividade. Neste sentido, Wall, apoiando-se em alguns sociólogos da família, refere que “*na passagem para o novo modelo “relacional” de família, a conjugalidade e a vida familiar se encontram progressivamente esvaziadas de determinismos sociais*” (2005: 39)

Presentemente, as representações do estar e viver em família são encaradas de forma distinta uma vez que não existe uma configuração única de o ser. As dinâmicas familiares são bem diferenciadas bem como as estratégias e as conveniências da família.

Para Almeida e Wall (2005: 52) “*no plano das representações, verifica-se a centralidade da família nos quadros de valores prevalecentes (...) Os níveis de satisfação e de expectativa face à vida familiar são elevados, o que não significa ausência de tendências de mudança. No contexto de transformações rápidas, os modos de estar e de encarar a família são diferenciados*”.

Tendo em conta que a identidade colectiva da família bem como a organização do seu quotidiano são influenciados por todos aqueles que os rodeiam, directa ou indirectamente, pode-se concluir que esta instituição familiar terá que ser entendida sempre como um todo e jamais como uma “unidade isolada”.

5.1.2 - A Família e as Crianças em situação de rua

Para melhor enquadrar a problemática *Crianças em situação de rua* considerou-se pertinente abordar o conceito de família e as suas implicações na ocorrência de situações de risco.

A existência de crianças em situação de rua não implica, necessariamente, a inexistência da família ou corte de relações com o meio familiar. Por vezes, as crianças optam por “viver” nas ruas mas continuam a ir dormir a casa.

Para Ariés é no *lugar da criança* e na posição social que esta desempenha no interior do seio familiar que se descobre a solução da modernização da vida em família.

Wall (2005) fundamentando-se no estudo de Ariés, concluiu que ao apartar a criança da educação familiar e do trabalho infantil, a sociedade restituiu-la-ia à família enquanto objecto afectivo privilegiado.

Neste sentido, Almeida e Wall (1995: 47) estruturam os modelos de socialização da criança no interior do seio familiar à volta de duas dimensões:

- A da “*conformidade social*”, em que os pais procuram transmitir aos seus filhos valores que acentuam o respeito pelas normas sociais em vigor e pelas instituições dominantes (ex: “ser obediente”, “ter boas maneiras”, “ser trabalhador”, “ser poupado”, “a fé”);

- A da “*autonomia pessoal*” em que estão preferencialmente em destaque valores de conduta e de relacionamento mais centrados no protagonismo individual ou colectivo (ex: a responsabilidade, a independência, a tolerância, a imaginação, a determinação, a generosidade).

A opção por uma ou outra referência é bastante norteadada pela sociedade em que estes estão inseridos.

Ramos (1993: 351) refere que “*a família é um lugar paradoxal onde tudo se movimenta e se reproduz. E tem vinda a ser ao longo do tempo, um lugar privado, (...), símbolo de intimidade do lar, lugar de felicidade mas também de tensão. Ela pode ser um lugar de*

interacção e partilha, um refúgio, um lugar de afecto e amor. Mas ela pode também ser um lugar de ruptura, de violência e de opressão.”

Por sua vez, Antunes (1994) menciona que não devemos culpar única e exclusivamente a família pelos comportamentos desviantes dos seus filhos. Contudo, embora não a culpemos directamente não podemos descurar o facto de esta ser o alicerce, o sustentáculo e a grande força na educação e aculturação natural na vida dos jovens.

Os problemas comportamentais que os jovens enfrentam num determinado período da sua vida - por exemplo, na adolescência – poderão não estar associados à simples rejeição dos princípios familiares que lhe foram inculcados, mas sim ao espírito de contestação, característico da adolescência, e consequente desejo de traçar o seu próprio percurso de vida.

Especialistas das diversas áreas das ciências sociais e humanas, nomeadamente psicólogos, psiquiatras e sociólogos, concordam com a necessidade de proteger a criança e o adolescente, dentro e fora da família, zelando para que se desenvolva pacífica e equilibradamente, em ordem à sua futura inserção no mundo dos adultos.

Muito se tem escrito acerca destes problemas que fazem com que crianças e famílias vivam sujeitas a situações de stress, características da sociedade contemporânea.

Zuckerman, Weitzman e Alpert (1988) referem, a este respeito, que a desagregação da organização clássica de família e o consequente surgimento das famílias monoparentais associado a outros indicadores como pobreza, doenças crónicas, abuso de estupefacientes e maus tratos fazem com que as crianças americanas estejam cada vez mais expostas ao perigo. Há, portanto, uma relação directa entre o aumento destas problemáticas e o aumento das situações de risco.

Bronfenbrenner (2005:84) sustenta que

“a criança que cresce em tais ambientes corre um maior perigo de revelar diversos problemas comportamentais e educacionais, incluindo excesso de hiperactividade ou de apatia, falta de atenção na sala de aula, dificuldade em se submeter, insucesso escolar, mau comportamento, absentismo, abandono dos estudos, envolvimento com marginais e, especialmente, a chamada “síndrome da adolescência”, ou seja, comportamentos que, regra geral, acontecem em simultâneo: fumar, beber, ter experiências sexuais prematuras e frequentes, revelar uma atitude cínica em relação ao trabalho, gravidez na adolescência e, em casos mais extremos, droga, suicídio, vandalismo, violência e actos criminosos”.

Por sua vez, Arnold (1990) enumera a discórdia familiar, a violência e os deficientes processos de vinculação como aspectos motivadores da vulnerabilidade e as situações de risco a que os indivíduos estão sujeitos.

Almeida e Vieira (2006: 104) citam que

“A pobreza infantil e sobreexploração do trabalho das crianças (dentro e fora de casa), o não acesso à pré-escolaridade, o abandono precoce do sistema de ensino e o insucesso escolar, as situações de abuso e de negligência de que muitas são vítimas (dentro ou fora da família) evocam traços de não modernidade que não só destoam da norma hegemónica, como contrasta com a realidade de outras infâncias modernas de crianças-rei – protegidas e resguardadas em bem-estar afectivo e material”.

Para Pedro (2005: 45) *“cada indivíduo é influenciado, não apenas pelos exemplos dos outros, mas também (e principalmente) pela forma como sente que os acontecimentos ou os comportamentos “devem ser”. No adulto, este significado evolui para a inclusão do sentido moral de uma cultura”.*

A responsabilidade educativa da família tem mudado ao longo dos tempos. Se antigamente esta assumia toda a responsabilidade da educação dos seus filhos o facto é que, nos dias de hoje, a família delega os seus deveres a outras instituições, nomeadamente à escola.

Se, por um lado, a família actual se apresenta com a imagem de refúgio, lugar de intimidade e afectividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade e de privacidade, também é verdade que esta instituição pode ser um lugar de inautenticidade, egoísmo, opressão, obrigação, geradora de conflitos e violência. (Ramos, 1993, e Saraceno, 1997).

Para Silva (2004: 52)

“Há uma nova concepção de família que se constroi actualmente. Fala-se de crise com desagregação e desprestígio. Num mundo diferente, há-de ser outra que não mais aquela que nos contam os antigos, (...) Desapareceu a organização patriarcal, não apenas no direito mas sobretudo nos costumes, alterando assim as relações familiares. Modernamente, o grupo familiar reduz-se numericamente. A mulher exerce actividades fora do lar, os filhos são atraídos

para fora de casa devido ou ao problema de espaço no lar ou pela diversidade dos programas a eles dedicados. Crescem os problemas sociais, principalmente os relacionados com a infância abandonada e delinquente”:

Alguns estudos realizados no âmbito da delinquência juvenil, citados por Sprinthall & Collins, 1994, vieram revelar que a má gestão familiar é uma das causas do comportamento anti-social dos filhos. Estes autores constataram que aqueles jovens que mais participavam em actos de vandalismo eram filhos de pais criminosos que os orientavam de forma mediocre e irregular.

Sprinthall & Collins (1994) referem que estudos realizados por Gerald Patterson e colegas levaram à constatação que as crianças problemáticas estabeleciam regularmente interacções coercivas entre os pais e os irmãos. Na maioria dos casos analisados, a criança é o membro da família mais frequentemente envolvido em trocas coercivas. Patterson identificou algumas características que poderão contribuir para o aumento da gravidade dos padrões coercivos, nomeadamente:

1. *“Falta de regras familiares. As crianças, muitas vezes, não possuem hábitos ou expectativas claras e previsíveis para guiar o seu comportamento.*
2. *Falta de monitorização parental sobre o comportamento da criança. Em muitas das famílias observadas por Patterson ele reparou que os pais estavam frequentemente desatentos ao que os seus filhos faziam, até terem ocorrido diversos comportamentos desagradáveis. Nessa altura, começavam a reagir negativamente.*
3. *Falta de contingências afectivas. As reacções dos pais eram muitas vezes inconsistentes, não sendo muito diferentes para os comportamentos negativos e para os positivos.*
4. *Falta de técnicas para lidar com as crises ou problemas familiares” (Sprinthall & Collins, 1994: 466)*

Todos estes aspectos, acima enumerados, poderão contribuir para o surgimento de crianças e jovens em situação de rua. Os pais desatentos ou ausentes não actuam ou quando o fazem fazem-no indiscriminadamente provocando na criança ou adolescente comportamentos de revolta. Estes últimos estão envolvidos num processo de imposição de regras unilateral onde simplesmente recebem ordens. As atitudes desviantes estão subjacentes à falta de diálogo, de partilha, de co-responsabilização e, conseqüente, revolta uma vez que o jovem acredita que poderia ser co-autor nesta decisão das normas de conduta, podendo, desta forma, conduzir os seus próprios destinos.

Sprinthall & Collins (1999) realçam que se durante esta fase conturbada das suas vidas os adolescentes sofressem violentas mutações nos padrões de comportamento, valores e atitudes ver-se-iam obrigados a enfrentar uma “desaprendizagem” de tudo o que lhes foi inculcado e uma conseqüente aquisição de novos valores. Esta reaprendizagem transformaria a adolescência numa fase muito mais complicada do que a habitual para a maior parte dos jovens.

Os pais devem, portanto, assumir papéis mais activos, na sua tarefa de educadores, dado que *“o seu papel agora é de estar atentos, de mobilizar sem dirigir, de apoiar nos fracassos e incentivar nos êxitos, em suma, estar com eles e respeitar cada vez mais a sua individualização”*. (Sampaio, 1994:42)

5.2 - A Família e a Escola

Como já foi referido anteriormente, a família não é o único contexto em que a criança tem oportunidades para desenvolver experiências e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento. A escola também tem a sua parcela de contributo no desenvolvimento das crianças, mais especificamente na obtenção do saber culturalmente organizado nas suas diversas áreas de conhecimento.

Ao longo da sua vida a criança vai assimilando valores, normas, costumes, papéis, conhecimentos e comportamentos que a sociedade lhe transmite e exige. À semelhança da família, a escola é, por excelência, um dos principais agentes de socialização com que a criança interage.

Ao fazer-se uma abordagem sociológica à escola e à família percebe-se que *“falar da escola e de escolas na modernidade é simultaneamente falar de família e de famílias... pois entre umas e outras, numas e noutras, confluem as marcas de uma maneira nova de olhar para a criança que a distingue do adulto e a insere numa construção social específica nova que é a infância”*. Almeida e Vieira (2006: 89)

Por outro lado, Almeida e Cunha (2005: 549) discorrem que

“é decisivo o impacto do contexto familiar no fabrico da relação problemática com a escola ou mesmo no do corte vínculo escolar”. Assim sendo, a importância que as famílias dão ao processo educativo influencia positivamente ou negativamente o sucesso escolar e profissional dos seus filhos. Tradicionalmente, “famílias e descendências numerosas, mães domésticas ou com baixas qualificações escolares e profissionais, grupos sociais como os dos operários ou aqueles parcialmente ligados à condição agrícola constituem terrenos particularmente favoráveis à emergência de trajetórias insucessidas”.

Se por um lado, neste tipo de famílias perdura uma *“cultura familiar anti-escola”* (Almeida, 2000: 14) noutras subsiste a atitude precoce e duradoura de reconhecimento e valorização da escola como instituição basilar para a educação, formação e sucesso dos seus educandos.

Pires e Ramos (1984: 196) salientam que *“...os comportamentos problemáticos, manifestados em sala de aula, tendo por consequência dificuldades de aprendizagem escolar e desadequado comportamento social, têm aumentado, estando as nossas estruturas escolares muito pouco preparadas para este tipo de situações”*:

Actualmente, o ritmo de vida dos pais faz com que o tempo que passam com os seus filhos seja quase nulo. Este pode ser um dos aspectos impulsionadores da violência nas escolas e consequentes desvios sociais.

É fundamental que a criança desenvolva, desde tenra idade, uma convivência familiar e comunitária. De preferência, junto à sua família, ou seja, seus pais e/ou outros familiares, onde estes se sintam co-responsáveis pela educação e formação dos seus filhos. (Rizzini et al., 2006). Só assim a escola poderá dar seguimento a este processo de instrução e socialização.

É preponderante que a família assuma esta importância da educação formal, se responsabilize na formação dos seus filhos. A parceria família/escola só traz vantagens e, embora com funções diferentes, todos estes agentes educativos cooperam na transmissão de afectos, normas, conhecimentos e valores sociais. Como refere Szymanski (2001), a acção educativa destas duas instituições: escola e família, apresentam feições diferentes quanto aos objectivos, conteúdos, métodos e questões interligadas ao plano afectivo, bem como às interacções e contextos diversificados.

6 - PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ÉTICOS

6.1 - Introdução

“Eu quero entender o mundo do teu ponto de vista. Eu quero saber o que tu sabes da forma como tu sabes. Eu quero entender o significado da tua experiência, andar nos teus sapatos, sentir as coisas como tu sentes, explicar as coisas como tu explicas. Irás tornar-te meu professor e ajudar-me a entender?” (Spradley, 1980)

Numa fase inicial far-se-á um resumo dos objectivos deste estudo e, posteriormente, far-se-á referência a aspectos relevantes relacionados com o método de investigação utilizado.

A descrição dos instrumentos utilizados para a recolha de dados, assim como o modo como se procedeu efectivamente à sua recolha e análise serão também merecedores de atenção bem como os aspectos éticos tidos em consideração no decorrer do trabalho.

6.2 - Contextos da Investigação

6.2.1 - Razões da escolha

A escolha da valência de Animação de Rua do Instituto de Apoio à Criança – Açores como o contexto de realização desta investigação não foi regulada por um interesse pela representatividade e pela ampliação ao contexto insular; não foi feito de uma forma aleatória mas teve, essencialmente, a ver com o facto de a investigadora estar a leccionar em S. Miguel – Açores e constatar o significativo número de crianças e jovens em situação de rua na cidade de Ponta Delgada – S. Miguel.

A autora considerou que para dar resposta à diversidade e heterogeneidade do viver e sentir a infância dos *jovens em situação de rua*, o recurso ao contexto de “rua” seria

preponderante para perceber de que forma este grupo de estudo encara o trabalho dos técnicos de Animação de Rua. Para além do mais, a análise do trabalho destes profissionais que acompanham estes jovens permitiria compreender as lógicas de intervenção social junto dos mesmos, mais concretamente os pressupostos que estão subjacentes à planificação das actividades e à escolha dos projectos desenvolvidos com esta população, bem como a análise das dinâmicas e estratégias de intervenção desenvolvidas com este público-alvo.

6.2.2 - A entrada no terreno

A entrada no terreno foi formalizada através de protocolos de colaboração entre as partes envolvidas, onde se identificavam os objectivos e a natureza da investigação, bem como o conjunto de princípios éticos estipulados para ambas as partes. No Instituto de Apoio à Criança – Açores estabeleceu-se um Protocolo de Colaboração com a Direcção da Instituição (cf. Anexo A) e um Consentimento Informado com os técnicos de animação de rua e com os jovens em situação de rua. (cf. Anexo B)

A entrada no terreno foi uma entrada acautelada e informada, revestida de algumas preocupações éticas indispensáveis na investigação com jovens, nomeadamente as autorizações, o sigilo e o respeito pela sua identidade.

6.2.3 - Caracterização do Contexto

A *Valência de Animação de Rua* é uma valência do Instituto de Apoio à Criança - Açores que visa intervir em situações de marginalidade e exclusão social de crianças e jovens em risco.

A *Valência Animação de Rua* traduz-se num projecto de referência do IAC – Açores, não só pelas problemáticas que pretende minimizar e/ou solucionar, relativas ao fenómeno dos jovens em situação de rua, como pelas metodologias inovadoras que implementa, resultando numa intervenção social global dirigida ao jovem, escola, família e comunidade, envolvendo áreas diversificadas e acções específicas.

O objectivo central é o de reintegrar esta população específica menos favorecida, bem como prevenir o aparecimento de novas situações. E, porque a problemática surge de uma forma multisectorial, qualquer intervenção pretendida a este nível tem necessariamente que contemplar um trabalho multidisciplinar, com implicação e co-responsabilização efectiva de vários serviços governamentais e comunitários nela implicados.

Uma das principais funções da *Equipa de Animação de Rua* é percorrer através de giros, diurnos e nocturnos, as várias freguesias de Ponta Delgada, sobre as quais foram sinalizadas diversas problemáticas associadas.

A cidade de Ponta Delgada, situada a litoral, é a principal cidade da ilha de São Miguel, e, conseqüentemente, o local onde se desenvolvem as principais actividades económicas, sociais e políticas da sociedade micalense.

É nas várias freguesias da cidade que os animadores de rua e outros técnicos actuam, tentando combater ou atenuar as diversas problemáticas sociais: negligência parental, vadiagem, vandalismo, mendicidade, comportamentos agressivos, prática de furtos/roubos, fugas repetidas das casas dos pais ou de Instituições de acolhimento, desintegração escolar (absentismo e abandono escolar), prostituição infantil/juvenil, gravidezes precoces, consumo e tráfico de estupefacientes, entre outras.

A intervenção da *Equipa de Animação de Rua* surge da necessidade de intervir junto dos jovens que se encontram na rua, quer por estarem em fuga da residência ou lar de acolhimento, quer por não se enquadrarem nos espaços fechados já existentes na comunidade.

Segundo o Plano Anual de Actividades 2008 da *Valência de Animação de Rua*, a sua intervenção deverá multiplicar as oportunidades de escolha, para que as crianças e jovens em situação de rua tenham uma variedade de opções para mais facilmente escolherem o que mais lhes interessa, de modo a construírem um projecto de vida sustentável e estruturado, integrando-se na sociedade quer ao nível escolar, profissional, emocional ou social. (Cf. Anexo B)

A actuação desta valência deve funda-se na liberdade e na escolha dos interessados, pois eles são os únicos a poderem conduzir o seu desenvolvimento. Quando não consegue

alcançar este requisito, deverão apresentar-se actividades e escolhas que vão de encontro aos interesses e gostos dos jovens em questão.

6.3 - Objectivo do estudo

O objectivo primordial deste estudo pretende identificar a imagem de infância que está subjacente à filosofia da instituição, mais concretamente da *Valência de Animação de Rua*.

Do objectivo geral decorrem alguns objectivos específicos, assentes no referencial teórico discutido nos capítulos anteriores, traduzindo-se nos seguintes:

- Compreender as problemáticas que afectam os jovens em situação de rua;
- Investigar os pressupostos subjacentes à planificação das actividades e à escolha dos projectos desenvolvidos com estes jovens bem como todo o trabalho desenvolvido pelos técnicos da valência;
- Analisar as dinâmicas e estratégias de intervenção que a Animação de Rua desenvolve com os jovens em situação de rua.
- Percepcionar a relação que os jovens em situação de rua estabelecem com as suas famílias;
- Perceber de que forma os jovens em situação de rua encaram o trabalho dos Técnicos de Animação de Rua e a relação que mantêm com eles;
- Compreender o fenómeno dos jovens em situação de rua num contexto insular.

De acordo com os objectivos supracitados, elaborou-se uma questão central e cinco questões complementares, em torno das quais se irá desenvolver o presente trabalho de investigação. Em jeito de síntese, passa-se à sua apresentação:

Questão central:

Que imagem da infância está subjacente à filosofia da instituição, mais concretamente, da Valência Animação de Rua?

Questões complementares:

– De que modo a valência de Animação de Rua pensa o jovem em situação de rua?

Quais os pressupostos que estão subjacentes à planificação das actividades e à selecção dos projectos desenvolvidos com estes jovens?

Quais as dinâmicas e estratégias de intervenção que os animadores de rua adoptam no sentido de cativar o seu publico alvo?

Quais os motivos que levaram estes jovens a escolher a rua como opção de vida? Que relação mantém com a sua família?

De que modo é que os jovens em situação de rua vêem o trabalho desenvolvido pela Animação de Rua? Que relação mantém com eles?

6.4 - O Método de Investigação

“A escolha das práticas reflexivas depende das questões apresentadas a estas questões dependem do seu contexto” (Nelson et all, cit in Denzin & Lincoln, 1994,: 2).

Após a problemática estar definida e contextualizada, surge a necessidade de delinear o método de investigação mais conveniente e exequível. Assim, analisaram-se as questões e adoptaram-se os pressupostos e orientações da investigação qualitativa, configurando-se este estudo num estudo de caso, uma vez que se centrou a investigação do fenómeno no seu próprio contexto, dando importância aos processos, à compreensão e à interpretação (Carmo, 1998).

Um dos pressupostos epistemológicos centrais que diferenciam um paradigma positivista de um paradigma interpretativo/qualitativo diz respeito à forma como se procura compreender a realidade na sua complexidade.

Ao longo deste processo de investigação qualitativa existe uma inevitável inter-influência entre o investigador e os participantes – no caso concreto do estudo serão os jovens em situação de rua.

O intento da investigação é desenvolver a compreensão de um caso particular, de forma ideográfica. Por outro lado, há também uma relação sistémica entre todos os elementos de uma dada situação. Por fim, a pesquisa é norteada por valores e sensível ao contexto. (Bodgan & Biklen, 1994; Lincoln & Guba, 1985; Miles & Huberman, 1994)

Fortin (1999) sustenta que o investigador que recorre ao método de investigação qualitativa está preocupado com a compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los.

Procurar compreender a realidade social através de um paradigma qualitativo implica que

“...o investigador entra no campo com o que lhe interessa investigar, no qual não supõe o encerramento no desenho metodológico de somente aquelas informações directamente relacionadas com o problema explícito a priori no projecto, pois a investigação implica a emergência do novo nas ideias do investigador, processo em que a o marco teórico e a realidade se integram e se contradizem de formas diversas no curso da produção teórica.” (Gonzalez Rey, 1998: 42)

Todas estas razões, aplicadas ao presente estudo, onde se optou por uma abordagem qualitativa, permitiram uma investigação pormenorizada e em profundidade do tópico em análise.

Para garantir a validade de qualquer acção metodológica torna-se imprescindível a compreensão objectiva da realidade social que será alvo de intervenção.

A adopção do método de estudo de caso prende-se com o objectivo de estudar o Instituto de Apoio à Criança – Açores mais propriamente investigar como a *Valência Animação de Rua* desta instituição açoriana percepção os *jovens em situação de rua* e em que sentido desenvolve o seu trabalho.

O ponto de partida desta análise de caso foi um estudo de caso qualitativo. Segundo Yin (1994: 13) *“a utilização de estudos de caso é aconselhável para estudar a complexidade de um fenómeno organizacional, quando o investigador pensa que o contexto é decisivo para a compreensão de um fenómeno.”*

Nesta posição, o investigador está implicado pessoalmente ao nível de um estudo intensivo de casos particulares. Ele chega ao seu campo de investigação através do interior. A sua *“atitude compreensiva pressupõe uma participação activa na vida dos sujeitos observados e uma análise em profundidade do tipo introspectivo.”* (De Bruyne *et al.*, 1975: 210)

Um estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade de um caso único. (Stake, 1995) onde há uma descrição e análise aprofundada e holística de um exemplo, fenómeno ou unidade social (Merriam, 1998)

Pode dizer-se que o estudo de caso é o menos construído, portanto o mais real; é o menos limitado, portanto o mais aberto e o menos manipulável, portanto o mais controlado. (Léssard-Hebert *et al.*, 1990)

Por sua vez, Merriam (1998: 29-30) sustenta que *“um estudo de caso tem três características: é particular, dado centrar-se numa situação específica, é descritivo, dado o seu relato ser feito através da descrição completa e pormenorizada do caso; é heurístico, visto permitir que o leitor passe a ter um novo entendimento sobre o caso”*.

Outras três características enumeradas por Robert Yin (1994) que caracterizam o estudo de caso é o facto de este tomar como objecto um fenómeno actual que assenta num contexto da vida real, onde os limites entre o fenómeno abordado e o contexto não estão estreitamente delimitados. Por outro lado, o investigador serve-se de fontes múltiplas de dados ao longo da investigação.

Aquando da visita às ruas com os técnicos de Animação de rua assumiu-se, como factor preponderante, o protagonismo dos jovens, dando vez às suas vozes, permitindo que eles relatassem as suas próprias experiências e que nos dessem o seu *feed-back* das vivências de rua: aspectos positivos, aspectos negativos, ansiedades, sonhos, etc...

Neste sentido, Fernandes, (2006) defende que

“a investigação que se faz da infância que persiste nas suas próprias percepções acerca da mesma revela-se incompleta, porque não reconhece o papel activo das crianças num mundo que continua a ser dos adultos, mas que é delas também; nega no fundo a participação dos mais interessados nessa mesma investigação, não reconhece, de acordo com Christensen e James”.(2006: p. 26)

6.5 - Caracterização dos Actores

A) A Equipa da animação de Rua

A equipa multidisciplinar de Animação de Rua é composta por 2 psicólogos, 3 animadores de rua, 1 animadora social, 1 assistente social, 1 voluntário do Voluntariado Europeu e alguns estagiários do curso profissional de Animação Sociocultural. A Equipa inicia o seu trabalho desenvolvendo um diagnóstico das zonas mais problemáticas de Ponta Delgada, de forma a conhecer as áreas nesta cidade, com carências e problemáticas inerentes a cada um dos locais em questão. Assim, é uma grande preocupação da valência intervir nestes locais onde existem crianças/jovens que precisam de uma apoio e orientação especializado.

B) Jovens em situação de Rua

Os outros protagonistas deste estudo são os jovens em situação de rua, com idades compreendidas, prioritariamente, entre os 14 e os 18 anos. Este público-alvo encontra-se em situações de elevado risco social, nomeadamente, o abandono familiar, abandono escolar, não habilitados profissionalmente, com condutas aditivas, actos de pré-delinquência, práticas criminais, entre outros. O trabalho foi desenvolvido com um grupo de cerca de 20 jovens em situação de rua.

Embora a identidade dos actores fosse salvaguardada através do recurso de pseudónimos, poucos foram os jovens que quiseram participar nas entrevistas.

6.6 - Instrumentos de Recolha de Dados

As estratégias metodológicas devem articular-se com as questões de investigação formuladas, orientando-se na selecção das técnicas mais adequadas para o acesso aos dados de investigação (Morse, 1994). Este facto é também sublinhado por Olabuénaga (2003: 74), ao reconhecer que a recolha de dados na metodologia qualitativa “*se orienta*

para aqueles de maior riqueza de conteúdo e significado, quer dizer, os dados estratégicos de cada situação”.

A escolha dos instrumentos de recolha de dados influencia os resultados do trabalho. Ao seleccionar o método por entrevista sabe-se, a priori, que procederemos a uma análise de conteúdo. É importante que o observador precise bem as questões que constituem o instrumento de observação. Tal procedimento determina o tipo de informação que obterá e o uso que dela se poderá fazer na análise dos dados.

Gauthier (2003: 32) defende que *“a tradição da investigação qualitativa, em ciências sociais, consiste essencialmente em estudar e em interagir com as pessoas no seu terreno, através da sua linguagem, sem recorrer a um distanciamento que levaria ao emprego de formas simbólicas estranhas ao seu meio”.*

Deste modo, optou por um estudo de caso dado que *“é típico serem utilizados os três modos de recolha de dados mais frequentes, nomeadamente entrevistas, observação e pesquisa documental, sendo “geralmente um processo muito interactivo e holístico”.* Merriam (1998: 148)

Por conseguinte, os instrumentos e técnicas utilizadas para a recolha de dados na presente investigação foram a observação participante dos jovens em situação de rua, análise documental (de todos os documentos da instituição, pertinentes para a investigação) e as entrevistas (à direcção da valência de animação de rua, aos técnicos e aos próprios jovens que se encontram em situação de rua na cidade de Ponta Delgada).

O processo de recolha de dados foi orientado pela necessidade de triangulação, isto é, de confronto entre diversas fontes de dados e distintas técnicas de recolha de dados, a fim de elevar a qualidade das conclusões (Miles & Huberman, 1994)

Como refere (Hesse-Biber e Leavy, 2004:9) *“a utilização de abordagens multi-metodológicas pode produzir percepções mais compreensíveis do mesmo fenómeno social. Para tal, os investigadores devem adoptar a noção de conhecimento como proveniente de diferentes pontos de vista”*

6.6.1 - Observação Participante

Na perspectiva de Mouly, a observação “*é indubitavelmente, o primeiro procedimento da ciência, no sentido em que todos os dados científicos têm origem numa experiência ou percepção.*” (1963: 284)

Como tal, nesta investigação optou-se pela utilização do método de observação participante de modo a compreender melhor as dinâmicas e estratégias de intervenção que aos técnicos de animação de Rua desenvolvem com os jovens em situação de rua. Para dar resposta a este objectivo, a investigadora “*envolveu-se na situação a observar, e sistematicamente, observou dimensões dessa situação, como interacções, relações, acções, acontecimentos, etc...*” (Mason, 2006: 60)

Este tipo de observação permite obter uma complexidade e uma abundância de informação que não seriam imediatas através de uma realização frequente e rígida de registos. Esta investigação tem como pressuposto basilar a compreensão do contexto social no qual as escolhas são consumadas e o modo como os sujeitos expressam as suas interacções e comportamentos.

Quando se está perante este tipo de observação, o próprio investigador é o instrumento principal da observação, “*pode compreender o mundo social do interior, pois partilha a condição humana dos indivíduos que observa. Ele é um actor social e o seu espírito pode aceder às perspectivas de outros seres humanos, ao viver as “mesmas” situações e os “mesmos” problemas que eles*”. (Léssard-Hébert *et al*, 1990: 155)

A observação directa “*é aquela em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados.*” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.165) As observações são recolhidas pelo investigador – através da observação participante - e os sujeitos não participam na produção da informação.

Neste contexto de investigação, a observação directa consistiu em realizar observações durante longos períodos de tempo, enquanto os jovens estavam em actividades com os animadores de rua, implicando a recolha de dados precisos sobre as ocorrências.

Até porque como refere Costa “*A frequência do maior número possível de locais do contexto social em estudo, a presença repetida no maior número possível de actividades de todo o tipo que nele se passam, a permanente conversa com as pessoas a que ele pertencem – são acções com um elevado índice de interferência*”. (1986: 137)

Parente (2002) salienta que os teóricos defensores do paradigma positivista e do modelo científico valorizam uma observação mais estruturada, enfatizando a verificação, o controlo e a generalização. Em contrapartida, realça que os defensores do paradigma de investigação interpretativo e modelo etnográfico de análise tendem a utilizar uma observação não estruturada, o que implica que a informação recolhida seja analisada sob diferentes perspectivas, com base em crenças, valores dos observados, de forma a ser possível a compreensão das diversas situações. Este tipo de observação pressupõe a especificação dos diferentes pontos de vista.

Burgess (1997) distingue dois tipos de observação: a observação participante e não participante.

No presente estudo, realizou-se uma observação participante, onde o investigador é o principal instrumento da pesquisa. Este proporcionou condições e situações com vista à colheita de dados sobre a interacção social. A observação participante pressupõe o acesso a determinados conceitos que são típicos ou usados no quotidiano dos sujeitos da pesquisa.

Segundo Burgess (1997) a observação participante poderá acarretar algumas vantagens, na medida em que o investigador está implicado em todo o processo de investigação, recolhendo informações detalhadas sobre os participantes nos diferentes contextos em que as situações, acontecimentos e relatos acontecem. Nestes relatos o investigador poderá obter as diversas versões dos acontecimentos, comparar os relatos, complementando com as observações que realizou no terreno.

Parente (2002) destaca Schwartz e Schwart (1995) que são unânimes em reconhecer que este tipo de observação poderá trazer algumas implicações, uma vez que o observador participante está implicado e envolvido em relações face a face com os participantes da investigação, fazendo mesmo parte do contexto que em se realiza a pesquisa. Como refere Deacon e tal “*o investigador participa, até determinado grau, nas actividades das pessoas que estão a ser observadas*”. (1991:34) Assim sendo, estes podem ser influenciados pelas circunstâncias que ocorrem ou até mesmo influenciar o contexto da investigação.

Parente (2002) referencia Croll (1986) relativamente à organização da observação, defendendo que a observação poderá ser sistemática ou não sistemática.

Parente (2002) define a observação sistemática como um conjunto de regras sistemáticas implícitas no registo e classificação dos acontecimentos e observações realizadas. Os resultados são apresentados ao nível numérico ou quantitativo. A observação não sistemática está relacionada com a observação etnográfica ou qualitativa.

Este estudo foi objecto deste tipo de observação uma vez que se tratou de uma observação participante e teve como objectivo a análise e a compreensão dos factos observados durante a pesquisa. Os resultados foram apresentados sob a forma de notas de campo e registos sobre as observações relevantes.

Assim sendo, a investigadora registou os seus dados de forma activa, ou seja, após o período de observação e forma mais passiva, registando-os durante a observação. Até porque e, segundo (Everston e Green, 1986: 178) *“a participação activa significa que o observador está envolvido nos acontecimentos e que os regista após eles terem tido lugar. Este tipo de observação participante permite ao observador apreender a perspectiva interna e registar os acontecimentos tal e qual como eles são percebidos por um participante”*.

Para Parente (2002) a observação directa pode ser representada segundo diversos formatos. Neste contexto de observação/investigação assumiram-se algumas formas de investigação, nomeadamente, as descrições/registos diários, registos de incidentes críticos e registos contínuos. Foi com base nestes registos que a investigadora elaborou o seu “Diário de bordo” (cf. Anexo C)

Para Léssard-Hébert *et al* (1990:155) *“a observação participante permite recolher dois tipos de dados. Os dados registados nas “notas de trabalho de campo” são do tipo da descrição narrativa e aqueles que o investigador anota no seu diário de bordo pertencem ao tipo da compreensão, pois que fazem apelo à sua própria subjectividade”*.

Contrariamente ao que acontece quando se recorre à entrevista, durante a observação o investigador pode testemunhar “in loco” os comportamentos verbais e não verbais, implícitos ou explícitos, do seu público-alvo.

A investigadora, aquando da observação, tentou ser imparcial e objectiva, não interferindo naquilo que estava a acontecer. Até porque como refere Devereux (1980)

este tipo de observação exige que o investigador observe o meio natural evitando o mais possível as perturbações que poderão advir da sua mera presença.

Segundo Silva (:72) *“é necessário que o investigador obtenha junto do grupo a observar uma familiaridade e confiança recíprocas e que crie com ele um certo grau de empatia, através de uma atitude não directiva de compreensão do outro”*.

Todavia, o investigador terá que saber dosear essa relação uma vez que uma exagerada familiaridade poderá invalidar a observação, fazendo com que os processos se tornem *“naturais e invisíveis para o investigador”* (Deacon e tal, 1999: 264)

Se este estiver excessivamente envolvido com o objecto de estudo, a observação tornar-se-á *“difícil, deformada, parcial, e por isso, deixa de ser objectiva”* (Mucchielli, 1991: 35).

6.6.2 - Descrições/registos diários

Segundo a perspectiva de Parente (2004), as descrições diárias definem-se quando o observador regista e realiza descrições que podem assumir um carácter pormenorizado ou breve, consoante a sua pertinência.

É de sublinhar a importância dos registos diários por parte do observador, dado que a partir deles se pôde avaliar mais objectivamente todo o processo da investigação. Estes registos foram de um contributo fundamental, uma vez que forneceram dados importantes para a compreensão das questões-chave da investigação.

Os registos diários trouxeram-nos algumas vantagens, uma vez que possibilitaram um entendimento pormenorizado sobre os sujeitos e acontecimentos que ocorrem.

Salienta-se como desvantagem a natureza sistemática destas descrições, o que poderá ter implicações ao nível da sua fidelidade. Outra desvantagem, relaciona-se com o restrito número de participantes a que este tipo de observação está limitado.

6.6.3 - Análise Documental

A pesquisa documental é considerada como uma das técnicas utilizadas, em exclusividade ou complementaridade com outras técnicas, no acesso às fontes de dados.

Existindo uma diversidade de documentos passíveis de constituírem relevantes fontes de informação, cabe ao investigador seleccionar aqueles que mais poderão contribuir para a concretização dos objectivos do presente estudo.

As fontes documentais são importantes para ter acesso a informação que faz parte da história do objecto de estudo.

Langlois e Seignobos (1946) referem a propósito que o historiador trabalha com documentos. Por conseguinte, se não há documentos, não há história. À semelhança do historiador também o investigador necessita de recorrer a esta pesquisa documental para enriquecer e complementar a sua investigação. Infelizmente, nem todas as fontes são válidas ou de confiança. É por isso imprescindível escolher, de uma forma assertiva, os diferentes tipos de fontes.

Aquando desta análise, e tendo por base a classificação de MacDonald e Tipton (1993), recorreu-se às fontes primárias, privilegiando os documentos escritos que foram elaborados por pessoas que estavam a ser estudadas durante o próprio período de pesquisa, como foi o caso do Plano Anual de Actividades 2008 da Valência de Animação de Rua (cf. Anexo D). Até porque esta busca nos registos escritos permite uma maior percepção de todo o contexto envolvente à investigação.

Por outro lado, fez-se também a distinção entre dois grandes grupos de documentos: escritos (documentos oficiais do Instituto de Apoio à Criança - Açores; imprensa escrita; documentos privados) e visuais (fotografias e pinturas de actividades e outros trabalhos realizados pela valência Animação de Rua). Esta classificação é praticamente coincidente com a de Saint-Georges (1997) ao distinguir fontes escritas e fontes não escritas.

Neste caso, a pesquisa documental proporcionou o acesso a informação que de outro modo seria inexequível, permitindo também identificar questões cujas respostas seriam

conseguidas através de outras técnicas, nomeadamente a observação e a entrevista. Ocasionalmente, este processo invertia-se dado que alguns dados emergentes da observação e das entrevistas conduziam à necessidade da pesquisa documental, de modo a que se pudesse aprofundar e/ou confrontar a informação. Neste sentido, a análise de documentos foi sendo realizada ao longo de todo o processo da investigação empírica.

Como refere Moreira (1994: 32) *“o valor das fontes depende, claro da sua precisão, exaustividade, detalhe e proximidade ao(s) acontecimento(s) registado(s). Em termos gerais, quanto mais inicial é uma fonte primária (mais próxima do momento exacto da acção) maior é o seu valor como evidencia. Todavia, se essa fonte não é precisa nem completa o seu valor diminuirá muito consideravelmente”*.

6.6.4 - Entrevista semi-estruturada

Na investigação qualitativa recorre-se frequentemente à entrevista, que está associada com outra forma de recolha de dados – a observação.

Fonseca (2003: 79) menciona que *“A entrevista desempenha, no domínio da investigação qualitativa e interpretativa, um papel fundamental, na medida em que a partir dela é possível compreender as concepções, as ideias, as atitudes dos sujeitos que participam no estudo em causa”*.

Dada a sua vasta utilização, a entrevista acaba por assumir várias formas, as quais reflectem muitas vezes as experiências pessoais dos diferentes investigadores no terreno. No caso concreto do estudo, optou-se pela entrevista semi-estruturada, ou semi directiva, orientada para a resposta, onde a investigadora manteve o controlo no decurso de todo o processo. *“O entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixados ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista”* (Ghiglione e Matalon, 1997: 64).

No caso concreto, investigadora dispunha de um guião, relativamente aberto, para orientar a recolha de informação da parte do entrevistado. Todavia, o processo de

recolha de informação nem sempre aconteceu, uma vez que a maioria dos jovens em situação de rua não colaborou quando se começaram a realizar as entrevistas.

Segundo Quivy et al (1992:194) a entrevista semi-directiva “*não é nem inteiramente aberta, nem encaminhada por grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas na ordem em que as anotou e sob a formulação prevista.*”

Aquando do desenrolar da entrevista nem sempre se colocaram as perguntas pela mesma ordem que estavam previstas.

Até porque Quivy et al (1992:192) sustenta que

“...tanto quanto possível a investigadora “deixará andar” o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível”.

Poder-se-á dizer que a investigadora seguiu estas orientações à medida que ia entrevistando os seus sujeitos. Nestas entrevistas, realizadas individualmente, foram colhidas as vozes quer dos técnicos de animação de rua, quer dos jovens em situação de rua. Na entrevista individual, a investigadora inspirou-se na técnica de escuta activa: ela fita e encoraja o sujeito.

Tendo em conta que “*uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas (...) dirigida por uma das pessoas com o objectivo de obter informação sobre a outra*”. (Bogdan e Biklen, 1994:134), estas entrevistas foram utilizadas para colher informações nas próprias palavras dos sujeitos participantes, assim para que se compreendesse a forma como estes interpretavam os acontecimentos que descreviam. (Bodgan & Biklen, 1991)

Van der Maren (1996) sustenta que numa entrevista individual deve demonstrar-se ao entrevistado, que está à frente do entrevistador, que o seu depoimento é realmente

importante. Por conseguinte, este deve escutá-lo, fitá-lo, encorajá-lo a continuar, mostrando que está atento ao seu discurso (por exemplo, dizendo “sim, sim”...).

Este método de recolha de dados – entrevista – apresenta vantagens bem como limites ou problemas. Se por um lado, é uma mais-valia o grau de profundidade dos dados de análise recolhidos, por outro lado, o facto de ser um método flexível pode levar a acreditar numa completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do investigador. (Quivy e tal: 1992)

Segundo Berg (2004), durante a entrevista o investigador deve desempenhar, pelo menos, três papéis distintos:

- Como actor (estar atento ao que o entrevistado faz ou diz durante a entrevista, ouvir atentamente, não emitir juízos de valor);

- Como realizador (demonstrar através do contacto visual, ou de expressões verbais empatia em relação ao que o entrevistado diz;

- Como coreógrafo (controlar o processo da entrevista, coreografando os seus próprios movimentos e gestos”. (2004: 103)

Conforme refere Moreira (1994) os dados obtidos durante uma entrevista são o resultado da relação que o entrevistador conseguiu criar com o entrevistado, isto é, a qualidade dessa empatia determina a própria qualidade dos resultados obtidos. Como tal, teve-se o cuidado de recorrer a algumas das estratégias que fomentassem essa relação, nomeadamente, criar um ambiente acolhedor, promover um contacto prévio com os entrevistados e fomentar a relação de empatia com os mesmos.

Os guiões das entrevistas aos técnicos da valência de Animação de Rua e aos jovens em situação de rua (cf. Anexos E e F, respectivamente), dos quais fazem parte várias questões relacionadas com as vivências dos animadores de rua e *dos jovens em situação de rua*, pretendem contribuir para um enriquecimento do tema em estudo. O recurso a estes foi extremamente importante para (re) orientar e (re) encaminhar a entrevista, sempre que o(s) entrevistado(s) se desviava(m) das suas questões fundamentais e para “colocar as perguntas às quais o(s) entrevistado(s) não chega(m) por si próprio(s), no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (Quivy et al, 1992:194).

O número final de inquiridos foi bastante mais reduzido que o esperado uma vez que, como já se referiu anteriormente, aquando da entrevista propriamente dita, os jovens em situação de rua não quiseram responder.

As entrevistas tiveram uma duração média de meia hora e decorreram em espaços acordados por ambos (entrevistador e entrevistado)

Optou-se por realizar as entrevistas na primeira quinzena de Junho, após um período de observação e familiarização com os entrevistados. Todas as entrevistas foram realizadas em horas e locais determinados pelos entrevistados, com o intuito de assim não haver perturbações exteriores nem situações constrangedoras para os mesmos. Todavia, tanto os adultos como os jovens optaram por realizá-las nos locais onde decorriam as animações de rua. Foi também acordado entre os intervenientes o uso de gravador, adoptando-se uma conduta ética de elevada correcção e responsabilidade.

A este propósito Marcelo (1991: 24), defende que *“o recurso a estes equipamentos oferece um registo de dados exactos passíveis de serem analisados por diferentes indivíduos, não estando condicionados à “memória do investigador”*.

Salienta-se que a transcrição integral das entrevistas de investigação foi uma demorada tarefa de registo que constituiu uma fase decisiva deste processo.

Segundo Moreira (1994: 141-142) *“a transcrição integral oferece a vantagem de permitir todos os tipos de análise. Pode-se não saber quais são aspectos analíticos mais significativos no momento em que se faz a transcrição: ao fazê-la de forma integral, cria-se a possibilidade de não se perder dados que mais tarde podem revelar um significado importante”*.

6.7 - Aspectos Éticos

No que concerne às entrevistas teve-se o cuidado de comunicar com toda a clareza quais os objectivos do estudo e quais os materiais que se pretendiam utilizar.

Tendo por base as recomendações de Bodgan e Bilken (1994), os sujeitos da entrevista foram elucidados antecipadamente acerca dos objectivos da investigação, o propósito dos dados colhidos e da preservação do anonimato.

Adianta-se, desde já, que toda e qualquer identificação – dos sujeitos, das equipas de trabalho, etc. – que se enunciam nesta dissertação é fictícia, sem qualquer coincidência ou similaridade com a realidade. Por outro lado, teve-se o cuidado de assegurar o sigilo da informação, pelo que as entrevistas, narrativas biográficas e notas de campo apenas foram disponibilizadas ao Orientador. A confidencialidade foi garantida, de modo a que os dados recolhidos não provocassem “*qualquer tipo de transtorno ou prejuízo*” para outros, conforme aconselham Bobgan e Bilken (1994: 77).

Para garantir o compromisso de anonimato dos intervenientes elaborou-se um contrato relativo ao consentimento informado por ambas as partes. (Cf. Anexo B)

Os resultados desta investigação nunca seriam fiáveis se não tivesse havido um persistente contacto pessoal com os jovens e seus mundos, pela vivência *in loco* do(s) espaço(s) e do(s) tempo(s) onde os mesmos se movimentam; foi extremamente importante o conhecimento do seu passado, do presente e das suas ambições e sonhos...

6.8 - Tratamento e análise de dados

O tratamento dos dados oriundos desta investigação foi feito através de uma análise de conteúdo, através de um processo de categorização, dado que compreende a utilização de técnicas e procedimentos sistemáticos de explicação do conteúdo dos dados obtidos.

Bardin (1: 117) aborda a categorização como “*a operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e (...) reagrupamento (...) segundo caracteres comuns*”. As categorias figuram variáveis da teoria, sendo mediadoras entre o enquadramento teórico abordado e as informações orais resultantes das entrevistas.

A análise de conteúdo consiste precisamente numa técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto. (Krippendorff, 1990). Nesta perspectiva, a análise de conteúdo possibilita tirar ilações sobre a fonte, a

situação em que esta produziu o material objecto de análise, ou até, ocasionalmente, o recebedor ou destinatário das mensagens.

Aquando da análise de conteúdo, teve-se em atenção as seguintes condições de produção enunciadas por Vala (2001):

- Toda a informação colhida pelo investigador está já separada da fonte e das circunstâncias genéricas em que foram produzidos;

- O investigador organiza a informação num diferente contexto que erige baseando-se nos propósitos e no tema de pesquisa; para depois tirar as ilações a partir dos dados.

Não há apenas um tipo de análise de conteúdo dada a diversidade do tipo de entrevistas. No caso específico desta investigação optou-se por um paradigma que faça a análise compreensiva e indutiva dos dados recolhidos. Neste sentido, “ *análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recurso a um conjunto de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras da inferência*”. (Guerra, 2006: 62)

Esta técnica de tratamento de informação é vantajosa porque podemos ler nas entrelinhas o comportamento dos participantes, contudo não podemos descurar que todas as inferências são subjectivas e variam de sujeito para sujeito. Por outro lado, não podem ser generalizadas, devido às divergentes categorias em que se dividem os métodos.

Segundo Berelson (1952), citado por Bardin (1995), esta técnica de investigação permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação, tendo por objectivo a sua interpretação.

Com esta análise de conteúdo, pretendeu-se descrever as situações mas também interpretar o significado daquilo que foi proferido pelos protagonistas do estudo.

Após a transcrição das entrevistas, estas foram impressas em suporte de papel, deixando-se uma margem larga à esquerda e à direita do papel, onde, posteriormente, se realizaram algumas leituras intensivas de cada entrevista.

Seguindo as orientações de Guerra (2006) foram sublinhados dados pertinentes para a análise, nomeadamente, os factos, frases relevantes da comunicação dos entrevistados que a investigadora pretendesse incluir aquando da composição e, finalmente, outros temas relevantes que não constavam como objectivos do estudo mas que se consideraram valorizados nesta fase.

Cumulativamente, foi feita uma análise temática (onde a investigadora registou pequena síntese da narração dos entrevistados) e uma análise problemática (onde é feita uma analogia mais conceptual com o paradigma de análise).

Guerra (2006:70) a respeito desta análise frisa que *“como se trata de uma leitura indutiva, mais próxima do material das entrevistas, é natural que surjam novas temáticas (descritivas) e problemáticas (níveis que permitem novas interpretações sobre o fenómeno a estudar”*.

Consequentemente, estas devem constar da análise das entrevistas uma vez que se tornam importantes para o enriquecimento do estudo.

Após estas sucessivas leituras e análises intensivas, começou-se por fazer uma sinopse das entrevistas, num quadro de dupla entrada: eram apresentadas as grandes temáticas referidas no guião da entrevista, ampliadas com os recentes dados colhidos com a leitura anterior.

Para Guerra (2006: 73) *“as sinopses são sínteses dos discursos que contém a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados. Trata-se, portanto, de material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas (mesmo as que não estão referenciadas no guião da entrevistas).”*

O recurso a este tipo de procedimento – sinopses - tornou-se vantajoso para a análise de conteúdo porque:

- Resumiu todo o material recolhido assimilando o *corpus* fulcral da entrevista;
- Possibilitou o acesso na íntegra da informação retirada, que advém do discurso mas também dos seus diferentes componentes;
- Auxiliou a confrontação longitudinal das várias entrevistas;
- Permitiu uma percepção da saturação das entrevistas.

Pode então concluir-se que este método de análise de conteúdo foi intensivo (análise de um pequeno número de informações complexas e pormenorizadas) uma vez que segundo Quivy e Campenhoudt “*utilizamos como informação de base a presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do “discurso” estão articulados uns com os outros*”. (1998: 227)

Tendo em conta os objectivos do estudo que se pretendiam atingir, analisar-se-á, de seguida, o conteúdo dos resultados obtidos, que se encontram divididos por categorias.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados, obtidos aquando da recolha de dados da investigação, possibilitou destacar algumas categorias de análise reveladoras da riqueza de dados recolhida. Apresenta-se, de seguida, estas categorias.

7.1 - Problemáticas dos jovens

A investigação tem demonstrado que a génese da violência na juventude e na idade adulta reside na infância. Todavia, é na juventude que os factores de risco se manifestam.

Os jovens, independentemente da sua classe socioeconómica, sentem-se atraídos pela aventura, pelo desejo de um comportamento desviante. Por conseguinte, as práticas delinquentes dos jovens revelam, muitas vezes, emoções clandestinas, que emergem quando estes desejam, implicitamente, uma experiência que é aliciada pelo gozo, pela acção ilícita, seguida de um grande entusiasmo após a execução do acto (Katz, 1988).

Tendo em conta este autor, podemos compreender melhor o porquê das pequenas ilegalidades praticadas pelos jovens. Estes envolvem-se frequentemente em actos delinquentes e com o passar do tempo têm dificuldade em abandonar esta vida.

Pais e Vilaverde (2003: 408) sustentam que *“nem todos os jovens portugueses, longe disso, se envolvem em condutas de risco, toxicoddependência ou violência. Todavia, mesmo que maioria dos jovens portugueses não se afaste das normas tidas como socialmente dominantes”*. No entanto, o facto é que as problemáticas que estão actualmente associadas aos jovens adolescentes foram crescendo na sociedade, como é o caso da violência juvenil.

Weiner (1995:311) argumenta que *“a delinquência pode ser definida uniformemente de acordo com os actos que compreende, a despeito de quem os comete ou porquê; mas, por outro lado, os delinquentes são um conjunto marcadamente heterogéneo de indivíduos no que diz respeito aos seus antecedentes e motivações”*.

De facto, não existe uma poção mágica para a resolução destas problemáticas que estão associadas aos jovens em situação de rua. Para conseguir cativar e motivar estes jovens os técnicos precisam de entrar no seu mundo, ganhar a sua confiança e só, posteriormente, trabalhar com eles no sentido de intervir para melhorar as suas condições de vida. Só após o estabelecimento de uma relação estável com estes jovens será possível ajudá-los na construção do seu Projecto de vida que pode passar pela sua reintegração na família, na escola ou no mundo do trabalho.

No contexto geográfico em que se desenvolveu este estudo, esta problemática dos comportamentos de risco dos jovens, especialmente sob a forma de **delinquência juvenil**, tende a crescer. No Plano Anual de Actividades 2008 da Valência de Animação rua é referido que *“segundo dados recentes da PSP, a delinquência juvenil tem vindo a aumentar nos últimos anos. No topo dos delitos praticados por menores de 16 anos estão os crimes contra o património (furtos) e roubos. Depois surgem os crimes contra as pessoas, onde estão inseridos crimes que vão desde a agressão, abuso sexual e violação.”*

Todavia estes dados relativos à Ilha de S. Miguel contrastam com a realidade do continente, que por sua vez tende a decair. De acordo com os dados do Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, a delinquência juvenil desceu 43,7 % em 2008 enquanto a criminalidade dos jovens 35 por cento, face ao ano de 2007, em igual período, passando de 4440 participações para 2510.

Contrariamente, a criminalidade (actos criminosos efectuados por três ou mais pessoas) teve, em 2008, um aumento de 35 por cento", passando de 7054 casos, em 2007, para 9522, no ano passado.

O Relatório Anual de Segurança Interna de 2008, que foi dado a conhecer no mês de Março, aponta um acréscimo da criminalidade grave e violenta de 10,8 por cento e uma subida da criminalidade geral de 7,5 por cento face ao ano de 2008.

Estas situações de violência e de pressão, muitas vezes, relacionadas com o consumo de drogas, surgem em plena zona pública e associam-se a uma maior evidência dos grupos de rua.

No presente estudo, foi possível identificar as seguintes problemáticas associadas aos jovens em situação de rua:

- A) Absentismo Escolar;
- B) Consumo de Estupefacientes
- C) Violência Juvenil
- D) Prostituição Juvenil

7.1.1. Absentismo/abandono Escolar

O abandono escolar e o absentismo são, actualmente, uma das preocupações da sociedade não só pela extensão do problema mas também pelas consequências que daí poderão advir para o indivíduo e para a própria sociedade em que este está inserido.

A UNESCO define abandono escolar como um acontecimento, por parte do aluno, de desistir da escola antes do fim do último ano do ciclo de ensino em que se havia matriculado.

Por sua vez, Garrinhas (1998: 302) caracteriza o absentismo como um problema *“resultante do desagrado pela escola”* e o abandono como *“a rejeição da escola por parte daqueles que, na maior parte das vezes, foram excluídos por ela”*. Assim sendo, o primeiro poderá ser uma das causas do segundo e ambos poderão ser um corolário da exclusão social

Garrinhas (1998: 363) conclui que *“a falta de sucesso e motivação do aluno, em continuar o seu percurso escolar, aponta para causas que se devem centrar quer no seu modo de vida e meio familiar, quer no tipo de propostas de aprendizagem que a escola lhe oferece. Estas são na maioria desligadas da experiência quotidiana da criança, inibindo, assim, a génese de uma motivação para o saber e para a construção desse mesmo saber”*.

Segundo o Plano Anual de Actividades de 2008 da valência de Animação de Rua, o abandono precoce da escola poderá pôr em causa o futuro dos adolescentes, quer na inserção do mundo do trabalho quer na inclusão social.

“Também surgem novas problemáticas, como a exclusão social, o absentismo/abandono escolar e fugas do lar (quer da família, quer das instituições de acolhimento). Verificamos um grande número de jovens que estão fora do sistema educacional e profissional que resulta, muitas vezes, em situações de marginalidade, discriminação, entre outras, que comprometem seriamente o futuro destes jovens. “ – Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de Rua

Esta ruptura com a escola poderá advir de vários atritos: com a inserção escolar (aspirações/expectativas, possibilidades económicas, grau de satisfação dos pais, relação professor aluno), com a frequência escolar (determinantes pessoais e institucionais), com a inserção na vida activa (determinantes económicos e socioculturais) ou com a acessibilidade à escola (distância e deslocação).

Durante os giros diurnos e o acompanhamento escolar existiu a oportunidade de se observar que o **absentismo/abandono escolar** era uma das problemáticas dos jovens em situação de rua.

O Plano Anual de Actividades 2008 da Valência de Animação de Rua refere que:

“Outro factor de risco para a inserção destes jovens na criminalidade constatado na pesquisa, por nós realizada, é o afastamento escolar “(...) As escolas não estão preparadas para atender alunos com comportamentos “desviantes” e não tem recursos para estimular estes alunos”.

No âmbito das estratégias desencadeadas ao longo da investigação, neste caso, a observação participante, constataram-se as nuances que esta problemática assume no caso destes jovens:

“Entramos e lá encontramos o João, que embora já tivesse reprovado por faltas, estava todos os dias naquela escola. “Rapaz complicado” - dizia-nos uma auxiliar – “Já reprovou por faltas no primeiro período.” - (Notas de campo, 23 de Maio de 2008 (tarde) – Giro e visita domiciliária)

Como podemos ver, o absentismo escolar deste jovem pode ser indiciado pela redução ou ausência total de assiduidade e pontualidade. O perfil do aluno em risco revela uma

ausência de ambições escolares, quer pela parte do aluno quer pela própria família. Se os pais não valorizam o trabalho da escola, as expectativas e ambições do aluno poderão seguir a mesma linha orientadora.

Os técnicos constataram assim que a escola era preterida pela rua. Os jovens sentiam mais afinidade com o espaço rua do que com espaço escolar. Consequentemente, optavam por passar aí os seus dias com os seus amigos.

“Seguíamos pelas ruas da cidade de Ponta Delgada, com destino à Escola Secundária da Laranjeiras – local onde se encontravam matriculados a maioria dos jovens que estavam a apoiar. “Vamos ver se eles estão nas aulas, ou se estão no jardim com os amigos de sempre” explicaram-me. Enquanto fazíamos aquele percurso, que para eles já era quase um ritual, estávamos atentos para ver se encontrávamos alguns jovens em situação de risco: sentados nos bancos de jardins, encostados às esquinas dos prédios, quando deveriam estar nas aulas. Percebi, então, que a função deles não era apenas estar alerta e intervir com os jovens que apoiavam mas também relativamente a novos jovens que aparentassem comportamentos desviantes.

Chegados à escola, o Vítor foi perguntar aos funcionários se a Ana (jovem que estava a ser acompanhada pela Equipa de AR) tinha entrado na escola nessa manhã. Enquanto o Vítor entrou para ir falar com o Presidente do Conselho Executivo, eu e Carlota fomos então ao jardim, que ficava mesmo em frente à escola e que serve de entretenimento para muitos jovens que trocam o espaço escolar por aquele espaço. Demos a volta mas não encontramos nenhuns daqueles que procurávamos. Entretanto, sentamo-nos aguardando que o Vítor nos trouxesse boas notícias. Parece que, felizmente, a Ana estava a fazer a prova, contou-nos o Vítor, embora não soubesse que tinha exame naquele dia.”

(Nota de campo, 19 de Maio de 2008 (manhã) – Acompanhamento escolar e giro ao Bairro das Laranjeiras)

Uma das prioridades dos técnicos desta valência é reduzir ou tentar erradicar este problema do absentismo/abandono escolar, através do acompanhamento escolar aos jovens em risco.

“Divididas as equipas, eu fiquei com a Anabela (Assistente Social) e a Cláudia (Voluntário do Projecto Europeu). Fomos até à Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada para recolher informações acerca de uma inscrição de um jovem que estava a ser acompanhado pela valência – Quim. Levamos o formulário e voltamos pela Avenida marginal. Íamos em direcção à casa do Quim para ver se o encontrávamos e o convencíamos a fazer a inscrição.”

(Notas de campo, 19 de Maio de 2008 (tarde) – Giro pela baixa da cidade de Ponta Delgada)

O aluno em risco de abandono escolar é, normalmente, mais velho do que os colegas da turma, frutos das sucessivas retenções, não costuma ter qualquer tipo de apoio da família, coabita num meio familiar com vários problemas (a nível intelectual, económico, social, cultural, etc.) e não revela um rendimento escolar satisfatório. (Garrinhas, 1998)

7.1.2. Consumo de Estupefacientes

Pudemos, também, ter a percepção que outra das problemáticas que afectavam estes jovens micaelenses era o consumo de estupefacientes.

“Chegamos ao IAC e estava lá a Ana à nossa espera. Também queria participar na palestra/Formação sobre Toxicodependência. “Não por mim. Mas porque me preocupo com uma certa pessoa e isto ajuda-me muito a compreendê-la” disse-nos.

Como estávamos poucos e também porque o retroprojector não funcionou decidimos concentrar-nos todos no sofá para vermos a apresentação dos diapositivos sobre Toxicodependência. Força das circunstâncias criou-se um ambiente muito mais acolhedor e informal. Os jovens lá foram partilhando connosco as suas andanças no mundo da droga, sem qualquer preconceito ou inibição. Denotava-se bastante confiança naqueles que seriam, provavelmente, os seus grandes amigos.

A Ana permanecia mais calada mas muito atenta, respondendo apenas quando era incitada a fazê-lo. José e o Moisés falavam mais... Tinham apenas 14 anos contudo, revelavam uma experiência de vida incrível. Segundo contaram já tinham experimentado quase de tudo: charros, álcool e pequenas drogas... Tudo para eles era permitido... Eram crianças carinhosas, com um olhar meigo e uma simpatia no sorriso. Gostei de os conhecer...”

O consumo de estupefacientes é uma problemática que encerra em si um conjunto variado de elementos que, neste estudo concreto, está também associado à dimensão da transgressividade. Segundo Eduardo e Teixeira (1993: 21) este vector *“enquadra o fenómeno da toxicodependência numa das principais figuras da desviância juvenil.”*

Mas, se a abordagem sociológica acerca desta problemática ajuda na afirmação da importância do desabrochar de um fenómeno de cariz social, que envolve todas as camadas sociais, não serve, contudo, para uma significação exacta que teima em afirmar que a toxicodependência é tão-somente um comportamento desviante.

Kandel (1975) abordou pela primeira vez esta questão do uso de substâncias tóxicas considerando que este uso está, normalmente, associado a uma sequência de quatro fases:

beber cerveja e vinho, beber bebidas fortes, uso de drogas leves (tipo “marijuana” e, por fim, uso de drogas fortes (tais como estimulantes, sedativos, alucinogêneos, heroína e cocaína).

Segundo refere Weiner (1995:408-409) *“certos factores pessoais, sociais e familiares estão associados com a frequência com que os adolescentes consomem drogas e, em primeiro lugar, com o início do consumo. Estes factores da experiência exercem diferentes tipos de influências, nas diferentes fases de usos de drogas, e o uso dependente de drogas parece também ser influenciado por factores genéticos”*.

Na adolescência as influências do grupo de pares são fulcrais. Por conseguinte, a decisão de consumo de estupefacientes pode estar associada às práticas que prevalecem no seio do grupo.

Algumas investigações realizadas neste âmbito, nomeadamente a realizada por Judith Brook (1989) e outros, concluíram que as especificidades da personalidade dos progenitores e os géneros de educação a que submetem os seus filhos, são determinantes relevantes no uso de estupefacientes pelos adolescentes.

Uma vez que o consumo de estupefacientes, por parte de algum dos jovens deste estudo, é uma realidade, é imprescindível que os técnicos de animação de rua estejam atentos e cientes dos perigos que isso acarreta.

7.1.3. Violência Juvenil

A violência juvenil, como uma das problemáticas que está actualmente associada aos jovens adolescentes, foi adquirindo cada vez maior visibilidade na sociedade contemporânea.

Estas situações de violência e de pressão, muitas vezes relacionadas com o consumo de drogas, surgem em plena zona pública e associam-se a uma maior evidência dos grupos de rua.

Segundo Pais (1996: 212) *“as teorias de aprendizagem social têm adquirido uma significativa relevância, ao evidenciarem que a conformidade aos grupos ou bandos condiciona determinadas opções ou atitudes de vida entre alguns jovens: roubar, consumir droga, abandonar a escola, etc...”*

Como consequência, ou não necessariamente, do consumo de drogas surgem os **roubos e actos de vandalismo e violência** que eram, seguramente, um dos problemas mais constantes com que se debatiam os técnicos que participaram nesta investigação.

Segundo Tyrode (2002: 72) *“os adolescentes dos bandos demarcam sectores nos quais podem exercer o controlo. Traçam as fronteiras que vão controlar e defender ferozmente para «defender a sua honra.”* É desta forma que estes jovens adolescentes se querem impor na sociedade, mesmo que para o conseguir precisem de recorrer a actos de delinquência.

A violência é, portanto, um factor de risco que advém da desocupação, marginalidade e, conseqüente, exclusão social dos jovens em situação de rua.

Por conseguinte, uma das preocupações da valência de Animação de Rua é

“...direccionar os jovens em risco, que se encontram na rua, para a adopção de estilos de vida saudáveis ajudando-os, ao mesmo tempo, a delinear o seu projecto de vida, contribuindo assim para a diminuição do número de crianças e jovens em perigo/risco, promovendo a sua reinserção sócio –familiar”. - Plano Anual de Actividades de 2008 da valência de Animação de Rua.

Estes jovens em situação de rua sentem-se “vitimados”, discriminados e rejeitados pela própria sociedade em que estão inseridos. Por consequência, respondem com comportamentos anti-sociais, envolvendo-se, muitas vezes, em situações de risco.

A este respeito, Sebastião (1998: 75) conclui que

“...excluídas e marginalizadas, as crianças de rua sobrevivem dentro de um contexto de constrangimentos e adversidades que, a não ser alterado, constituirá o seu quadro de referência durante o processo de crescimento e maturação. Saber até que ponto o contacto continuado destas crianças e jovens com situações de violência e delinquência os poderá levar à sua transformação em delinquentes adultos, é algo que apenas um acompanhamento continuado poderá resolver.”

De acordo com Pinto (1998) a maioria das causas destas problemáticas reside nas experiências de vida, onde a violência na meninice foi significativa e marcante.

De facto, a vida dos jovens é hoje mais problemática face ao mundo exterior que encontram. Muitas são as tentações que muitos deles não conseguem ignorar e resistir.

Assim sendo, os indicadores da marginalidade ligados à delinquência emergem ocupando lugares de relevo nas inquietações quotidianas dos cidadãos. Neste sentido, Lúcio defende que

“Àquele «sentimento geral de crise» não é difícil fazer corresponder um sentimento generalizado de insegurança. Sentimento objectivo, justificado por um aumento da violência, nomeadamente nos crimes contra as pessoas, pela generalização das práticas de condutas agressivas em locais e espaços antes livres de criminalidade, pela pulverização de situações que geram incomodidade, que reduzem a confiança dos cidadãos uns nos outros e nas instituições que visam servi-los”. (2001: 16)

As questões da marginalidade e da delinquência estão, actualmente, mais associadas ao risco ou à consciência deste. Estes jovens lutam pela construção do seu próprio mundo, da sua própria “casa”, ignorando princípios, regras sociais e até famílias.

Por outro lado, esta fase da vida dos jovens é fortemente influenciável pelo seu grupo de amigos, conforme refere uma das técnicas:

“Muitos assumem essa atitude porque os pais sempre fizeram isso, os primos, os irmãos mais velhos, os amigos... No geral, eles permanecem ali... estão ali porque não têm grandes objectivos de vida...” - Alice

Na sequência desta ideia, Pais e Vilaverde (2003: 409) argumentam que “*numa fase de vida em que os jovens estão construindo suas identidades, a identificação com o grupo de amigos intensifica-se, perdendo-se, por vezes, a capacidade de autonomia individual, mesmo quando alguns jovens dizem que têm grande margem de liberdade*”.

Assim sendo, o pensamento colectivo e, conseqüentemente, as atitudes e práticas sociais sobrepõem-se ao pensamento individual. Portanto, se o líder do grupo entender que devem quebrar as “normas” sociais, todos aderem à tomada de decisão.

7.1.4. Prostituição Juvenil

A **prostituição juvenil** era uma problemática complexa que preocupava a Equipa devido à sua “impotência” para combatê-la.

A exploração sexual comercial é uma forma de violência que atenta contra os direitos humanos, mais concretamente, uma violação dos direitos da criança.

Em 1998, o *Instituto Interamericano del niño* estipulou quatro modalidades de exploração sexual comercial das crianças e adolescentes. São elas prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais. (Leal, 1999)

Conforme o narrado por Greene, Ennet e Ringwalt (1999), esta exploração sexual comercial traduz-se na venda do próprio corpo. Todavia, esta é somente uma entre infindas estratégias de sobrevivência para conseguir dar resposta às necessidades básicas diárias. Assim sendo, situações de pobreza e, conseqüente, exclusão social, económica, psicológica e humana estão directamente ligadas com este fenómeno social.

Nesta problemática social a condição do corpo é explorada: este é utilizado como um recurso de sobrevivência, um instrumento para propiciar uma experiência transcendental e um meio para dar prazer ao outro. Até porque como refere Lacan: “*ter um corpo é poder fazer alguma coisa com...*” (2003: 562).

Para Faleiros (1999), os anos 90 foram relevantes para a compreensão e o assumir do “*uso sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo*” (p.31). Assim, a sociedade ficou mais desperta e conscienciosa relativamente a este fenómeno.

Internacionalmente, as organizações não-governamentais, governamentais e os vários sectores sociais estão mais sensíveis a esta problemática. Estudos realizados neste âmbito revelaram que o viver na rua em condições de pobreza e o convívio com pessoas ou redes que se servem das crianças de rua para a exploração sexual comercial ou para o uso ou tráfico de estupefaciente é uma são condições que poderão propiciar a entrada na prostituição juvenil. (Adorno, 1998; Gomes, 1994; Leal, 1999; Minayo & Souza, 2003)

A exploração sexual infanto-juvenil observada no nosso estudo poderá estar associada à ruptura de laços familiares. Esta advém, na sua maioria, do baixo nível socioeconómico do meio familiar e de práticas de violência dentro das famílias.

“Depois da conversa que tive com a Anabela percebi que este era, seguramente, um dos casos mais complicados que já tinham apoiado. Uma jovem, ex-prostituta ou quem sabe ainda a exercer esse trabalho. Acabara de fazer 18 anos...” - (Notas de campo, 20 de Maio de 2008 (tarde) – Análise Documental no IAC)

Estas conclusões coincidem com as obtidas por Vasconcelos (1997) que encontrou, nas histórias de vida das prostitutas adolescentes, antecedentes de violência diária que originou o abandono dos seus lares e, conseqüente, rompimento com os laços afectivos.

Segundo a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1998: 71) *“a prostituição é outra forma de violência exercida contra as mulheres”*. Para além de ser um problema social complexo, com contornos bastante difíceis, constitui, ao mesmo tempo, uma flagrante violação dos direitos humanos, nomeadamente dos princípios da igualdade de direitos e do respeito pela dignidade humana.

Relativamente ao seu enquadramento legal, o Código Penal Português de 1982, não entende a prostituta como uma criminosa. Aos olhos da lei quem comete o delito é o proxeneta. À semelhança da prostituta, o cliente também não está sujeito a punições.

Tendo em conta a multiplicidade e complexidade das problemáticas identificadas, a acção dos técnicos vai no sentido de multiplicar as oportunidades de escolha, para que estes jovens em risco tenham uma variedade de opções para mais facilmente escolherem a que mais lhes interessa. É imprescindível que estes jovens abandonem o espaço de rua e tudo o que de nefasto está associado a ele e construam um projecto de vida sustentável e estruturado, integrando-se na sociedade a nível escolar, profissional, emocional e social. A actuação da Equipa baseia-se na liberdade e na escolha desses jovens, pois eles são os únicos a poderem conduzir o seu desenvolvimento. Quando não conseguem alcançar este requisito, a Equipa apresenta actividades e escolhas que vão de encontro aos interesses, gostos e problemáticas dos jovens em questão.

7.2 - Pressupostos de Intervenção dos Técnicos de Animação de Rua

Trabalhar com jovens em risco pressupõe o recurso a algumas estratégias de intervenção e acção que são pensadas no sentido de os apoiar, compreender, atenuar ou prevenir comportamentos desviantes.

No trabalho realizado com crianças em situação de rua, Marques e Santos (1993: 25) sustentam que “*importa dar-lhes compreensão, afectividade, segurança, diálogo, ajuda material e encaminhamento*”.

A intervenção desta equipa é, em primeira linha, levada a cabo nas zonas de fuga do grupo-alvo, apostando a abordagem num território com o qual os adolescentes e jovens estão familiarizados, procurando destacar as referências positivas desses espaços e introduzindo novas referências.

Para mais facilmente cativar os adolescentes e jovens, a Equipa faz-se valer de alguns pressupostos de intervenção.

Estes técnicos trabalham no sentido de se inverter a lógica do *realizar por* e optam por se *realizar com*, procurando aí, o respeito, a protecção e a efectividade do direito estabelecido, delineando o seu Plano Anual de Actividades com enfoque no direito à participação, no direito à constituição da sua própria história.

Portanto, os pressupostos de intervenção adoptados pelos técnicos da valência de animação de rua, são os seguintes:

7.2.1. Relação de confiança

A intervenção no terreno é feita de forma gradual, ou seja por fases. No início, é feito um trabalho de aproximação e relacionamento evolutivo com os jovens (procurando evitar recusas iniciais ou retrocessos individuais).

Por conseguinte, a **confiança** é apontada por muitos como sendo o pilar da relação com os jovens.

“Bem eu pessoalmente tento sempre manter um contacto visual, tento chamá-los pelos nomes, tento criar logo uma empatia e confiança, que é muito importante...” – Carlota

“Tens de ir devagar, eles têm que confiar em ti...” – Cláudia

“No princípio não me davam muita confiança a mim, como era novo e isso aí... Agora para o fim já havia um ou outro que a gente já falava abertamente bem, ouvem-me...” - Guilherme

“E, portanto, é importante dar a conhecer a Equipa e tentar criar alguns laços de afectividade, confiança... que é muito, muito importante...” – Ângela

“Não quebrar a confiança que eles nos dão porque uma vez quebrada não há retorno, é muito raro.” – Márcia

“Os jovens lá foram partilhando connosco as suas andanças no mundo da droga, sem qualquer preconceito ou inibição. Denotava-se bastante confiança naqueles que seriam, provavelmente, os seus grandes amigos.” - (Nota de campo, 21 de Maio de 2008 (tarde) – Actividade: Palestra/Formação sobre Toxicoddependência (2ª parte)

A este propósito Marques e Santos (1993:26) referem que *“o animador de rua tem de apresentar-se junto da criança da rua como seu “semelhante”, para que o encontre se torne possível sem conflito, nem rejeição”*.

Depois de todo este trabalho prévio, na construção de uma relação sólida, tendo como pilar a confiança e o respeito mútuo, os técnicos conseguem desenvolver uma maior adequação das acções aos percursos individuais e desenvolvimento de cada jovem. Posteriormente, de forma transversal e gradual, é elaborada uma programação e avaliação mais criteriosa por parte da equipa no que diz respeito aos resultados obtidos assim como à identificação das evoluções ou não.

7.2.2. Atender gostos e interesses

Para a Equipa é crucial, numa fase inicial, proceder a uma recolha das actividades preferidas pelos mesmos, para, desta forma, irem de encontro aos seus interesses e gostos e poderem corresponder, com maior precisão, aos seus desejos e expectativas.

“Através dos gostos deles, tentamos estimular as capacidades deles e tentamos estimular o que eles têm dentro deles... que eles próprios não valorizam. E através dessas actividades eles valorizam-se...” – Marina

Dado a vida problemática que levam, estes jovens têm pouca auto-estima e, conseqüentemente, menosprezam as suas capacidades e habilidades. Por conseguinte, é premente que se trabalhe o respeito e a valorização pessoal do jovem.

A este respeito, Nunes (1994) realça que, quando se trata de instituições que trabalham com crianças em situação de risco é imprescindível que sejam procuradas as crenças e expectativas dos jovens em situação de rua. A voz activa destes jovens neste processo contribui para que os profissionais, que com eles trabalham, conheçam melhor a realidade a que estes estão expostos, no seu dia-a-dia, e simultaneamente, adoptem medidas de intervenção mais apropriadas.

Por outro lado, e ao entender o interesse como descrevem Morissette e Gingras (1999: 54) como *“uma disposição interior da pessoa que se traduz em fortes reacções emotivas que são assimiladas e depois experimentadas sempre que a pessoa é posta perante uma determinada actividade”* percebe-se o efeito que esta preocupação causará no seu público-alvo – jovens em situação de rua. Por conseguinte, *“estas reacções emotivas levam-na a aproximar-se dessa actividade (a interessar-se) ou a afastar-se dela (a desinteressar-se)”*.(ibidem)

“As actividades que nós temos para oferecer aos miúdos cada vez têm de ser mais originais e cada vez mais cativantes...” – Márcia

As próprias actividades que a valência promove têm de ser criativas, apazíveis e singulares para que correspondam às expectativas e necessidades dos jovens e fomentem a sua participação nas mesmas.

7.2.3. Imagem corporal

Para além da importância da afinidade e empatia mantidas entre os jovens e os técnicos, outros animadores referiram que a questão da imagem corporal era uma mais-valia para se aproximarem e ganharem a confiança destes jovens. Esta funciona como que um “íman” que os atrai e os faz ficar.

“Eu uso muito a questão da minha imagem, como eu uso piercings e tatuagens e não sei quê... eu uso isso a meu favor...” – Marcelo

O recurso a uma determinada imagem corporal poderá estar associada a uma identidade social.

entende

“...as marcas corporais enquanto signo de inclusão social, frequentemente associadas a ritos de iniciação e formas de agregação e de integração social em grupos sociais particulares. (...) Estas marcas corporais são “expressão de pertença social, nomeadamente nos seus contextos sociais de origem e de tradicional reprodução. Aqui, as marcas, sobretudo as tatuagens, funcionavam como recursos simbólicos incorporados no sentido de expressar estatutos claros e definir vínculos categóricos entre os membros de um dado grupo social.” (2003: 433)

Neste sentido, os grupos de pertença têm um peso bastante grande uma vez que os jovens adoptam o “estilo” do seu grupo para se sentirem mais integrados e identificados com o mesmo. Então, alguns dos técnicos referem que esta semelhança poderá ser um ponto de partida para cativar os jovens e criar empatia com os mesmos.

7.2.4. Linguagem

À semelhança da imagem, também a linguagem utilizada pelos técnicos é um dos recursos/estratégias de intervenção para facilitar a participação e cooperação dos jovens no trabalho desenvolvido com os mesmos.

A linguagem que eu uso também é muito parecida com a linguagem que eles usam embora eu deva salientar que tudo isto faz parte da minha personalidade. – Marcelo

Segundo Marques e Santos (1993:25) *“os primeiros contactos com as crianças de rua só se tornam possíveis mediante alguém que lhes esteja próximo na idade, na linguagem e na conduta descomprometida do tecnicismo e formalismo de pessoa adulta”*.

Portanto, estes jovens em situação de rua criam com o seu grupo uma linguagem própria, o seu código de pertença. A necessidade de estipularem as suas próprias regras, de criarem um elo de ligação e pertença ao grupo da rua faz com que estes adoptem uma postura idêntica aos “seus”.

7.2.5. Valorização individual

No sentido de promover uma maior auto-estima destes jovens e, concomitantemente, uma maior auto-confiança, alguns animadores enunciaram, como prioritária, a valorização dos potenciais de cada um dos jovens e o respeito pelos mesmos.

“É ver o jovem no seu individual... Portanto, não o usar nem... temos que respeitá-lo acima de tudo...” – Márcia

“Eles não têm muita auto-estima. Eles fazem-se de fortes... “Ah, eu sou o maior e não sei quê” mas a auto-estima deles é... isto é tipo uma máscara. Usam uma máscara porque não se sentem valorizados...” – Vitor

A intervenção levada a cabo pelos técnicos procura, essencialmente, a promoção do indivíduo como pessoa. Isso, é fulcral que se fomentem estímulos que ajudem a promover o desenvolvimento das competências pessoais e sociais destes jovens, da sua independência, da sua formação cívica e participação e social.

No trabalho de terreno, é o animador de rua (por vezes também pode ser um técnico da equipa) que estabelece o primeiro contacto com o jovem em situação de rua e vai orientar o seu processo de evolução, assumindo o papel de "amigo mais velho". Assim sendo, a actuação dos técnicos vai no sentido de valorizar os aspectos positivos dos jovens e

reorientar os negativos. Este enquadramento permite ao jovem organizar-se segundo um padrão equilibrado ao nível dos valores, da auto-imagem, da percepção das emoções e do relacionamento social, que, em último grau, lhe permitirá optar e construir o seu processo de mudança.

Somente desta forma é possível chegar ao grupo alvo mais marginalizado, que não recorre a entidades de apoio ou encaminhamento, e que não está sinalizado pelos outros serviços de intervenção social.

7.2.6. Postura firme e coerente

Outros técnicos referiram também que, para além de serem o “irmão mais velho” que valoriza os potenciais dos jovens em situação de rua, é importante ter para com estes uma postura firme e ser coerente.

“É importante sermos exigentes. Nós não deixamos que as coisas aconteçam porque eles querem, temos de ser assertivos. – Márcia

“E tento, o máximo possível, ser assertiva porque muitos desses miúdos se tu fores simpática demais eles podem cair no erro de que tu estás ali para seres amiga dele...” – Carlota

7.3 – Trabalho desenvolvido pelos Técnicos de Animação de Rua

A rotina diária desenvolvida pelos técnicos de animação de rua privilegia um trabalho com estes jovens de (e na) rua, no sentido de chegar a cada um de uma forma individualizada, tentando, no entanto, não ser intrusivo nos seus espaços e limitador da autonomia que estes já conquistaram no seu “mundo”.

Questionando os técnicos acerca do trabalho que desenvolvem na valência, estes foram unânimes em referir que “a palavra rotina simplesmente não existe”.

“Tanto posso estar aqui na Sede a tratar de papeladas como saio como miúdos para ajudá-los em alguma coisa... a fazer alguma inscrição nalgum curso...ou para sair simplesmente à procura deles para saber onde é que eles estão, num contexto mais informal... Tanta coisa... Por isso é que eu continuo a dizer que a rotina não existe...” – Marcelo

A polivalência dos técnicos foi um dos aspectos mais referidos aquando das entrevistas. Trabalhar na Animação de Rua é estar disponível para tudo e para todos, nomeadamente para os jovens que apoiam, para as famílias e instituições cooperantes. Embora a equipa seja muito versátil, sendo constituída por psicólogos, assistentes sociais, socióloga, animadores sociais e animadores de rua, todos, sem excepção, desenvolvem o seu trabalho na rua e assumem o papel e as responsabilidades de “verdadeiros animadores de rua”. Segundo o depoimento da responsável pela valência, o trabalho dos técnicos tem como objectivo a promoção, participação e acção dos jovens, envolvendo-os nas actividades de rua, nomeadamente, actividades socioculturais lúdicas.

“O animador de rua é um agente qualificado e capaz de realizar actividades de animação. É um indivíduo que estimula a participação activa das pessoas... Tem como objectivo insuflar um maior dinamismo sociocultural, tanto no plano individual como no colectivo...No fundo, é um mediador entre a arte e o povo e compete-lhe dinamizar os grupos e proporcionar actividades socioculturais com metodologias próprias, pois o seu papel consiste em aconselhar, demonstrar guiar, estabilizar e motivar os indivíduos e os grupos para a acção... Como o próprio nome indica, ele é um profissional de ajuda que desenvolve a sua acção na “Rua”, sem um local fixo e fechado, preocupando-se em desenvolver a sua acção nas zonas onde os grupos se encontram, mais propriamente, nos bairros sociais, nas praças, nos jardins, entre outros locais, onde se fixam as populações, mais propriamente nos locais com eventuais problemáticas associadas, entre elas, a desocupação infantil e juvenil, o abandono escolar, a toxicodependência e, ate mesmo, a delinquência infantil e juvenil...” – Márcia

Segundo Marques e Santos (1993: 26) “o encontro estabelecido entre criança de rua e animador, constitui relacionamento que não é, por via de regra, transferível para outra pessoa, pelo que a intervenção dos técnicos especializados, se tem de fazer, normalmente, em ligação estreita com o animador”.

O trabalho diferenciado, levado a cabo com cada um dos jovens em situação de rua, é extremamente importante. Somente, desta forma, se poderão trabalhar as problemáticas específicas, inerentes a cada um. Cumulativamente, também é indispensável trabalhar com o meio envolvente, as suas famílias e os parceiros comunitário e institucionais.

Assim sendo, o trabalho que os técnicos desenvolvem é multifacetado e versátil, podendo ser:

7.3.1. Individualizado

Neste caso concreto trabalha-se apenas com aquele jovem. A situação de cada um em particular é analisada, discutida e planeada em conjunto com os vários técnicos da equipa. Posteriormente, e em conjunto, são elaboradas linhas orientadoras que visam o *empowerment* desse mesmo jovem, isto é, envolvem o jovem numa gradual consolidação individual e colectiva. Pretendem, desta forma, promover a participação activa do jovem em situação de rua no processo de mudança.

Assim sendo, procuram potenciar capacidades, por vezes não devidamente valorizadas ou desenvolvidas nas estruturas onde o grupo-alvo se insere, orientando toda a evolução no sentido de uma maior capacidade de tomada de decisões e escolhas sobre o rumo dos seus projectos de vida individuais e em comunidade.

Para tal, é crucial que os jovens em situação de rua estejam receptivos à participação em iniciativas ou programas de valência de animação de rua. Estes resultados corroboram os dados obtidos por Forster e colaboradores (1992), que confirmam que os jovens em situação de rua apresentam uma aptidão natural para se envolverem com pessoas e instituições. Esta visão é também sublinhada por Brito (1999), que realçou o indispensável papel desempenhado pelas instituições, bem como pelos seus funcionários, na rede de apoio social e afectivo das crianças e jovens em situação de rua.

Pretende-se que todo este trabalho realizado no terreno tenha sustentação teórica e prática, adequando os conteúdos às diversas problemáticas de intervenção. Desta forma, semanalmente há um tempo reservado para **pesquisas e planificações diárias** (cf. Anexo H) e **semanais** (cf. Anexo I).

Estas últimas são importantes uma vez que têm como principal objectivo proceder a uma avaliação do trabalho levado a cabo com os jovens em situação de rua, na semana anterior, e programar a semana seguinte.

“Como todas as segundas feiras era hora de uma reunião geral, com TODOS os elementos. Aqui distribuíam-se por Equipas as tarefas semanais, previamente planeadas. Conversar-se-ia sobre alguma problemática mais emergente e, quem sabe, lançar-se-iam ideias para novas actividades ou projectos.” - (Notas de campo, 20 de Maio de 2008 (manhã))

Tanto as reuniões diárias como as semanais são momentos privilegiados de partilha, nas quais são expostas todas as situações e os casos mais complicados com os quais a equipa se depara no decorrer do trabalho de terreno. Estes momentos são determinantes para o desenvolvimento de um bom trabalho junto do grupo alvo, assim como de equipa, tendo em conta que é nessa altura que esboçam estratégias conjuntas de actuação. Periodicamente, os técnicos da valência são também sujeitos a avaliação de desempenho por parte da responsável pela valência (cf. Anexo J) e fazem a sua auto-avaliação (cf. Anexo K).

7.3.2. De natureza comunitária

O trabalho desenvolvido pelos técnicos abrange também a comunidade. Por conseguinte, esta instituição poderá ser reconhecida como um movimento social de intervenção comunitária, na medida em que o seu objectivo primordial é intervir na comunidade local, fazendo respeitar os direitos dos jovens em situação de rua tentando erradicar ou atenuar situações de marginalidade e exclusão social destes jovens em risco.

De acordo com Sarmiento et al (2007: 193)

“Estes movimentos sociais, como contextos de acção colectiva, promovem uma mobilização colectiva de direitos que estão consagrados a nível individual. (...) Esses movimentos permitem estabelecer uma articulação dos direitos da criança, distinta daquela que prevalece no quotidiano, considerando que milhares de crianças se encontram à margem de uma plena inclusão social e que os valores do mercado se sobrepõem as necessidades das crianças.”

Foi a pensar no combate a estes problemas sociais que esta instituição de cariz social trabalha no sentido de proteger e fazer preservar os Direitos da Criança, nomeadamente nos casos em que estes não eram respeitados. Segundo referem Sarmiento *et al* (2007: 182) “é possível identificar e enunciar formas emancipadoras, experiências, iniciativas e lutas *por/ com/ das* crianças”.

É premente uma resposta de natureza comunitária, que envolva um trabalho com o próprio jovem em situação de rua, com a sua família, com a rede de instituições públicas e privadas de protecção social e com a comunidade de residência (de onde abalaram) ou de fuga (para onde foram “viver”) (Carmo, 1999).

Este trabalho só poderá ser posto em prática quando os técnicos avançam para as ruas e fazem outro tipo de tarefas, nomeadamente, os giros.

Assim sendo, os giros diurnos e nocturnos são momentos privilegiados para se perceber a dinâmica de uma determinada zona/grupo. A equipa recorre ao uso desta estratégia no sentido de compreender os comportamentos do público-alvo, realizar abordagens/contactos e estabelecer relações em espaços frequentados dentro e fora das áreas de residência, pelo grupo alvo. Sempre que se realizam giros, são preenchidas as grelhas de registo de giros (cf. Anexo L), onde são registados os jovens que foram visualizados em situação de rua e em que circunstâncias. O preenchimento destas grelhas tem sempre por base as problemáticas sociais / critérios de avaliação dos giros (cf. Anexo G).

Estes giros podem decorrer durante o dia – diurnos - assim como durante a noite – nocturnos.

“Divididas as equipas, eu fiquei com a Anabela (Assistente Social) e a Cláudia (Voluntária do Projecto Europeu). Teríamos pela frente uma tarde de giro na cidade. Seguimos até ao Jardim do Colégio, à baixa da cidade rumo ao Campo de S. Francisco. Sempre a caminhar com os olhos sempre alerta para encontrar eventuais jovens em risco, dado que percorremos as zonas mais problemáticas da cidade.” - (Notas de campo, 19 de Maio de 2008 (tarde) – Giro pela baixa da cidade.

“Quando cheguei ao IAC, por volta das 20 horas, a Marina (Animadora cultural) já lá estava. Entrei e esperamos pela outra equipa que estava a chegar. Iriamos dividir-nos: Sara (Animadora Cultural) e Lurdes (Estagiária de Acção Social) iria fazer uma visita domiciliária a um dos jovens que estavam a ser apoiados, enquanto eu e Marina faríamos o giro nocturno pela cidade.

Começamos pelo local do costume – Jardim Antero de Quental mas que todos designavam por Jardim do Colégio. Segundo a Marina este era, seguramente, um dos locais mais perigosos: Drogas, assaltos, etc...”- (Nota de campo, 21 de Maio de 2008 – Giro nocturno)

Durante os giros são, também, feitas visitas domiciliárias, encaminhamento escolar e abordagem aos jovens em situação de rua nas suas zonas de fuga. Esta abordagem poderá consistir na realização de actividades lúdico-pedagógicas e acções de sensibilização (por exemplo: a distribuição de panfletos informativos).

Neste sentido, uma das metodologias adoptadas pelos técnicos, que participaram na nossa investigação, passa pela *“dinamização de iniciativas de índole comunitária nos bairros de residência, procurando gerar uma dinâmica grupal nas comunidades de residência, melhorando as relações de sociabilidade, apoiando processos de investimento afectivo e simbólico nos espaços, favoráveis à saída de processos de exclusão social e segregação sócio-espacial”* - Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de Rua.

Como sustentam Sarmiento *et al* (2007: 193-194) *“Isto é especialmente verdadeiro no caso de crianças que se encontram socialmente marginalizadas, submetidas a processos de pobreza, abandono, exclusão e/ou exploração”*.

7.3.3. De parceria institucional

Por último, os técnicos estabelecem parcerias com instituições que se revelem pertinentes para apoiar o jovem em situação de rua. Recorrendo a equipas multidisciplinares e reforçando o trabalho em parceria a equipa utiliza uma metodologia lúdica, através de uma relação personalizada em que se aliam afectividade e técnica.

Todo o serviço de intervenção e/ou prevenção com os jovens em situação de rua é feita pelos vários técnicos da valência (psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, animadores

de rua, animadores sociais, etc.), com apoio técnico de retaguarda, nomeadamente das instituições com quem estabelecem parcerias (Instituto de Acção Social de Ponta Delgada, Centro de Desenvolvimento de Inclusão Juvenil, Associação de Promoção de Grupo de Jovens em Risco, Equipa Multi-Disciplinar de Apoio aos Tribunais, entre outros).

O trabalho em parceria com as outras entidades que estão associadas ao jovem em situação de rua é imprescindível. Conforme refere Pinto (2001: 175)

“Trata-se de uma tarefa real e colectiva que necessita de esforços conjuntos dos diversos sectores da sociedade civil e política. É necessário que as estratégias de intervenção sejam parte integrante de uma situação e contexto abrangentes, onde existam esquemas de actuação ao nível dos seis subsistemas que envolvam a criança neste processo, de uma forma global e generalizada. A família em geral, a escola em geral, a saúde em geral, a habitação em geral, etc...”

O estabelecimento destas parcerias de intervenção é essencial para o desenvolvimento do trabalho dos técnicos, de forma a rentabilizar recursos e competências, quer a nível do acompanhamento personalizado do grupo-alvo, ao nível do encaminhamento de situações problemáticas cuja solução imediata ultrapasse o âmbito de actuação do IAC, quer ao nível do desenvolvimento de projectos de intervenção na comunidade. Esta articulação em rede é feita de forma regular e real, uma vez que só com uma comunicação consistente e com objectivos definidos se podem atingir bons resultados para o grupo-alvo. Aquando das reuniões de parceria registam-se todas as planificações, avaliações e conclusões numa folha de registo das reuniões de parcerias. (cf. Anexo M)

7.4 – Dinâmicas e Estratégias para Cativar os Jovens em Situação de Rua

Segundo Pinto (2001) *é possível criar condições para reintegrar as crianças em situação de rua*. Para tal, cabe às organizações estarem atentas e intervirem na altura certa.

Estas associações ou organizações cujo público-alvo são os jovens, têm um papel fulcral no fomento da sua participação cívica.

Segundo Sarmiento e outros (2007: 190)

“se considerarmos a participação enquanto processo de interação social confluyente na criação de espaços colectivos, teremos também que considerar que as competências de participação das crianças estão indelevelmente ligadas – ora constrangidas, ora estimuladas – pelas relações pessoais que estabelecem com os outros – família, amigos, comunidade, etc... - e pelas estruturas sócio-económicas e culturais: serviços educativos e sociais, estruturas políticas e outras, dos seus mundos sociais e culturais”.

Assim, considerar a participação das crianças ou jovens implica que tenhamos em conta as influências do meio que os rodeiam, nomeadamente das estruturas educativas, sociais, culturais, políticas, económicas, etc...

O grande desafio dos técnicos de animação de rua é aproveitar todas as políticas direccionadas à infância e juventude, especialmente aquelas que são direccionadas para o seu público-alvo – jovens em situação de rua. O grande objectivo é o envolvimento e participação activa desta população enquanto protagonista das acções voltadas para ela, criando espaços de escuta, voz, influência e decisão no propósito de tais iniciativas.

“A nossa actuação deve, necessariamente, fundar-se na liberdade e na escolha dos interessados, pois eles são os únicos a poderem conduzir o seu desenvolvimento. Quando não se conseguir alcançar este requisito, deverão apresentar-se actividades e escolhas que vão de encontro aos interesses e gostos dos jovens em questão.” – Plano Anual de Actividades 2008 da Valência de Animação de Rua

Para cativar os jovens em situação de rua, os técnicos de animação de rua a algumas estratégias de abordagem. São elas:

7.4.1. Actividades lúdico-pedagógicas

Esta estratégia de abordagem é utilizada pela equipa, no sentido de transmitir competências pessoais e sociais ao seu público-alvo.

A animação é uma das melhores armas para combater algumas problemáticas inerentes a cada jovem, uma vez que os técnicos têm a grande tarefa de resgatar o lado mais saudável de cada um, para que possam livremente fazer as suas escolhas e caminhar para a estrada do crescimento e da evolução.

Por outro lado, o lúdico surge como meio catalisador criando um ambiente informal propício a aprendizagens, tendo em conta que a maior parte destes jovens em situação de rua apresentam bastantes dificuldades de aprendizagens, bem como dificuldades de relacionamento social.

“Dado que a carrinha estava ocupada para as compras da Feira optou-se por outra actividade lúdico-pedagógica, num local mais perto. Fomos então até ao Relvão, ao lado da universidade. Foi uma caminhada pequena mas muito animada.” - (Nota de campo, 23 de Maio de 2008 (manhã), Actividade lúdico-pedagógicas ao ar livre)

7.4.2. Visitas domiciliárias

As visitas às casas dos jovens em situação de rua é uma forma de intervenção bastante utilizada pela equipa de Animação de Rua, pois através desta metodologia consegue-se obter informações acerca do grupo-alvo e das suas famílias, assim como permitir a aproximação da equipa ao meio familiar, com vista a implicá-las no processo de desenvolvimento e crescimento dos seus filhos.

“De seguida, fizemos uma visita domiciliária ao Ricardo. Batemos à porta e quem nos atendeu foi a mãe. A senhora recebeu-nos com simpatia e, logo de seguida, apareceu um senhor que, ao que parece, era o seu companheiro. A mãe lá nos foi pondo a par das novidades do Ricardo. As coisas não estavam a correr nada bem... Tinha recebido três cartas do tribunal para o Frederico. Se ele não prestasse dois meses de serviço comunitário no “Alternativas” – Centro de recuperação para toxicodependentes – iria três anos para a prisão. A mãe queixava-se de que ele não queria saber de nada, tinha saído de manhã e ainda não tinha aparecido em casa. Ficamos ali a conversar mais uns minutos”. - (Notas de campo, 23 de Maio de 2008 (tarde) – Giro e visita domiciliária)

Por conseguinte, estas visitas são momentos privilegiados de proximidade entre a família. Os técnicos têm assim oportunidade de estar “in loco” com o seio familiar e de o auxiliar, aconselhar e orientar. Em alguns casos, o estar simplesmente disponível para ouvir é extremamente importante.

7.4.3. Intervenção selectiva

Este tipo de intervenção é uma das estratégias de abordagem utilizada para grupos específicos (por exemplo, jovens em fuga) e, mais expostos do que outros, ao risco de desenvolver problemas relacionados com drogas ou outras problemáticas. Trata-se de um tipo de prevenção dirigida ao grupo como um todo, assim como individualmente, independentemente do grau de risco de cada um dos seus elementos.

O objectivo da prevenção selectiva é prevenir comportamentos de risco, através do reforço dos factores de protecção, tais como a auto – estima, assertividade e a capacidade para resolver problemas, bem como através da promoção de competências dos jovens para lidarem eficazmente com os factores de risco.

Com estas actividades e estratégias, os técnicos da valência de animação de rua pretendem:

1. *Recuperar:*

- *Intervenção de 1ª linha junto dos jovens na rua*
- *Trabalho de SOS face a situações sinalizadas de jovens em risco/fuga*
- *Educação em regime aberto para a concretização de projectos de vida saudáveis, sempre que possível com o apoio de jovens considerados como agentes de mudança.*

2. *Revalorizar (nível de transição)*

1. *Promoção e dinamização de acções inter-institucionais*
2. *Ligação entre os jovens e as suas instituições de acolhimento ou outras entidades relevantes (Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de rua).*

Tendo por base a transmissão de valores e quadros de referência positivos e aliando sempre a técnica à afectividade, os técnicos desenvolvem também actividades desportivas/radicais/recreativas, actividades aos fins-de-semana, espaços de férias, visitas sócio – educativas, entre outras.

7.4.4. Dinâmicas de grupo

Todo o trabalho no terreno realizado pela equipa da Animação de Rua tem como base o princípio da actividade lúdico-pedagógica. A equipa considera-o como um forte mecanismo de apoio à integração social, pela influência positiva que exerce sobre o desenvolvimento físico, psíquico, social e emocional das crianças e jovens.

As dinâmicas de grupo são um grande recurso para fomentar a motivação para a mudança. Pode dizer-se que estes instrumentos são cada vez mais um recurso utilizado pelas instituições envolvidas na área social com o intento de cativar o seu-público alvo, motivando-os para a participação. São actividades de curta duração, usadas como estratégias para envolver e motivar as pessoas a serem parte activa do seu processo educacional.

“Tentamos várias dinâmicas de grupo... eu tento que eles participem....” – Vitor

A valência de animação de rua no seu trabalho com os jovens procura implementar actividades de carácter quase sempre lúdico, ou desafiador, conseguindo, na maioria das vezes, recriar a realidade vivida externamente.

“A equipa propõe-se utilizar uma metodologia lúdica, através de uma relação personalizada em que se aliam afectividade e técnica, utilizando equipas multidisciplinares e reforçando o trabalho em parceria.” (Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de rua).

Ao longo do período de observação pôde-se constatar que estas dinâmicas de grupo eram actividades motivadoras e envolventes que, sendo de tempo limitado, empregavam alguma técnica específica. Os objectivos destas dinâmicas variam de “aquecimento” ou sensibilização de um grupo, reflexão sobre algum assunto ou, ainda, mudança de atitude perante qualquer tema.

“Como estávamos poucos e também porque o retroprojector não funcionou decidimos concentrar-nos todos no sofá para vermos a apresentação dos diapositivos sobre Toxicoddependência. Força das circunstâncias criou-se um

ambiente muito mais acolhedor e informal. Os jovens lá foram partilhando connosco as suas andanças no mundo da droga, sem qualquer preconceito ou inibição. Denotava-se bastante confiança naqueles que seriam, provavelmente, os seus grandes amigos.(Nota de campo, 21 de Maio de 2008 (tarde) – Actividade: Palestra/Formação sobre Toxicodependência (2ª parte)

Todavia Antunes (1999: 17) defende que

”as técnicas de Dinâmica de Grupo, em qualquer de suas especificações, não devem ser aplicadas para criar um modelo novo ou diferenciado de ensino. Devem ser aplicadas quando se busca estabelecer em bases definitivas uma filosofia formativa que se pretende imprimir na escola ou empresa (...) não representa uma “poção mágica” capaz de educar pessoas e alterar comportamentos, mas somente uma estratégia educacional válida na medida em que se insere em todo um processo, com uma filosofia amplamente discutida e objectivos claramente delineados”.

Quando estas dinâmicas são planeadas especialmente para jovens em situações de risco há que ser criativo e atractivo no sentido de captar atenção e o envolvimento das mesmas.

Zaluar (1994) destaca o processo de protagonismo dos jovens como uma óptica que trabalha na educação para a cidadania. É importante que os jovens tenham um papel activo na sociedade. Todavia, esta perspectiva insere-se num campo contraditório, uma vez que traz como retorno novas exigências, na medida em que os próprios jovens adolescentes passam a reivindicar os seus espaços e direitos: *“Com isto se queria dizer que o objectivo era mudar a perspectiva paternalista ainda predominante nesta população, que se considerava mero beneficiário do serviço, para a perspectiva de usuário, ou seja, alguém que partilhasse responsabilidades com a direcção na manutenção dos serviços e na protecção do equipamento (1994: 145)”.*

Trata-se, assim, de um princípio de difícil aplicação à realidade nacional, sendo necessária a realização de acções em prol da efectivação de políticas que tenham reconhecido a promoção da participação da população infanto-juvenil na sua esfera de intervenção.

Dado que este fenómeno está em pleno crescimento no contexto nacional importa rever as políticas adoptadas para esta população. Consequentemente, estas devem ter por base

as *necessidades individuais* e a promoção dos *direitos colectivos* dos jovens em situação de rua.

7.4.5. Acções de sensibilização

Outra das tarefas desenvolvidas pelos técnicos é a promoção de acções de sensibilização que vão de encontro às necessidades e interesse dos seus jovens, no que diz respeito a adquirir/ reajustar competências pessoais e sociais para uma (re) integração na sociedade.

“Quando cheguei ao IAC, segui com a Anabela na carrinha da instituição para ir buscar os jovens que estavam a ser acompanhados pela valência. Hoje iria haver a segunda parte da Palestra / Formação sobre a Toxicodependência.” - (Nota de campo, 21 de Maio de 2008 (tarde)
– Actividade: Palestra/Formação sobre Toxicodependência (2ª parte)

De uma maneira geral, os técnicos de animação de rua têm como finalidade desenvolver e estimular as capacidades pessoais e sociais destes jovens, sempre numa tentativa de desvio de situações de risco.

“A nossa grande preocupação é direccionar os jovens em risco, que se encontram na rua, para a adopção de estilos de vida saudáveis ajudando-os, ao mesmo tempo, a delinear o seu projecto de vida, contribuindo assim para a diminuição do número de crianças e jovens em perigo/risco, promovendo a sua reinserção sócio – familiar.” - Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de Rua.

Para além das estratégias de intervenção é também importante e urgente que os técnicos desenvolvam estratégias de prevenção com o intuito de prevenir futuros comportamentos. Estas estratégias, que pretendem evitar que determinados fenómenos ocorram, traduzem-se em:

- *Inquéritos junto aos jovens para auscultar os seus interesses e constrangimentos;*
- *Realização de intervenções coerentes e sustentáveis em tempo útil;*
- *Realização de um projecto que, de forma sistemática, integre e abranja, os níveis individual, familiar e social;*
- *Desenvolvimento e aquisição de competências pessoais e sociais junto da população a atingir;*
- *Consolidação de parcerias existentes e o estabelecimento de novas redes que permitam actuar no âmbito da prevenção primária de forma articulada e consistente;*

- *Estabelecimento de contratos com os jovens de forma a haver um intercâmbio de interesses. (Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de Rua)*

Assim sendo, e para que haja, de facto, um trabalho interactivo é crucial a disponibilidade de todos os técnicos estarem “in loco” com os jovens em situação de rua, aquando da sua participação e intervenção nos “giros” diurnos e nocturnos, actividades lúdico-pedagógicas, acompanhamento escolar, visitas domiciliárias, etc...

Para tal, Marreiros (1998: 85) defende que são imprescindíveis “*acções concertadas e apostadas na prevenção que passem pelo esclarecimento, pela pedagogia, pela sociabilização e pela integração comunitária e das famílias, desenvolvendo redes e cumplicidades solidárias, baseadas em princípios éticos e no respeito pela diferença e individualidade dos outros, de forma a contribuir para o efectivo dos direitos da criança, em todas as suas vertentes*”.

Neste sentido, uma das metodologias adoptadas pelos técnicos que participaram na nossa investigação, passa pela “*dinamização de iniciativas de índole comunitária nos bairros de residência, procurando gerar uma dinâmica grupal nas comunidades de residência, melhorando as relações de sociabilidade, apoiando processos de investimento afectivo e simbólico nos espaços, favoráveis à saída de processos de exclusão social e segregação sócio-espacial*” (Plano Anual de Actividades 2008 da valência de Animação de Rua)

7.5 – Viver na Rua – representações de técnicos e jovens

A observação do espaço da rua e da forma como os jovens o utilizam nas suas actividades diárias permite um olhar descritivo da sua realidade.

Na opinião de Strecht (1998), o facto de as crianças acabarem por ir para o espaço rua é o resultado de uma história social, familiar e individual que confluem nefastamente.

Durante a observação participante constatou-se que alguns destes jovens entraram em ruptura com a própria família, de uma forma mais ou menos radical. Consequentemente, passaram a viver e a sobreviver pela sua própria responsabilidade, aproximando-se dos

seus pares, que viviam em iguais circunstâncias. Segue-se, portanto, a linha de pensamento de Marques e Santos (1993: 35) quando referem que *“Criança da Rua é toda aquela que por não ser querida e amada pela família vai viver para a rua na procura do que lhe falta”*.

As crianças em situação de rua fazem parte de uma “família” e da comunidade em que estão inseridas, sendo, na realidade, produto dessa mesma realidade. (Marques e Santos: 1993)

7.5.1. A opinião dos jovens

Ao longo do período em que se conviveu “in loco” com estes jovens percebeu-se que existiam dois grupos de jovens:

Os que se diziam felizes e que gostavam de estar na rua:

“Eu gosto da rua. É onde eu tenho os meus amigos para vida... é bom, é bom...” – José

“Lá era uma coisa boa para mim... tinha sempre muitos amigos lá, não é? Sozinho não estava lá... Agora estou pouco tempo lá mas ainda é bom estar lá... lá não estou sozinho... estou sempre acompanhado...” – Moisés

“Eu gosto de ir passear para a cidade... tenho lá os meus amigos... o meu grupo que já conheço há muito tempo... eles... eles são amigos...” - Célio

E aqueles que viviam descontentes com a sua condição e situação de vida:

“No início não gostei... eu fumava droga, bebia... era mau quando saíamos de noite sozinhas por aí... estava cheia de estar ali... os amigos eram porreiros, sim... mas... não era muito bom... não era muito bom...” - Ana

Embora para os primeiros, a rua se torne um espaço cada vez mais atractivo por representar diferentes formatos de adaptação aos sítios e panoramas da cidade, aparentemente inacessíveis na vida diária e organizada nos subúrbios, o facto é que

aquando das entrevistas poucos foram os jovens que quiseram opinar acerca da sua “opção” de vida.

Esta reacção de agrado ou desagrado perante o viver na rua advém das vivências e experiencias que os jovens foram adquirindo com os seus pares e a própria sociedade, em geral. A forma como foram recebidos na rua, a sua relação com a família, as adversidades que encontram neste “modus vivendi” são pesos importantes que fazem com que estes jovens abandonem ou prossigam com a sua situação de rua.

Sebastião (1998: 74) sustenta que *“a integração nas redes de relações alternativas na rua proporciona então um conjunto de referentes identitários aos recém-chegados que lhes permite ressituares-se e adquirir uma identidade coerente com os novos contextos de interacção”*.

Assim sendo, é importante considerar a resiliência, que será um procedimento activo que compreende uma integração positiva perante circunstâncias significativamente adversas. Porém, este processo parece difícil e inacessível quando estamos perante jovens em situação de rua uma vez que estes se encontram vulneráveis pessoal e socialmente.

Todavia a rua não pode ser vista, simplesmente, como uma barreira ao crescimento dos jovens que a frequentam. É fundamental e indispensável que se entendam estas vivências de rua na relação entre o perigo e a saúde. As práticas quotidianas, as sensações e as capacidades experimentadas pelos jovens no contexto de rua devem ser examinadas no seu todo.

7.5.2. A opinião dos técnicos

Os testemunhos dos técnicos comprovaram a tese de que os jovens em situação de rua gostam de viver nesta situação. Para os técnicos, os jovens optam pela situação de rua porque é ali que eles se sentem valorizados. A rua *versus* grupo de amigos está muito associada ao espaço rua *versus* auto-estima.

“Gostam, gostam... (rir) Infelizmente o problema é que eles gostam até demais... Eles, geralmente, têm amigos na rua. Amigos a valer, como eles dizem... os amigos do peito.” – Carlota

“Por incrível que pareça eles sentem-se seguros na rua. Satisfazem as suas necessidades na rua... A maior parte deles estão na rua por escolha.” – Vitor

Para que os jovens em situação de rua *“regressem ao convívio regular da sua família e da Comunidade é necessário anular primeiro o esquema de segurança que criaram e em que vivem e substituí-lo por outro com que passem a identificar-se. Sem isso não há mudança que perdure”* (Marques e Santos, 1993:26)

Segundo Adorno e Silva (1999) o espaço da rua é uma referência aprazível, de sociabilidade, de costas para os bairros sem recursos, equipamentos e qualquer forma de manifestação social, de refúgio particular.

Esta dimensão traz para as ruas a aspiração de frequentá-las, experimentar coisas novas, não propiciadas pelo seu espaço de origem.

No nosso estudo podemos constatar que aqueles jovens que gostam de viver nas ruas o fazem por opção. O contacto diário com outros jovens leva a que estes se aculturem a um determinado grupo já existente, por iniciativa própria ou, então, por falta de alternativa.

“Eles gostam, gostam... os jovens gostam porque é o meio deles, eles é que mandam e ali as regras são definidas por eles. Não são as regras da sociedade mas são as deles... E eles gostam”. – Márcia

As experiências e vivências com estes grupos facilitam *“a aprendizagem das competências específicas e o desenvolvimento das capacidades mentais indispensáveis à sobrevivência, mas também porque conferem protecção face aos perigos e facilitam o desenvolvimento de sociabilidades”*. (Castro, 1997: 149)

A visão de que a rua também oferece prazeres e sociabilidades, sem deixar de reconhecer todos os sofrimentos e não direitos no interior dela, demonstra uma análise feita pelos técnicos que actuam com os jovens em situação de rua. Alguns entendem que este espaço onde eles permanecem diariamente é o prolongamento do meio familiar.

“A rua para eles, num certo aspecto, é a família, com quem eles, com certeza, partilham as suas dívidas, os seus receios mais, talvez, do que com os pais em casa” – Marcelo

É no espaço de rua que estes jovens adquirem valores, regras e hábitos de vida que lhes estão associados.

Neste sentido, Castro (1997) entende que não existe incompatibilidade entre a sociabilização familiar e a sociabilização desenvolvida pelo grupo de pares, no bairro e no espaço de rua.

“Ambas estão presentes nos elementos constituintes de uma sub-cultura específica das crianças de rua, a qual se organiza a partir de três pólos fundamentais:

- 1) Uma cultura de adaptação à desorganização e exclusão social existentes no meio de que os jovens são oriundos;*
- 2) A aquisição e desenvolvimento de competências instrumentais ligadas à sobrevivência na rua;*
- 3) Uma relação ambivalente com a cultura convencional, traduzida no desempenho de diversos papéis consoante as situações com que os jovens se confrontam ao longo da sua trajectória (escola, relações com o sistema judicial, institucionalização, relações com outros adultos significantes na rua).” (1997: 145-146)*

Por outro lado, outros técnicos reconhecem que esta é a última alternativa à qual os jovens se tentam adaptar, mas com sofrimento. Nesta categoria estão incluídos aqueles jovens que se sentem descontentes por viverem em situação de rua.

Segundo refere Marques e Santos (1993:19) estes são jovens em situação de rua *“a quem o abandono e desamor lançaram para a rua na procura do que lhes é essencial para viverem”*.

“Aquilo é a rotina normal deles... Eles querem parecer felizes mas eu acho que não são” – Guilherme

"Mas, eu acredito que para eles deve ser muito frustrante". – Marcelo

O Plano Anual de Actividades da valência de Animação de Rua, relativo ao ano de 2008, preconiza a rua como *" um importante espaço de referência, na medida em que facilita o intercâmbio entre crianças/jovens e educadores/interventores sociais"*

Neste espaço onde convivem os jovens em situação de rua podemos considerar a rua versus espaço privilegiado no qual convivem a liberdade e a autonomia.

O desenvolvimento social assume características particulares para estes jovens cujo ambiente principal de socialização é a rua. Sobreviver nesse ambiente implica a criação e o exercício de estratégias variadas, que os ajudem na obtenção de alimentos e defesa pessoal, possibilitando a sua sobrevivência e segurança. Todavia, constatou-se que, mesmo com todas estas dificuldades, alguns jovens tomaram esta opção de vida por falta de alternativa. Senão, vejamos os depoimentos de alguns jovens e técnicos:

" Eu não me dei bem na escola e então estou com eles na rua... é um passatempo..." – Célio

"Eles vêem a rua, eles vêem aquele meio como um modo de vida, um modo de estar na vida." – Carlota

"Alguns deles gostam de estar na rua mas acho que eles sabem que a rua não é boa para eles. Mas, também não vêem outra solução." – Cláudia

Os relatos frequentes de experiências abusivas na família contrapõem-se aos dados que explicitam os riscos da vida na rua aos quais estão submetidos estes jovens. O espaço rua acaba por atenuar algumas carências que trazem do meio familiar.

Deambular, viver o dia-a-dia com os seus amigos, experimentar limites, "sentir-se forte", entre outros factores, unem-se à fase preliminar da juventude e à ânsia pela novidade. Constitui-se aí um imaginário próprio deste grupo, distante daquele socialmente estabelecido e sobre o qual estes jovens são vistos e julgados.

“Eles vangloriam-se... Mas, nunca são coitadinhos... eles não... nenhum deles. Desde que eu os conheço nunca houve um que se fosse fazer de vítima.” – Anabela

A rua possibilita a liberdade do corpo, do agir e do experimentar, numa amplitude maior de espaço, sem normas, hierarquias e restrições vivenciadas nas casas e nas instituições.

“E, talvez, a rua faça com que eles se sintam que são alguém e não ao contrário. Enquanto outra pessoa pode ver de maneira depreciativa eles não... Para eles, eles são o rei do pedaço...” – Carlota

7.6 – Relação dos Jovens em Situação de Rua com a Família

O crescer numa família estruturada e harmoniosa é fulcral para o equilíbrio da criança e para o seu normal e saudável desenvolvimento. Todas as crianças deveriam ter este direito assegurado e preservado segundo preconiza o ponto 1, do Art. 9 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Artigo 9.º

“Os Estados Partes garantem que a criança não é separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança. Tal decisão pode mostrar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança ou no caso de os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar da residência da criança tiver de ser tomada.”

Analisando o envolvimento familiar destes jovens em situação de rua, prevalece a manutenção do contacto com a família, sendo identificada por quase todos os jovens, embora haja alguma variação na frequência deste contacto. Apenas dois jovens adolescentes inquiridos estão longe das suas famílias biológicas, estando um deles afastado da sua família há já muito tempo.

“Eu não vivo com a minha família... vivo numa casa de acolhimento... Eu nasci no Canadá e depois vim para cá... não me lembro como era com a minha família...já foi há muito tempo... Agora estou num colégio...” - Célio

O outro, embora permaneça interno numa instituição de acolhimento, ainda mantém algum contacto com a sua família biológica, pelo menos uma vez por ano, quando vai de férias.

“A minha família está na Madeira... eu vim para aqui com doze anos...vai fazer três anitos que estou aqui em casa das freiras ... mas se eu pudesse escolher... queria ir embora... ..” - Ana

Mesmo não tendo grande contacto com a sua família, a jovem admite a relevância da mesma na sua vida, mesmo que, às vezes, de forma idealizada.

“Eu fui lá de férias e depois não queria voltar. Fugi para não ter que voltar para cá. Queria ficar com a minha família. Ela não era muito boa mas eu acho que estava a melhorar.” – Ana

Em contrapartida, todos os outros jovens que quiseram dar o seu testemunho afirmaram que mantém uma relação com a família e vão dormir a casa todos os dias.

“Sim, eu tenho uma boa relação com a minha família... Estou muito tempo com eles...” - José

“Eu vivo com eles...dou-me bem com eles...” - Moisés

Até porque, segundo a responsável pela valência,

“Eles aqui têm o bom da rua e depois têm o bom dentro de casa... E eles gostam dessa permanência. Por outro lado, nós também já fomos jovens e também gostávamos de transgredir as regras...” – Márcia

Estes dados consolidam, de uma forma geral, a literatura e demonstram a existência de ligações, na diversidade dos casos entre os jovens em situação de rua e os seus familiares (Alves, 1998, 2002; Santana & cols., 2000). A percepção de uma criança ou adolescente completamente desprotegido e abandonado, sem nenhuma proximidade com os seus familiares, também neste estudo é comprovada como falsa.

“Vou para casa todos os dias. Só gosto de estar com os meus amigos na rua mas depois claro que vou para casa.” – José

“Eu agora estou muito em casa. Gosto de estar a jogar ou então em casa do José...” - Moisés

À semelhança de vários estudos realizados sobre esta problemática, é preponderante a existência de vínculos entre os jovens em situação de rua e as suas famílias. (Neiva-Silva, 2003; Paludo, 2004; Santos, 2004).

É evidente que estas ligações que são criadas entre os jovens e as suas famílias implicam uma cuidado especial uma vez que são muito ténues e, na maioria das vezes, muito afastadas. Geralmente, a relação com a família é frouxa ou quase ausente. Esta situação que motiva, na maioria das vezes, a ida do jovem adolescente para a rua está associada a problemas familiares, com incidentes de violência doméstica, carência de recursos financeiros, perda ou ausência de um dos progenitores, entre outros motivos. Quer haja ou não o convívio e convivência com as suas famílias, quase todos assumem que a família se desresponsabiliza do seu papel protector. Por conseguinte, estes jovens consideram como substitutos todos aqueles que os tratam bem e assumem papéis similares, mesmo que sem parentesco ou consanguinidade: amigos de rua, técnicos da valência que os apoiam, etc...

Todavia, mesmo a família biológica sendo o pilar da formação e desenvolvimento do jovem é necessário estar muito atento à sua reintegração uma vez que a desestruturação da mesma pode originar um problema ainda maior.

Neste âmbito, Pinto (2001: 177) reconhece que *“sendo a família o factor principal da fuga para a rua, ao tentar reintegrá-las novamente no seio desta, poder-se-á manter ou agravar a situação já anteriormente citada”*.

Mesmo correndo todos estes riscos Marques e Santos sustentam (1993:42) *“é de primordial importância que as crianças da Rua retornem às suas famílias. Há laços profundos que só aí têm ambiente próprio e natural desenvolvimento, apesar das contrariedades aí existentes”*.

7.7 – Relação dos Jovens em Situação de Rua com os Técnicos da Valência

Ao longo do período de observação pôde-se perceber o trabalho que os técnicos desenvolvem com o seu público-alvo e a estreita relação de amizade e carinho que existe entre ambos.

7.7.1 Opinião dos jovens

De facto, aquando das entrevistas aos jovens em situação de rua, e embora aqueles que o fizeram tenham sido muito evasivos nas suas respostas, não respondendo mesmo a algumas questões de índole pessoal, este aspecto foi bem frisado por quase todos os que quiseram dar o seu testemunho. Os poucos que se pronunciaram acerca desta afinidade deixaram transparecer que a proximidade, o carinho e o respeito são recíprocos.

“Os técnicos? Eu gosto deles... Então não gosto? São boas pessoas, dão-nos bons conselhos...”
- José

“ Eu gosto deles... são pessoas educadas... Eles são um ombro amigo... sempre pedi conselhos e eles sempre dizem “se precisarem de alguma coisa, e a gente podendo ajudar... já sabem”... eles não querem é que a gente falte às responsabilidades...” - Moisés

“ Eles são simpáticos... dão-nos bons conselhos...” – Célio

Para fomentar esta ligação é extremamente importante manter a confiança, a cooperação nas várias iniciativas da animação de rua e a co-responsabilidade no projecto de vida destes jovens.

7.7.2. Opinião dos técnicos

O depoimento de alguns técnicos comprova que estas crianças e jovens em situação de rua os encaram como amigos.

“Com os jovens que nós trabalhamos eles vêem-nos como amigos... quer dizer, eles sabem que há uma relação de amizade mas diferente da que eles têm com os seus colegas. Nós somos amigos e “professores”... Sabem que nós estamos ali com o intuito de tentar orientá-los mas também é uma relação de confiança.” – Marcelo

“...Nós fazemos actividades para cativá-los, actividades que eles gostam mas é claro que há um trabalho por trás. Não é uma actividade lúdica pura, há trabalho feito e eles nem sentem que estão a ser trabalhados. Acho que eles nos vêem, também, como amigos” – Vitor

Através das actividades, visitas, formações, etc., os técnicos pretendem desenvolver um programa de competências pessoais e sociais para atenuar e/ou suprimir todos os comportamentos desviantes que os jovens possuam. Para que todas estas dinâmicas tenham a participação e cooperação do público alvo é extremamente essencial fomentar uma relação próxima entre a Equipa e os jovens.

“Já havia uma relação de amizade por isso não foi assim tão difícil... Os que eu não conhecia, já eram amigos daqueles que eu já conhecia. Foi muito mais fácil...” – Paulo

Esta interacção entre os jovens em situação de rua e os técnicos da valência só poderá progredir se, por detrás, houver um elo de confiança, amizade e, conseqüente, empatia. Condição “sine qua non” para que os jovens se entreguem ao processo de aprendizagem.

“Porque eles vêem... nós somos “porreiros” também não se sentem bem-estar traindo a nossa confiança... o nosso serviço para dar certo parte dessa relação de confiança. – Anabela

Esta relação é essencial e constitui o pilar basilar e o ponto de partida para todas as tarefas decorrentes. Marques e Santos (1993: 26) entendem que *“deste companheirismo, em regime de ampla liberdade, sem formalismos, com compreensão e afectividade, resultará o enlace que possibilitará o trabalho subsequente”*.

De facto, a base desta forte relação é crucial para o trabalho diário. Por conseguinte, o *empowerment* que é utilizado no dia-a-dia dos técnicos de animação de rua é cada vez mais um recurso a utilizar. Pretendem, desta forma, estimular um progressivo

fortalecimento individual e colectivo, implicando os jovens em situação de rua, assim como promover a participação activa no processo de mudança. Assim sendo, procuram potenciar capacidades, por vezes não devidamente valorizadas ou desenvolvidas nas estruturas onde o grupo-alvo se insere, orientando toda a evolução no sentido de uma maior capacidade de tomada de decisões e escolhas sobre o rumo dos seus projectos de vida individuais e em comunidade.

Para tal, é crucial que os jovens em situação de rua estejam receptivos à participação em iniciativas ou programas da valência de animação de rua. Estes resultados corroboram os dados obtidos por Forster e colaboradores (1992), que confirmam que os jovens em situação de rua apresentam uma aptidão natural para se envolverem com pessoas e instituições.

Esta visão é também sublinhada por Brito (1999), que realçou o indispensável papel desempenhado pelas instituições, bem como pelos seus funcionários, na rede de apoio social e afectivo das crianças e adolescentes em situações de rua.

No estudo realizado, a maioria dos técnicos entende que os jovens em situação de rua percebem, respeitam e valorizam todo o trabalho que realizam com os mesmos.

“Eles valorizam... Sabem e sentem que nós os respeitamos, os valorizamos e que queremos encaminhá-los e ajudá-los a criar o seu projecto de vida.” – Marcelo

“Mas, tu vêes um respeito enorme pelo nosso trabalho porque eles sabem... é como se nós fossemos o fim da linha. Eles sabem que tu estás ali para ajudá-los para aconselhar... que podem contar contigo e que podem ter confiança em ti Porque nós somos mesmo a tábuca de salvação...somos a última linha...” – Raquel

“Eu acho que quase todos acham que o nosso trabalho é um bom trabalho e percebem que têm de fazer isso para o seu futuro.” – Cláudia

“Eles vêem-nos como... como um suporte, como um apoio que está ali e que sabem que se precisam podem contar sempre connosco. Isso então tenho a certeza absoluta e é isso que nos dá aquela motivação... também é ver que eles sentem mesmo que podem contar connosco. É nós sabermos que somos importantes para alguém...” – Susana

Este reconhecimento por parte dos jovens é importante uma vez que transmite aos técnicos força e alento para prosseguirem na sua missão: levar estes jovens a abandonar o

submundo da marginalidade e trazê-los de volta às suas famílias, às suas vidas e futuros. Todavia, nem sempre este trabalho é agradecido por todos. Alguns jovens não os vêem com bons olhos e os técnicos apercebem-se disso.

“...Se nós estamos a fazer o acompanhamento escolar, eles vêem-nos como uns cães de guarda... (gargalhadas) Como uns chatos que os vão mandar ir para a escola ao invés de eles estarem na rua a brincar.” – Carlota

“Há uns que gostam e há outros que acham que a gente está lá só para os chatear.” – Guilherme

Trabalhar com jovens em situação de rua, desinseridos ou não do meio familiar é, de facto, um desafio. Todavia, o trabalho dos profissionais que diariamente trabalham com estes jovens e a comunidade, na qual estão inseridos, não é suficiente na atenuação e erradicação destes comportamentos desviantes e do perigo.

É urgente uma resposta social. O risco está constantemente à espreita e é necessária uma acção personalizada junto de cada um, que deverá ser sempre o centro e o protagonista de todo este processo. Segundo referem Marques e Santos (1993:23) *“elas têm o direito à nossa solidariedade, e na medida em que lhes dermos ajuda, cuidaremos da Comunidade que importa defender do perigo que a sua marginalidade representa”*.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente estudo é evidente que os jovens em situação de rua nem sempre vivem em contacto com o perigo. Todavia, são, muitas vezes, vítimas da pobreza e consequente exclusão social, vêm-se “obrigados” a desenvolver capacidades interpessoais e sociais de sobrevivência.

Da análise de dados ficou claro que, face às adversidades da rua, alguns destes jovens acabam por se deixar “corromper” pelas tentações da rua: envolvem-se em actos delinquentes, desinteressam-se e abandonam a escola, experimentam drogas e, em algumas situações, enveredam pelos meandros da prostituição.

Face aos problemas sociais, e agravados pelas companhias que encontram na rua, estes jovens envolvem-se em algumas problemáticas associadas à situação de rua: o Absentismo Escolar, a Violência Juvenil, a Prostituição Juvenil e o Consumo de Estupefacientes.

Mesmo perante estes problemas sociais, os jovens consideram a rua como um “locus amoenus”, preterindo-a relativamente a qualquer outro espaço. A forma como foram recebidos, as suas vivências, experiências e a relação com a família, revelaram ter um peso mais significativo do que as adversidades que encontram neste “modus vivendi”. Até porque, como sustenta Medeiros (1998), estes jovens encontram na rua ambientes atractivos relevantes, especialmente a droga que lhes permite diminuir o medo, a angústia, a frustração proporcionando-lhes maior aptidão e coragem, embora fictícias, mas que são encaradas como imprescindíveis para ultrapassarem os problemas e desafios que encontram na rua.

O estudo mostrou-nos, também, que estes jovens entraram em “ruptura” com a própria família, de uma forma mais ou menos radical. Todavia, o contacto familiar persiste embora com poucos laços afectivos uma vez que estes são afectados, especialmente, pela desestruturação das famílias e também pelas atitudes de maus-tratos como a rejeição, a negligência e a violência psicológica e física.

Estas famílias desresponsabilizaram-se da educação dos seus filhos e delegaram este dever à educação formal. Assim sendo, responsabilizaram-na pela transmissão de regras de conduta para que, assim, os jovens conseguissem alcançar um desenvolvimento

adequado da sua personalidade e uma correcta integração social. Todavia, e à semelhança do núcleo familiar, a Escola também não lhes conseguiu dar a resposta que procuravam, ou porque estes jovens já não se sentiam motivados para a frequentar, acabando mesmo por abandoná-la, ou porque as próprias estruturas não estavam preparadas para receber crianças e jovens em risco.

Por conseguinte, estes jovens passam os dias em situação de rua, por sua própria escolha e iniciativa. Aí aprendem a viver e a sobreviver pela sua própria responsabilidade, aproximando-se dos seus pares que vivem em iguais circunstâncias. De acordo com os seus depoimentos, estes jovens, na sua maioria, gostam desta experiência e sentem-se bem em viver neste espaço.

O contacto diário com outros jovens leva a que estes se aculturem a um determinado grupo já existente, por iniciativa própria ou, então, por falta de alternativa. O mundo que os rodeia já não os consegue cativar: perderam os laços afectivos com a sua família, desinteressaram-se pela escola e o mundo laboral não os atrai.

Broide (1998) sustenta que, nestas situações, a rua funciona como uma instituição reclusa, ainda que num espaço amplo. Para este autor, os jovens só vão para a rua quando já perderam todas as referências precedentes. A família, a escola, o trabalho. Toda a confiança perdida nestas instituições, e tudo o que a elas estava inerente, é transposta para o espaço rua. Aqui os jovens vão descobrir estratégias de sobrevivência e tentar consertar os seus laços afectivos.

Por outro lado, os depoimentos dos técnicos da valência de Animação de Rua vêm comprovar as ilações dos testemunhos dos jovens, bem como enfatizar as conclusões deste estudo, que comprovam a tese de que os jovens em situação de rua optam por este modo de vida porque é aqui que eles se sentem valorizados e, por conseguinte, gostam de viver nesta situação.

Outros dos pontos abordados neste estudo foram os pressupostos de acção e intervenção dos técnicos para com os jovens em situação de rua. Assim, concluímos que aqueles actuam com o propósito de inverter a lógica do *realizar por*, e preferem o *realizar com* pretendendo, desta forma, fomentar o respeito, a protecção e a efectividade do direito estabelecido, traçando o Plano Anual de Actividades da valência com enfoque no direito à participação, no direito à constituição da sua própria história.

Assim sendo, os técnicos consideram basilar estabelecer uma relação de confiança com o seu público-alvo para que tendo como pilar a confiança e o respeito mútuos, os técnicos consigam desenvolver uma maior adequação das acções aos percursos individuais e desenvolvimento de cada jovem.

Por outro lado, tentam ter sempre em conta os gostos e interesses dos jovens aquando da planificação e estruturação das actividades. Para tal, é importante uma voz activa dos jovens neste processo, que contribua para que os profissionais, que com eles trabalham, conheçam melhor a realidade a que estes estão expostos, no seu dia-a-dia, e consequentemente, adoptem políticas de protecção mais apropriadas.

À semelhança do pressuposto da imagem corporal, também a linguagem é um dos pressupostos de intervenção e acção. É importante que estas características se assemelhem às dos jovens em situação de rua para que estes criem um sentimento de pertença á instituição que com eles trabalha.

É também essencial valorizar cada jovem em situação de rua, respeitando a sua individualidade, enaltecendo os seus aspectos positivos e reorientando os negativos. Este enquadramento promove a organização e orientação dos jovens em situação de rua, segundo um padrão equilibrado ao nível dos valores, da auto-imagem, da percepção das emoções e do relacionamento social, que, em último grau, lhes permitirá optar e construir o seu processo de mudança.

Embora estes técnicos trabalhem *com* os jovens e *para* os jovens é crucial manter uma postura firme e coerente nas suas convicções respeitando sempre os princípios da instituição.

Sarmento (1999) realça a necessidade de encarar a criança como cidadã, com participação activa na sociedade, uma representação cuja essência envolve uma efectiva metamorfose sociocultural que fomente a inclusão social absoluta de todas as crianças, a mudança para instituições que assegurem o superior interesse da criança e a sua protecção.

Os dados apurados mostraram, também, que o trabalho desenvolvido pelos técnicos da valência de Animação de Rua é multifacetado e versátil. Estes desdobram-se em giros, diurnos e nocturnos, acompanhamento escolar, visitas domiciliárias, promovem actividades lúdico-pedagógicas, acções de sensibilização e parcerias com outras

instituições. Tudo isto com a finalidade de desenvolver e estimular as capacidades pessoais e sociais destes jovens, sempre numa tentativa de desvio de situações de risco.

“A nossa grande preocupação é direccionar os jovens em risco, que se encontram na rua, para a adopção de estilos de vida saudáveis ajudando-os, ao mesmo tempo, a delinear o seu projecto de vida, contribuindo assim para a diminuição do número de crianças e jovens em perigo/risco, promovendo a sua reinserção sócio – familiar.” –

Plano Anual de Actividades 2008 da Valência de Animação Rua

Ao analisar todo o trabalho desenvolvido pela valência do IAC – Açores podemos concluir que a imagem que está subjacente à filosofia da instituição, mais concretamente da valência Animação de Rua é a de um mundo juvenil que precisa de ser desviado de situações de risco. Os *jovens em situação de rua* têm percursos de vida associados a complexas problemáticas, relativamente às quais é urgente intervir de modo a construir com estes jovens competências básicas de cidadania, de forma a encontrar com eles possibilidades de integração social e formas de luta contra quadros de delinquência que espreitam a todo o momento no seu percurso de rua. Faz parte dos princípios da instituição o apelo à participação cívica destes jovens e a co-responsabilização no seu processo de mudança. Somente assim acreditam que seja possível emancipá-los pessoal e socialmente.

A este respeito, Tomás (2007: 119) reconhece *“a participação das crianças e uma concepção de cidadania activa e crítica que concebe as crianças e jovens como actores sociais imprescindíveis e participativos na sociedade, implicando não só o reconhecimento formal de direitos mas também as condições do seu exercício através de uma e real plena participação, em todas as esferas da vida social”*.

Por conseguinte, os técnicos delineiam nas suas linhas orientadoras o princípio do *empowerment* no trabalho desenvolvido com os jovens. Assim sendo, trabalham no sentido de estimular um progressivo fortalecimento individual e colectivo, implicando o grupo-alvo e promovendo a participação activa no processo de mudança.

Todavia, os técnicos reconhecem que as metas a atingir com o seu público-alvo não poderão ser muito ambiciosas, até porque quando se trata de jovens em situação de rua a fásquia não poderá ser muito exigente.

“Apesar de ser frustrante, nós nunca vamos ter resultados a cem por cento. Se queremos que o jovem consiga uma auto-estima, saia da prostituição, consiga uma profissão... ou então perceber que tem de ser proteger das doenças já é muito bom... Nós temos de acreditar que essas sementes que nós deixamos em todos eles podem dar frutos... - Márcia

Como cidadãos, estes jovens em situação de rua têm o direito de assumirem o compromisso de participação nos sistemas sociais e políticos da sociedade em que estão inseridos.

Tendo por base este princípio, a instituição que os acolhe, trabalha com estes jovens no sentido de os levar a adquirir comportamentos cívicos e a assumir as suas responsabilidades em todas as dimensões da vida social, nomeadamente, na família (através das visitas domiciliárias), na escola (através do encaminhamento escolar) e nos bairros que costumam frequentar (através dos giros).

Segundo manifesta Tomás (2007: 131) é fundamental *“Educar na cidadania e democracia e não para a cidadania e democracia, considerando que as crianças têm um papel activo no processo, implica a promoção de espaços e oportunidades que promovam competências e concepções elas próprias democráticas e cidadãs, assumindo direitos e deveres considerados como um legado cultural e a interiorização e apropriação por parte dos actores sociais dessas práticas.”*

Assim sendo, a missão da Valência de Animação de Rua do Instituto de Apoio à Criança – Açores é tentar sensibilizar/formar jovens como agentes de mudança para o papel de mediação social, para no futuro serem eles os primeiros a trabalharem para outros jovens. No geral, ambicionam trabalhar com jovens e reintegrá-los na sociedade como cidadãos activos, democráticos e plenos de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A

ADORNO, R. (1998). Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens das classes populares. In J. LERNER (Coord.), *Cidadania, verso e reverso* (pp. 93-109). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

ADORNO, R. C. F. & SILVA, S. L. (1999). “Cenas do mapeamento da rua: diários e discussões dos educadores”. In A. D. Lescher *et al.* *Cartografia de uma rede*, 9-32. São Paulo: Projeto Quixote, UNIFESP, FSP/USP, UNICDP, Ministério da Saúde.

ALBERTO, I.M (2002). “Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco”. In C. Machado & R. A.Gonçalves (orgs.). *Violência e Vítimas de Crime*, vol.2, 223-244. Coimbra: Edições Quarteto.

ALMEIDA, A. N. & VIEIRA, M. M. (2006). *A escola em Portugal: novos olhares, outros cenários*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, A. N. & WALL, K. (1995). A família. In Sousa Ferreira e H. Rato (orgs). *Portugal Hoje*, 21-53. Lisboa: INA.

ALVES, P. B. (1998). *O brincar e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. Dissertação de Mestrado não-publicada - Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ALVES, P. B. (2002). *Infância, tempo, atividades cotidianas de crianças em situação de rua: As contribuições da teoria dos sistemas ecológicos*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANTUNES, C. (1999). *Técnicas pedagógicas de dinâmica de grupo*. Brasil: Editora do Brasil S. A.

APTEKAR, L. (1989). "Characteristics of street children of Colombia". *In Child Abuse and Neglect*, 133, 427-437.

ARIÉS, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

ARROJA, L., OLIVEIRA, G. e CAPELA, I. (1999). Contribuição para a descontaminação de solos – Metodologias de implementação. *Actas da 6ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*. Centro de Congressos da AIP, Lisboa. 2º Volume. pp. 607-616.

B

BARDIN, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BERG, B. L. (2004). *Qualitative Research methods for the social Sciences*. Boston: Allyn and Bacon.

BLANC, M. Le J. M. (2002). "Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes". *In A.. C. Fonseca (Ed.). Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica*, 37-92. Coimbra: Livraria Almedina.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

BRITO, R. C. (1999). *Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: Subsídios para uma intervenção comunitária*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BROIDE, J. (1998), Subjetivação, subjetividade, contemporaneidade e grandes transformações políticas nas metrópoles. In: *Fórum de Debates Mostra City Canibal*; 1998. São Paulo.

BRONFENBRENNER, U. (2005). *Making human beings human: Biological perspectives on human development*. London: Sage Publications.

BROOK, J. S.; GRODON, A. S.; BROOK, A. (1989). *The Consequences of Marijuana: Use on Intrapersonal and Interpersonal Functioning in Black and white Adolescents*. Genetic, Social, and General Psychology Monograph.

BURGESS, G. (1997). *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta Editora.

C

CABRAL, M. V. & PAIS, J. M. (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta.

CALHEIROS, M e MONTEIRO, M. B. (2000). “Mau trato e negligência parental: contributos para a definição social dos conceitos.” *Sociologia*, no.34, p.145-176. ISSN 0873-6529.

CARMO, H (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.

CARMO, H. & FERREIRA, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

CASTRO, J. L. (1997). “Trajectórias Marginais: os meninos de rua em Portugal.” In J. M. Pais & Chisholm. *Actas do Congresso Internacional Growing up between centre and periphery*, Lisboa, 2-4 de Maio de 1996, 143-153. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CASTRO, J. L. dos S. (1996), *Entre a tutela e a sobrevivência: Contextos de socialização e trajectórias dos meninos de rua*. Dissertação de Mestrado em Sociologia - ed. policopiada. Lisboa: ISCTE.

CASTRO, J. L. dos S. (1996). “Que reinserção para os menores em risco.” In *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares – Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Lisboa: ICS/UL

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (1998). Alto-comissário para a Igualdade e a Família. Presidência do Conselho de Ministros. *Portugal Situação das Mulheres 1997*, Lisboa.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA (1995). Cadernos IAC. Lisboa : I.A.C.

COSTA, A. B. (Coord.) et al. (2008). *Um olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Gradiva.

D

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. (1975). *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F.

DEACON, D.; PICKERING, M.; GOLDING, P. & MURDOCK, G (1999). *Researching Communications*. London, Sydney, Auckland : Arnold.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (1998). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Descrição baseada em??: Dezembro 1998.

DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (orgs). (1994). *Handbook of qualitative research*. London: Sage.

DICKENS, C. (1921). *Oliver Twist*. São Paulo: Círculo do Livro.

DIMENSTEIN, G. (1995). *O cidadão de papel*. São Paulo: Ática.

E

EINSENTEIN, E. & SOUZA, R. P. (1993). *Situações de Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes*. Petrópolis: Cenespa.

EVERTON, C. M. & GREEN, J. L. (1986). "Observation as inquiry and method." In Merlin C. Wittrock (Ed.). *Handbook of Research on Teaching Third Edition*. New York: Macmillan Publishing Company.

FERNANDES, A.T. (1995). “Etnicização e racização no processo de exclusão social.” *In Sociologia*. Faculdade de Letras do Porto, vol V, 1ª série, FLP.

FERNANDES, N. (2005), *Infância e Direitos: Participação das crianças nos contextos de vida – Representações, Práticas e Poderes*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

FERNANDES, S. C. G. O. G. (2006). *Crianças na rua em Braga: Infância, trajectos de vida e práticas sociais*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Mestrado em Sociologia da Infância. Braga: Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho.

FERREIRA, V. S. (2003). “Atitudes dos Jovens Portugueses perante o corpo.” *In* M. Villaverde & J. M. Pais (Coords). *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o corpo: Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, 265-366. Oeiras: Celta Editora.

FLEMING, M. (1996). *Família e a Toxicodependência*. Porto: Edições Afrontamento.

FONSECA, A. C. (2003). *Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.

FONSECA, A., & PERDIGÃO, A. (1999). *Guia dos Direitos da Criança*. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.

FONSECA, G. & PEDROSO, J. (1998). As comissões de protecção: caminhos a percorrer na promoção da cidadania das crianças e dos jovens. *In Intervenção Social*, 17,18, 27-52.

FORSTER, L. M. K.; BARROS, H. M. T.; TANNHAUSER, S. L. & TANNHAUSER, M. (1992). Meninos na rua: Relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *In Revista da ABP-APAL*, 14, 115-120.

FORTIN, M. F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Rio Tinto: Lusociência.

G

GAHAGAN, J. (1976). *Comportamento interpessoal e de grupo*. Rio de Janeiro: Zahar

GALLARDO, J. A. (1994). *Maus tratos à Criança*. Porto: Porto Editora.

GAMEIRO, J. (1999). Traçados Sócio-Psicológicos *In* J. M. PAIS (Coord.). *Traços e Riscos de Vida – Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Ambar.

GARRINHAS, P. M., (1998). À procura de um futuro perdido. *In* M. R. A. C. Carneiro (Coord.). *Crianças de Risco*, 261-538. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

GAUTHIER, B. (2003). *Investigação social: da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência.

GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (1997). *O inquérito: teoria e prática*. Lisboa: Celta Editora.

GIDDENS, A. (2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOMES, R. (1994). A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas. *Caderno de Saúde Pública*, 10(1), 157-167.

GONÇALVES, Z. A. (1979). *Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém*. Belém: Salesianos do Pará.

GREENE, J. M., ENNET, S. T., & RINGHWALT, C. (1999). Prevalence and correlates of survival sex among runaway and homeless youth. *American Journal Public Health*, 89(9), 406-409.

GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Principia.

H

HESSE-BIBER & LEAVY (2004). *Practice of qualitative research (The)*, Sage publications.

HEYWOOD, C. (2004), *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed.

HUTZ, C., KOLLER, S. & BANDEIRA, D. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. In *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), 79-86.

K

KANDEL, D. B. (1975). "Stages in adolescent involvement in drug use." *Science*, 190, 912-914.

KEMPE, R. & KEMPE, H. (1978). *Child abuse*. London: Open Books Publishing, Ltd.

KOLLER, S. H. & HUTZ, C. S. (1996). "Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição." In S. H. Koller (Org.). *Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida*, 11-34. Porto Alegre: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

KRAMER, S. (1992). *A Política do Pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce*. São Paulo: Cortez.

KRIPPENDORF, K. (1990). *Metodologia de análise de conteúdo – Teoria e Prática*. Barcelona: Paidós.

L

LACAN, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LANGLOIS, C. V. SEIGNOBOS, C. (1946), *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença.

LEAL, M. L. P. (1999). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe*. (Relatório Final - Brasil). Brasília: CECRIA.

LINCOLN, Y., & GUBA, E. (1994). Naturalistic inquiry. In DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (orgs). (1994). *Handbook of qualitative research*. London: Sage.

LUCCHINI, R. (1993). *Enfant de rue: identité, survie, drogue*. Genève-Paris: Éd. Droz.

LÚCIO, Á. L. *et al.* (2001). *Marginalidade, Risco e Delinquência*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.

M

MACDONALD, K. & TIPTON, C. (1993). “Using documents”, in N. Gilbert (org.) *Researching social life*. London: SAGE. Falta a pagina

MAGALHÃES, T. (2004). *Maus tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.

MARQUES, A. O. & SANTOS, V. dos (1993). *Trabalho com crianças de rua*. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.

MARREIROS, G. (1998). *In Abusos sexuais em Crianças e Adolescentes – Contributos do 1º Seminário Nacional – Lisboa, 1997”*. In A. FRADE & A. M. MARQUES (Coords). Associação para o Planeamento da Família: Lisboa.

MARTINS, P. C. M. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: Representações Sociais, Modos e Espaços*. Braga: Universidade do Minho.

MASON, J. (2006). "Mixing methods in a qualitative driven way." *Qualitative Research*. Falta nº e pag

MEDEIROS, M. (1998) *Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua*. [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP.

MERRIAM, S. B. (1998). *Qualitative Research and Case Study applications in Education*. San Francisco, CA: John Wiley & Sons, Inc.

MILES, M.; HUBERMAN, A. M. (1994). *Qualitative data analysis*. Thousand Oaks: SAGE Publications.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. (Orgs.). (2003). *Violência sobre o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fio Cruz.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE (1999). *Reforma do Direito de Menores*. Lisboa: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

MONTANDON, C. (1997). *L'éducation du Point de Vue des Enfants*, Paris: Edições Harmattan.

MOREIRA, J. M. (2004). *Questionários: Teoria e Prática*. Coimbra: Livraria Almedina.

MORSE, J. M., (1994). *Aspectos Essenciais de Investigação Qualitativa*. Coimbra Formasau.

N

NEIVA-SILVA, L. & KOLLER, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*, 205-230. São Paulo: Casa do Psicólogo.

NEIVA-SILVA, L. (2003). *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autofotográfico*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NUNES, T. (1994). “O ambiente da criança.” *In Cadernos de Pesquisa*, 89, 5-23.

O

OSÓRIO, L. C. (1996). *Família Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.

P

PAIS, J. M. & CHISHOLM, L. (coord.) (1996). “Jovens em Mudança” *In Actas do congresso internacional Growing up between centre and periphery*. Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PAIS, E. (1996). “Violência(s): reflexões em torno de um conceito.” *In InterAcções*, nº 4, 23-39.

PAIS, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*. Lisboa: INCM.

PAIS, J. M. (1996). *Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa. Tradições e mudanças (1985-1995)*. Sociologia Problemas.

PAIS, J. M. (2003). “Atitudes dos Jovens Portugueses perante o corpo.” In M. Villaverde, & J. M. Pais (Coords). *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o corpo: Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, 267-412. Oeiras: Celta Editora.

PAIS, J. M. e C. & VILAVERDE, M. (Coord.) (2003). *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo: Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*. Oeiras: Celta Editora.

PALUDO, S. (2004). *Expressão das emoções morais de crianças em situação de rua*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Dissertação de Mestrado.

PARENTE, C. (2002). Observação: um percurso de formação, prática e reflexão. In J.

PARENTE, M. C. C. (2002). *Construção de Práticas Alternativas de Avaliação na Pedagogia da Infância*. Sete Jornada de Aprendizagem. Braga: Universidade do Minho - Tese de Doutoramento. Não entendi esta referência....

PEDRO, J. A. et al. (2005). *Criança e a Família no século XXI*. Lisboa: Dinalivro.

PENHA, M. (2000). *Crianças em Risco*. Lisboa: Direcção Geral da Acção Social.

PEREIRINHA, J. (1992). “Pobreza e exclusão social: Fronteiras conceptuais, relevância para a politica social e implicações na sua medida.” *In Analise Social* Nº 102. Lisboa: ICS

PIRES, C. M. & RAMOS, M. N. (1984). “*Contribuição Comportamental para a Abordagem dos Problemas Escolares: Estratégias Cognitivo Comportamentais.*” Coimbra: Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XX. Falta pag

Q

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

R

RIBEIRO, D. (1997). *Meninos de rua*. São Paulo. Folha de São Paulo.

RIZZINI, I, BARKER, G., CASSANIGA, N. (1998d). “From street children to all children. improving the opportunities of low income urban children and youth in Brazil”. *In The Johann Jacobs Conference*. Germany: Lake Constance. O que é isto? Livro, actas, revista?

RIZZINI, I. & BUTLER, U. M. (2003). “Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revistando a literatura.” *In* I. Rizzini (Coord.), *Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?*, 17-44. Rio de Janeiro: Ed.

RIZZINI, I. & BUTLER, U. M. (2003). “Young people living and working on the streets of Brazil: revisiting the literature”. *Children, Youth and Environments*, v. 1, p. 1-18.

RIZZINI, I. (1986). “A geração de rua: Um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro”. In *Série Estudos e Pesquisas* 1. Rio de Janeiro: USU/CESME. Falta pag..

RIZZINI, I. e RIZZINI, I. (1996). “Menores” institucionalizados e meninos de rua.” In A. Fausto & R. Cervini (org). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez. Falta pag.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF, L. & BAPTISTA, R. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes. Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cortez (CIESPI/PUC-Rio/UNICEF).

ROCA, Z. (2000). *As Crianças de rua em Angola. Um Estudo das Necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal*. Lisboa: Edições Universitárias lusófonas.

ROCHA, R. C (2002). “História Da Infância: Reflexões Acerca de Algumas Concepções Correntes”. In *Revista Analecta*, Editora Unicentro . Guarapuava, Paraná v. 3 n 0, 2 p. 51-63 jul/dez.

RODRIGUES, A. (2002). *Crianças em perigo/crianças perigosas: perspectiva jurídica*. Conferência proferida no Simpósio Internacional e Multidisciplinar Crianças em Risco: Coimbra: da investigação à intervenção????.

RODRIGUES, E. A. (1998). “À procura de um futuro perdido.” In M. R. A. C. Carneiro (Coord.). *Crianças de Risco*, 539-698. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ROSEMBERG, F. (1994). *Contagem de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. Relatório Técnico*. São Paulo: Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social.

ROSEMBERG, F. (1995). “Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade.” *In E. Reis, P. Fry (Orgs.) Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: ANPOCS/ Ed. Hucitec.

S

SÁ, E. (2002). *Adolescentes Somos Nós*. Lisboa: Edições Fim de Século.

SAINT-GEORGES, P. (1997). “Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económicos, social e político.” *In L. Albarello et al. Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, 15-47. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda.

SAMPAIO, D. (1994). *Inventem-se novos pais*. Lisboa: Editorial Caminho.

SANTANA, J. P.; ALVES, P. B.; ARAÚJO, S. A.; SINCLAIR, A.; PRADE, L. T., BICHINHO, G. P. B. & KOLLER, S. H. (2000). Crianças em situação de rua: O que elas pensam sobre infância? Poster apresentado no III Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento. Niterói: Rio de Janeiro.

SANTOS, E. (2004). *Um estudo sobre a brincadeira de crianças em situação de rua*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Dissertação de Mestrado não-publicada

SARMENTO, M. J. & PINTO, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto e M. J. Sarmiento (Coord.). *As crianças: Contextos e Identidades*. (9-30). Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

SARMENTO, M. J. (2003). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Em M. J. Sarmiento e A. B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos. Perspectivas sócio-pedagógicas da Infância e Educação*. (pp. 9-34). Porto: Asa.

SARMENTO, M. J. (2006). “*Imagens sociais e (in)visibilidade da infância*”. (pp. 86-103). Em M. J. Sarmiento, *Relatório da Disciplina*. Braga: Universidade do Minho.

SARMENTO, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. Em M. J. Sarmiento e V. M. R. Vasconcellos (Orgs.), *Infância (in)visível* (pp.25-49). Araraquara: Junqueira & Marin Editores.

SEBASTIÃO, J. (1998). *Crianças de rua – modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Lisboa: Celta Editora.

SEMINÁRIO “CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO: QUE PROBLEMÁTICAS? QUE INTERVENÇÃO?” realizado em Maio de 2004. Núcleo Distrital de Braga da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

SOUTO DE MOURA, J. (2000). “A tutela educativa: factores de legitimação e objectivos”. *Infância e Juventude*, nº 4, 9-38.

SPRADLEY, J. P. (1980). *Participant observation*. Forth Worth: Holt, Rinehart and Winston.

SPRINTHALL, N. A. & COLLINS, W. A. (1999). *Psicologia do Adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SPRINTHALL, N. A. & SPRINTHALL, R. C. (1994). *Psicologia Educacional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

STAKE, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage Pub.

STRECHT, P. (1998). *Crescer vazio: Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligencia e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim.

SZYMANSKI, H. (2001). *Família-Creche: parceria em um projeto educacional. Relatório de Pesquisa*. Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia da Educação, PUCSP.

U

UNESCO (2001). *Education for Street and Working Children in India*. Nova Delhi: United Nations Education, Scientific and Cultural Organisation.

UNESCO (2003). *Les Déperditions Scolaires dans l'Enseignement Primaire et dans l'Enseignement du Sécond Degré: Étude stastique de l'évolution et des profils du redoublement e de l'abandon. Division de statistique relatives à l'Education*. Office dès statistique.

UNICEF n.º 8 (1989). *Lineamentos para a aplicação da guia metodológica para a análise da situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*. Bogotá: Ed. Guadalupe.

V

VALA, Jorge. (2001). “A análise de conteúdo.” In: A. S. Silva & J. M. PINTO (orgs). *Metodologia das Ciências Sociais*, 11ª edição, 101-128. Porto: Afrontamento.

VALLEJO-NÁGERA, A. (2003). *La Edad del Pavo*. Lisboa: Editorial Presença.

VAN DER MAREN, J.-M. (1996), *Méthodes de recherche pour l'éducation*. Paris/Bruxelles: De Boeck Université.

VASCONCELOS, A- (1997). *Meninas de Rua do Recife*. Recife: Bagaço.

W

WALL, K. (org.) (2005). *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

WEINER, I. B. (1995). *Perturbações psicológicas na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Y

YIN, R. K. (1994). *Case Study Research. Design and Methods* (2nd ed.). London: Sage.

Z

ZALUAR, A. (1994). *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta Campinas - Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ZUCKERMAN, B.; WEITZMAN, M.; ALPERT, J. J. (1988). Crianças em risco: questões médicas e sociais actuais *Clin Pediatr Norte*, , v. 6, 1181-1493.

DOCUMENTOS CONSULTADAS NA INTERNET

Convenção dos Direitos da Criança – consultado nas páginas

http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004

(último acesso em 3 de Abril de 2009)

Declaração Universal dos Direitos do Homem, consultado na página

http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/dudh.pdf

(último acesso em 10 de Março de 2009)

Relatório Anual de Segurança Interna 2008, de 26 de Março de 2009, consultado na página

<http://www.parlamento.pt/Fiscalizacao/Paginas/RelatoriosSegurancaInterna.aspx>

(último acesso em 30 de Junho de 2009)

Lei Tutelar Educativa, consultada nas páginas

<http://www.portolegal.com/LTutelar.htm>

http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=314&m=PDF

(ultimo acesso em 23 de Maio de 2009)

Lei de protecção as crianças e jovens em risco, consultada nas páginas

<http://malhatlantica.pt/ecae-cm/Lei147-99.htm>

<http://www.cnpcjr.pt/>

(último acesso em 4 de Julho de 2009)

MUSSÁ, F. N. (1992). *Os meninos de rua em Maputo*, consultada na página

www.ifcs.ufrj.br/lps/acervo/boletins/boletim10-4.html-21k.

(último acesso em 12 de Maio de 2009)

ANEXOS

ANEXO A

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O INSTITUTO
DE APOIO À CRIANÇA – AÇORES**

Proposta de Protocolo de Colaboração com o Instituto de Apoio à Criança - Açores

Maria de Fátima Pereira da Rocha, Educadora de Infância, vem por este meio solicitar a disponibilidade do Instituto de Apoio à Criança – Açores para o seguinte assunto:

Estando a desenvolver um Projecto de Mestrado em Estudo da Criança – Associativismo e Animação Sócio-Cultural, a autora pretende desenvolver um trabalho de investigação, inspirado na identificação da imagem de infância que está subjacente à filosofia da instituição, mais concretamente, da valência Animação de Rua. As interrogações iniciais e orientadoras deste estudo são as seguintes:

- De que modo a valência de Animação de Rua pensa a criança e jovem em situação de rua, nomeadamente no que concerne à elaboração dos seus meios de diagnóstico?
- Quais os pressupostos que estão por detrás da planificação das actividades e selecção dos projectos pensados para estas crianças e jovens?
- Quais as dinâmicas e estratégias de intervenção que os animadores de rua adoptam no sentido de cativar o seu publico alvo?
- Quais os motivos que levaram as crianças e jovens a escolherem a rua como opção de vida? Que relação mantém com a sua família?
- De que modo é que as crianças e jovens em situações de rua vêem o trabalho desenvolvido pela Animação de Rua? Como é que elas agem dentro dela?

A autora considera que para dar resposta à diversidade e heterogeneidade do viver e sentir a infância das crianças e jovens em situações de rua, o recurso ao contexto de “rua” será preponderante para perceber de que forma as este grupo de estudo encara o trabalho dos Técnicos de Animação de Rua e participa no mesmo bem como compreender o fenómeno das crianças e jovens em situação de rua num contexto insular. No que concerne à Equipa da Animação de Rua pretende-se, essencialmente, investigar os pressupostos que estão por detrás da planificação das actividades e na escolha dos projectos pensados para este grupo específico assim como analisar as dinâmicas e estratégias de intervenção que a Animação de Rua desenvolve com as crianças e jovens em situação de rua. Por isso mesmo se considera que o

acompanhamento presencial das crianças no seu “locus vivendi” ajudará a enriquecer a presente pesquisa.

A investigação, que se pretende desenvolver, de natureza essencialmente interpretativa, assenta no formato de estudo de caso, junto da Equipa de Animação de Rua, do IAC – Açores, e cumulativamente das crianças e jovens em situações de rua. A amostra englobará cerca de 20 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade.

As ferramentas metodológicas que servem de suporte à recolha de dados são também variadas e considerou-se que para a mesma seja substantiva, significativa e ilustrativa da complexidade de vivências das crianças e jovens em situações de rua e da actuação dos animadores de rua perante os mesmos, seria necessário o recurso aos seguintes instrumentos e técnicas:

- Observação Participativa das crianças de rua;
- Análise Documental (de todos os documentos da instituição, pertinentes para a investigação);
- Entrevistas (à Direcção, aos técnicos da valência de Animação de Rua e às próprias crianças/jovens que se encontram em situações de rua na cidade de Ponta Delgada.

O desenvolvimento deste estudo terá sempre presentes as questões éticas relacionadas com o anonimato e confidencialidade dos casos analisados, porque consideramos que fazer investigação com crianças requer um olhar mais atento às suas necessidades do que às necessidades do projecto de investigação (Grane, 1998: 2) ¹.

A disponibilidade do Instituto de Apoio à Criança – Açores para o desenvolvimento do estudo, terá como contrapartida a máxima correcção deontológica pela autora e pela Universidade do Minho, bem como a entrega de uma cópia dos trabalhos que, com base nela, se venham a realizar.

Ponta Delgada, 6 de Dezembro de 2007

Subscrevo-me com a máxima consideração

¹ Grane, M. Elizabeth, Walsh, Daniel J. (1998) Studying children in context: theories, methods and ethics. London: Sage Publications.

ANEXO B

CONSENTIMENTO INFORMADO

Responsável pela Investigação: Fátima Rocha

TELEFONE: 965731744

INTRODUÇÃO

Foi-lhe solicitado que participasse no estudo de investigação relacionado com a valência de Animação de Rua, do Instituto de Apoio à Criança – Açores, seus pressupostos e estratégias de intervenção com as crianças em situação de rua, na cidade de Ponta Delgada – S. Miguel.

Antes de decidir se querará, ou não, participar neste estudo gostaria de explicar-lhe os objectivos do mesmo e salientar que **A SUA PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA.**

OBJECTIVOS DO ESTUDO

O objectivo geral deste estudo reside na identificação da imagem de infância que está subjacente à filosofia da instituição, mais concretamente, da valência Animação de Rua.

Do objectivo geral concorrem alguns objectivos específicos, assentes no referencial teórico, e que se traduz nos seguintes:

- Compreender como a valência percebe a criança/jovem no que concerne aos seus meios de diagnóstico;

- Investigar os pressupostos que estão por detrás da planificação das actividades e na escolha dos projectos pensados para estas crianças e jovens.
- Analisar as dinâmicas e estratégias de intervenção que a Animação de Rua desenvolve com as crianças e jovens em situação de rua.
- Perceber de que forma as crianças e jovens em situação de rua encaram o trabalho dos Técnicos de Animação de Rua e participam no mesmo;
- Compreender o fenómeno das crianças e jovens em situação de rua num contexto insular.

PROCEDIMENTOS

Se resolver participar neste estudo e assinar o respectivo formulário de consentimento iremos colocar-lhe algumas questões e registaremos as suas respostas com equipamento áudio, as quais serão posteriormente transcritas. Será preservado o seu anonimato e todas as informações que nos conceder serão apenas divulgadas no âmbito deste trabalho de investigação.

Se leu o formulário de consentimento (ou este lhe foi explicado por alguém) e compreende a respectiva informação, e concorda em participar de sua livre vontade neste estudo, assine o seu nome abaixo.

(Nome do participante / Data)

Responsável pela Investigação

ANEXO C

D. F. A. R. J. O.

D. E.

B. O. R. D. O.

Iniciei a semana numa sexta-feira, propositadamente para participar na actividade Futebol de Rua. Aqui estiveram cerca de 270 jovens oriundos de toda a ilha, que aderiram ao Torneio de Rua de São Miguel, na modalidade de futebol. Esta actividade decorreu no Polidesportivo de Água D'Alto, em Vila Franca do Campo, nos dias 15 e 16 de Maio de 2008.

“Depois de uma manhã atribulada encontrei, finalmente, o gimnodesportivo de Água D'Alto, concelho de Vila Franca do Campo, local onde se realizava o torneio de Futebol de Rua. Lá fui recebida por alguns elementos da Equipa de Animação de Rua que estavam com alguns jovens. “Vieram poucos” disse o Pedro. “Fomos buscá-los a casa mas não quiseram vir”.

Aproveitei para conhecer melhor a Equipa travando algumas conversas informais com o psicólogo, os animadores e a Paula, uma das jovens que estava a ser apoiada pela valência. Pareceu-me muito meiga e acessível. Contudo, a conversa que travava era curta e com pouco à vontade.

Neste recinto, repleto de crianças e jovens oriundos de toda a ilha, cruzavam-se sorrisos, partilhavam-se alegrias e boa disposição e perdiam-se olhares no horizonte como que em busca de um amanhã melhor...

Todos diferentes, todos iguais... uns com piercings, outros com tatuagens, outros com todos os adereços e mais alguns e outros havia que preferiam passar despercebidos... As t-shirts que alguns vestiam, com o slogan “Vicia-te na Vida”, era como que um apelo para o futuro de cada um daqueles jovens.

A organização do evento foi da responsabilidade da Casa do Povo de Vila Franca do Campo. O projecto integra-se no denominado conceito de “desporto inclusivo”. Através do futebol, pretende-se “mediatizar as questões sociais e gerar imagens positivas de grupos habitualmente estigmatizados”.

O Vitor apresentou-me a Silvia, que era a representante do Instituto de Acção Social. Enquanto conversávamos ela referiu que com este evento “pretende-se valorizar os saberes de cada um dos jovens, homens e mulheres, a partir dos 16 anos, portadores de diversas problemáticas sociais. “Pretende-se valorizar competências pessoais e sociais, de forma a potenciar o processo de integração na sociedade onde se encontram”.

Conforme fui conversando com os animadores de rua, representante do Instituto de Acção Social fui-me apercebendo que estava perante jovens com problemáticas sociais e muitas vezes em risco de exclusão. Neste grupo, existe uma variedade enorme

de problemáticas sociais resultantes de comportamentos de risco, não participando apenas toxicod dependentes em fase de recuperação.

Voltei novamente para o grupo e continuei a tentar perceber estas andanças de animação de rua. De seguida, fomos procurar os dois jovens que tinham vindo com a Equipa mas não os vimos no recinto. Tinham-se retirado para o exterior, parece que toda aquela alegria espalhada nos rostos de muitos não os contagiava. Não demonstravam muito interesse pelo futebol, nem pelas animações das claques... Preferiam ouvir o mp3 ou mesmo ir embora...

Lá para meio da tarde, decidimos regressar a Ponta Delgada. Estavam todos cansados na viagem... Tinha sido um dia em grande... Na despedida, poucas conversas ou até nenhuma... Era importante r respeitar o tempo de cada um deles...

Estar no meio de todos aqueles jovens foi uma experiência gratificante. Jovens que esqueceram os seus problemas, e se envolveram com empenho nas actividades. O respeito que demonstravam pelos responsáveis, os abraços e sorrisos que exteriorizavam, revelavam o carinho para com aqueles que seriam, para alguns, a sua única família”.

(Notas de campo, 16 de Maio de 2008, Futebol de Rua em Vila Franca do Campo)

“Naquela manhã acordara com muitas expectativas. Ler, pesquisar, observar e conversar sobre animação de rua era muito diferente de estar no terreno, “in loco” com aquelas crianças que pareciam sedentas de amor e carinho.

Cheguei ao IAC por volta das 9h e aos poucos fui conhecendo o resto da Equipa: a boa disposição reinava, contrariamente ao espírito das segundas-feiras que muitas vezes fica um pouco nublado. Eis a primeira impressão: Uma Equipa jovem mas bastante dinâmica...

O espaço era informal, descontraído mas muito acolhedor. Seria este o quartel-general que a partir de agora seria, também, o meu local de trabalho...

Como todas as segundas feiras era hora de uma reunião geral, com TODOS os elementos. Aqui distribuíam-se por Equipas as tarefas semanais, previamente planeadas. Conversar-se-ia sobre alguma problemática mais emergente e, quem sabe, lançar-se-iam ideias para novas actividades ou projectos. Isto foi o que me explicaram porque não tive oportunidade de estar presente uma vez que parti para o encaminhamento escolar com o Vitor (psicólogo) e a Carlota (Animadora Social).

Quando saímos do edifício do IAC, apercebi-me que a Carlota estava muito desportiva, sapatilhas, calças de ganga e mochila às costas. Ela olhou para mim e perguntou-me “Mostra-me os teus sapatos?” Disse com um tom de riso. Eu levantei as calças que eram bastante compridos e mostrei-lhe os sapatos de tacão alto que calçara nesse dia. Pela expressão de riso percebi que, provavelmente, deveria ter calçado outra coisa. O Pedro caminhava à nossa frente, sempre com o passo bastante aligeirado. “O Vitor não anda, corre...” Explicava a Carlota que já estava habituada a estas andanças... Seguíamos pelas ruas da cidade de Ponta Delgada, com destino à Escola Secundária da Laranjeiras – local onde se encontravam matriculados a maioria dos jovens que estavam a apoiar. “Vamos ver se eles estão nas aulas, ou se estão no jardim com os amigos de sempre” explicaram-me. Enquanto fazíamos aquele percurso, que para eles já era quase um ritual, estávamos atentos para ver se encontrávamos alguns jovens em situações de risco: sentados nos bancos de jardins, encostados às esquinas dos prédios, quando deveriam estar nas aulas. Percebi, então, que a função deles não era apenas estar alerta e intervir com os jovens que apoiavam mas também relativamente a novos jovens que aparentassem comportamentos desviantes.

Chegados à escola o Vitor foi perguntar aos funcionários se a Ana (jovem que estava a ser acompanhada pela Equipa de AR) tinha entrado na escola nessa manhã. O funcionário disse que a turma dela tinha exame mas que não a tinha visto nessa manhã. Enquanto o Vitor entrou para ir falar com o Presidente do Conselho Executivo, eu e a Carlota fomos então ao jardim, que fica mesmo em frente à escola e que serve de entretenimento para muitos jovens que trocam o espaço escolar por aquele espaço. Demos a volta mas não encontramos nenhuns daqueles que procurávamos. Entretanto, sentamo-nos aguardando que o Vitor nos trouxesse boas notícias. Parece que, felizmente, a Ana estava a fazer a prova, contou-nos o Vitor, embora não soubesse que tinha exame naquele dia. Sentados naquele banco de jardim, explicaram-me que a Ana era madeirense mas tinha sido “deportada” para um lar de acolhimento em S. Miguel. Parece que era um dos casos complicados. Enquanto esperávamos eu fui questionando o Vitor e a Carlota acerca das suas andanças, das suas inquietudes, desejos, enfim... tudo muito informal. Entretanto, o João (Jovem que tinha conhecido no futebol de rua) veio cumprimentar-nos. Pareceu-me bem disposto, mais sorridente e conversador do que no último dia que o vira. “Vieste às aulas de manhã? perguntou-lhe o Vitor como que admirado. “Não, vim namorar” riu-se...

Vimos e falamos com o namorado da Ana, um jovem muito alto a quem eles chamavam de “gigante”, mas nada da Ana. Enquanto a Ana não aparecia decidimos ir fazer um giro ao Bairro das Laranjeiras – ponto de encontro de algumas crianças e jovens em risco. Percorremos todo o bairro mas aquela hora não foram visualizados nenhuns desses jovens. Voltamos novamente ao recinto da escola e aí decidimos entrar no edifício escolar para esperar por ela logo que ela saísse da sala. Perguntamos a algumas funcionárias que se encontravam no interior da escola e elas confirmaram que a Ana estava a fazer o exame. “È uma artista de cinema” disse uma das funcionárias. Parece que a Ana sabia fingir muito bem, explicou o Vitor, conseguindo enganar tudo e todos.

Logo que os alunos começaram a sair das salas uma jovem alta, com cabelos ondulados compridos, trazendo dois pares de óculos (uns na cara e outros na cabeça) veio ter connosco. O Vitor cumprimentou-a e apresentou-me dizendo que eu ia estar com eles durante algum tempo. Não me pareceu que ela tivesse ficado intimidada com uma presença nova. Nada disso, pareceu-me uma jovem que, embora apenas tivesse 14 anos, com uma atitude muito segura face aos outros. “Vamos lá para fora, quero fumar um cigarro” disse quase que dando uma ordem. Já no exterior da escola os funcionários revelavam alguma preocupação com ela. Parece que já todos a conheciam bem... Ela aproveitando a nossa presença, pediu-nos para irmos até ao jardim. “Uma atitude inteligente - disse a Carlota - porque se não estivesse acompanhada por nós os funcionários não a deixavam sair da escola”.

Uma vez no jardim mostrou-nos os poemas que andava a escrever. Pensei que não me deixaria ler uma vez que eu ainda era uma estranha mas não. “Podes ler!” disse ela rindo. Eram poemas de amor, de quem estava muito apaixonada. “O gigante vai saltar – disse – eu gosto de outro e esse ligou-me ontem” Pareci muito contente e bem disposta. Depois de estarmos a conversar uns minutos despedimo-nos. A Ana pediu “Venham logo à tarde está bem?” Pareceu-me que para ela a companhia destas pessoas era muito importante. Alguém em quem ela podia confiar. Fomos então embora com a promessa de que voltaríamos de tarde.

Juntos, seguimos novamente o percurso inverso em direcção ao IAC. Tinha sido uma manhã cansativa. Agora sim percebi porque é que a Carlota falou dos meus sapatos...

(Nota de campo, 19 de Maio de 2008 (manhã) – Acompanhamento escolar e giro ao Bairro das Laranjeiras)

Depois de ter passado em casa para trocar de calçado e equipar-me a rigor voltei para o IAC, por volta das 13h30m. Já se encontrava a Equipa toda reunida a conversarem sobre a Feira da Brincadeira – actividade muito importante que a valência organiza todos os anos.

Divididas as equipas, eu fiquei com a Anabela (Assistente Social) e a Cláudia (Voluntário do Projecto Europeu). Teríamos pela frente uma tarde de giro na cidade. Seguimos até ao Jardim do Colégio, à baixa da cidade rumo ao Campo de S. Francisco. Sempre a caminhar com os olhos sempre alerta para encontrar eventuais jovens em risco, dado que percorremos as zonas mais problemáticas da cidade. Fomos até à Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada para recolher informações acerca de uma inscrição de um jovem que estava a ser acompanhado pela valência – Quim. Levamos o formulário e voltamos pela Avenida marginal. Íamos em direcção à casa do Quim para ver se o encontrávamos e o convencíamos a fazer a inscrição. Chegadas a sua casa, ninguém nos atendeu. Parece que todo aquele esforço tinha sido em vão. Voltamos pelo mercado municipal rumo ao Centro Comercial Sol Mar. Quem sabe teria a sorte de cruzar com ele, entretanto? Parece que nessa tarde tudo estava deserto. Ainda com a esperança de encontrar alguém voltamos ao Jardim do Colégio – local privilegiado onde param muitos dos “nossos” jovens. Depois de nos sentarmos e começarmos a fazer a avaliação da tarde, eis que finalmente o Quim se aproxima de nós, nos cumprimenta e se senta connosco. Aí a Anabela explicou-lhe o que estava eu ali a fazer, o que tínhamos andado a fazer e ajudou-o a preencher o formulário de inscrição para o curso de animadores culturais. Nesta primeira abordagem pareceu-me um jovem simpático, disponível para qualquer solicitação. Depois de algum tempo de diálogo, o Quim foi embora e nós ficamos a conversar sobre ele. Disseram-me que ele era um jovem muito esperto, sabia perfeitamente como dar a volta ao adulto. Segundo elas, era um jovem com alguma instrução, muito diferente dos outros.

De volta ao IAC, juntamo-nos de novo com toda a Equipa e aí fomos trocando impressões do meu primeiro dia na Animação de Rua. È caso para dizer: Desgastante mas muito interessante...

(Notas de campo, 19 de Maio de 2008 (tarde) – Giro pela baixa da cidade.

Hoje, dia de reuniões, era um dia muito complicado – concordavam todos. Ainda mais com os preparativos para a Feira das Brincadeiras. Distribuídas as tarefas, enquanto uns iam para a Reunião técnica do IAC, outros iam fazer as compras para a Feira, e poucos sobravam para fazer as actividades rotineiras. Foi então destacada para ir com a Vera fazer o giro matinal. Tentaríamos dar uma vista geral por toda a cidade uma vez que poucos estavam no terreno. Saímos então rumo ao tradicional Jardim do Colégio, seguimos pela baixa da cidade em direcção ao Campo de S. Francisco. Deste local subimos rumo ao Centro Comercial Parque Atlântico, passando pelo Jardim António Borges. Já dentro do Shopping fizemos a “ronda” pelos pisos, sempre com o intuito de sinalizar algum daqueles que procurávamos.

De volta ao IAC, decidimos fazer o trajecto inverso. Quem sabe não cruzaríamos com alguém?

Mas, estava uma manhã tranquila e, conseqüentemente, não foram visualizados nenhuns jovens neste giro.

(Nota de campo, 20 de Maio de 2008 (manhã) – Giro pela cidade de Ponta Delgada)

Quando cheguei ao quartel-general estava lá a Tatiana – uma jovem que tinha sido apoiada pela valência mas que tinha desaparecido e não dava notícias há muito tempo. Depois da conversa que tive com a Anabela percebi que este era, seguramente, um dos casos mais complicados que já tinham apoiado. Uma jovem, ex-prostituta ou quem sabe ainda a exercer esse trabalho. Acabara de fazer 18 anos e, como tal, já não teria que permanecer no Lar de Acolhimento. “Estou grávida – disse ela muito contente – Tenho que me preparar para esta nova fase da minha vida.

Lá foi contando todas as novidades. Não percebi na expressão dos vários elementos da Equipa se a noticia tinha sido boa ou nem por isso... Ela tinha tido, ultimamente, alguns problemas com o tribunal e como tal teria que ter cuidado com as atitudes que tomava – argumentavam eles nos sentido de a orientar. Denotou-se o carinho que ela tinha por eles e vice-versa. Depois da Tatiana se ter despedido lá voltamos nós ao nosso mundo.

Hoje seria uma tarde diferente. Uma vez que havia a reunião de casos semanal, com toda a Equipa, iria aproveitar para fazer análise documental no Centro de Documentação do IAC. Era importante pesquisar, ler e consolidar algumas das coisas que fui ouvindo daqui e dali.

Deixei então a animação que pairava no piso de cima e lá fui eu, de caneta e papel, em direcção ao arquivo. Sozinha lá me foi embrenhando no meio dos dossiers, relatórios, livros e legislação. Tirando notas aqui, notas ali, lendo e relendo alguns artigos lá foi percebendo as estratégias de trabalho.

A busca estava a ser muito produtiva. Só fazendo uma pesquisa pelo passado da valência compreenderia melhor o presente. Desde os relatórios dos últimos anos de actividades até ao Plano Anual de Actividades do presente ano tudo foi passado a pente fino.

Foi importante este tempo de análise documental para poder fundamentar melhor a parte teórica da investigação...

(Notas de campo, 20 de Maio de 2008 (tarde) – Análise Documental no IAC)

Quando cheguei ao IAC, segui com a Anabela na carrinha da instituição para ir buscar os jovens que estavam a ser acompanhados pela valência. Dado que o Vitor tinha ido no passeio inter ilhas com o Quim e o João, a Fátima tinha embora, restava-nos ir buscar os outros 8 jovens.

Depois de ir bater a casa de alguns, procurar outros parece nos bairros parece que não iríamos ter publico-alvo para a actividade da tarde: Palestra/Formação sobre Toxicodependência (2ª parte). Com sorte lá encontramos em sua casa o jovem José que nos indicou onde estaria o seu eterno companheiro Maisés. Lá andava ele a passear na rua o seu cãozinho “È o pastilha”! Disse-nos. Missão cumprida lá fomos nós rumo ao IAC. Enquanto fazíamos a viagem a Anabela lá puxando conversa para saber quais os seus objectivos futuros face à escola, dado que os dois tinham abandonado a escola. “Para o ano, vou para as Capelas” – disse o Moisés – Tiro um curso de Carpintaria e fico com o nono ano”. Mas, o seu amigo André não estava convencido em continuar a escola: “Eu não quero saber da escola. Já reprovei o ano”. Parece que o que ele gostava mesmo era de trabalhar com os animais.

Chegados ao IAC, estava lá a Ana à nossa espera. Também queria participar na palestra. “Não por mim. Mas porque me preocupo com uma certa pessoa e isto ajuda-me muito a compreendê-la” disse-nos.

Como estávamos poucos e também porque o retroprojector não funcionou decidimos concentrar-nos todos no sofá para vermos a apresentação dos diapositivos sobre Toxicodependência. Força das circunstâncias criou-se um ambiente muito mais

acolhedor e informal. Os jovens lá foram partilhando connosco as suas andanças no mundo da droga, sem qualquer preconceito ou inibição. Denotava-se bastante confiança naqueles que seriam, provavelmente, os seus grandes amigos.

Ana permanecia mais calada mas muito atenta, respondendo apenas quando era incitada a fazê-lo. José e Moisés falavam mais... Tinham apenas 14 anos contudo, revelavam uma experiência de vida incrível. Segundo contaram já tinham experimentado quase de tudo: charros, álcool e pequenas drogas. Tudo para eles era permitido... Eram crianças carinhosas, com um olhar meigo e uma simpatia no sorriso. Gostei de os conhecer...

Terminada a sessão lá fomos levá-los a casa. Levavam com eles um presente: Não só os conhecimentos que tinham adquirido naquela tarde mas também um melro negro que apanharam no quintal da instituição e de que prometeram cuidar...

(Nota de campo, 21 de Maio de 2008 (tarde) – Actividade: Palestra/Formação sobre Toxicodependência (2ª parte)

O fim de tarde estava sereno. Enquanto caminhava em direcção ao IAC ia pensando na excelente semana que estava a decorrer... Tinha sido um privilégio estar com aquela Equipa, contactar com todos aqueles jovens e intrusar-me num mundo até então desconhecido.

Quando cheguei ao IAC, por volta das 20 horas, a Marina (Animadora cultural) já lá estava. Entrei e esperamos pela outra equipa que estava a chegar. Iríamos dividir-nos: Susana (Animadora Cultural) e Lurdes (Estagiária de Acção Social) iria fazer uma visita domiciliária a um dos jovens que estavam a ser apoiados, enquanto eu e Marina faríamos o giro nocturno pela cidade.

Começamos pelo local do costume – Jardim Antero de Quental mas que todos designavam por Jardim do Colégio. Segundo a Marina este era, seguramente, um dos locais mais perigosos: Drogas, assaltos, etc... À noite o risco aumentava, ainda mais sendo duas mulheres a fazer o giro. Como ainda não estava escuro decidimos passar no meio do jardim e observar se algum dos nossos “casos complicados” estaria por ali.

Nada. Parece que aquela hora era das mais tranquilas uma vez que era hora de jantar. Seguimos em direcção ao tradicional Campo de S. Francisco, passando pelo Jardim que fica em frente à casa do Governo. Apenas uns sem-abrigo.

O risco estava à espreita. Em cada esquina que cruzávamos, em cada banco de jardim. “A cidade já não é o que era”. - Dizia-me a Marina.

Enquanto caminhávamos a Marina iam-me pondo a par das histórias de vida dos nossos jovens. Soube então que a Ana há uns meses atrás chegou a dormir na rua.

A sua história reporta-nos há 2 anos atrás. Morava na Madeira com sua família biológica. Contudo, dado que esta revelava um comportamento de risco o tribunal madeirense decidiu “reportá-la” para S. Miguel. Colocou-a num lar de acolhimento, onde provavelmente iria ter mais oportunidades de “sobreviver” às tentações. Contudo, a Ana não reagiu bem a esta mudança. Revelava uma certa agressividade perante as “irmãs” (freiras da instituição) e na escola não tinha o melhor rendimento. Entretanto, durante as férias de Verão a Ana voltou à Madeira. Iria estar um mês com a sua família e depois voltaria para o lar em S. Miguel. Todavia, quando era suposto o regresso de Ana ela não quis voltar. Perante esta situação o tribunal teve que intervir e “obrigá-la” a voltar. A reacção da Ana não foi a melhor. Fugiu do lar e andou desaparecida durante algum tempo. Foi aqui que entrou o IAC, mais concretamente a Animação de Rua. Uma vez que a situação se estava arrastar durante muito tempo, polícia solicitou a ajuda da Equipa no sentido de tentarem convencer a Ana a voltar para o lar. A intervenção dos técnicos partiu por construírem uma base de amizade com a Ana de modo a que ela confiasse neles. Mesmo quando descobriram que ela estava a ser protegida por um homem mais velho decidiram não quebrar a confiança que ela lhes depositava. Felizmente, e com muito esforço por parte de toda a Equipa, lá conseguiram tirar a Ana da rua. Ajudaram-na a ter mais auto-estima, mais responsabilidade e a inseri-la na escola.

De facto, quem conhece a Ana, actualmente, nunca imagina o percurso de vida que esta adolescente já percorreu.

Era tão agradável ouvir a Marina a falar das suas experiências de vida e sentir que relatava tudo com a emoção típica de quem está na profissão certa.

Quando passamos o quartel de S. Brás a Marina encontrou uns sem-abrigo, sentados num canto de um stand. Ficou muito feliz porque uma delas era sua “cliente” na última instituição onde trabalhara – “Novo Dia”. Chamou-a e abraçaram-se com afecto. Apresentou-me a sua amiga e ficamos ali a ouvir as histórias da sem-abrigo.

Depois de nos despedirmos voltamos pela Avenida da marginal. A Marina contou-me então como conhecera a Mary. Era uma reportada da América com antecedentes de consumo e tráfico de droga que tinha conseguido sobreviver nesta ilha verde.

Lá fui ouvindo mais histórias enquanto percorríamos as ruas de uma cidade que começava agora a ficar repleta de gente: turista, desportistas e simples cidadãos que iam tomar o seu cafezinho depois do jantar.

Em frente ao Centro Comercial Sol Mar, encontramos mais um sem-abrigo. Marina cumprimentou-a. Era uma prostituta muito conhecida no meio. Pediu-nos dinheiro para comprar um pão mas a Marina explicou-me que a instituição “Novo Dia” distribuía alimentação pelos sem-abrigo. O dinheiro era para o álcool. Fiquei impressionada com a história de vida daquela mulher que deveria ter apenas trinta e poucos anos mas que aparentava uns cinquenta. Tinha um ar muito sofredor e envelhecido.

Subimos em direcção à igreja de S. Pedro para voltarmos, de seguida, a descer até à Marina. Até ao momento ainda não tínhamos visualizado nenhum dos nossos jovens.

Voltamos pelo interior da cidade, passando pelas ruas dos bares. Tudo estava sereno para uma véspera de feriado. O futebol que estava a dar na televisão provavelmente também contribuía para esta tranquilidade nocturna.

O giro estava quase a terminar. Voltamos pelo problemático Jardim do Colégio que estava repleto de jovens. Não nos aproximamos muito porque éramos apenas duas mulheres e ali sim era um local a evitar, ainda mais à noite.

Quando chegamos ao IAC já lá se encontrava a outra equipa que nos contou como estava o Ricardo. “Aquele rapaz está noivo” – disse-nos a Lurdes com ar de riso. Descemos e despedimo-nos com um sorriso e com a sensação de dever cumprido.

(Nota de campo, 21 de Maio de 2008 – Giro nocturno)

A manhã estava linda. O sol reflectia no mar e deixava antever um dia perfeito para fazer a actividade na praia. Será que os jovens viriam como prometeram? Logo saberia...

No IAC reinava a boa disposição (como sempre...) mas hoje era dia de muito trabalho. Continuavam os preparativos para a Feira da Brincadeira, que começava já na próxima segunda feira. Esta era uma actividade anual e muito importante para o IAC. A Márcia (responsável pela valência) andava atarefadíssima dado que ela era também a responsável por esta actividade da Instituição. Tudo tinha que estar perfeito...

Passados alguns minutos chegou a jovem Ana, que cumprira rigorosamente a promessa de estar no IAC logo pela manhã. O Luis (Técnico do IAS responsável pelos Animadores de Rua) trabalhava em parceria com o IAC tinha ido buscar os rapazes da

Fajã de Cima com a carrinha. Ficava bastante longe para eles virem a pé. Meia hora depois chegava a Paula, o Moisés e o José. Parece que não vinha mais ninguém. Foram avisados mas...

Dado que a carrinha estava ocupada para as compras da Feira optou-se por outra actividade lúdico-pedagógica, num local mais perto. Fomos então até ao Relvão, ao lado da universidade. Foi uma caminhada pequena mas muito animada.

Sentamo-nos em círculo de forma a que se criasse um ambiente mais informal. Eles cooperavam com bastante entusiasmo. O primeiro jogo foi o jogo da mensagem, onde se contou uma história a um jovem e esta foi passando por todos. A mensagem que se queria deixar era de que não devemos acreditar sempre em tudo o que nos contam porque “quem conta um conto, acrescenta um ponto”. Posteriormente, fizemos alguns jogos de roda – alguns sugestões nossas, outras dos jovens –, jogos com a bola, etc...

Como era quase meio dia, decidimos voltar para o IAC, embora contra a vontade de alguns deles que queriam que ficássemos de tarde. Não era possível dado que no período da tarde haviam outras responsabilidades... Entretanto, durante o percurso de regresso a Anabela foi tentando incutir-lhes, mais uma vez, a importância de irem à escola, ter um bom comportamento, enfim... serem bons rapazes... e boas raparigas. Lembrou-lhes também que, na próxima semana, haveria a Feira da Brincadeira que se realizaria, durante a próxima semana, em algumas Escolas Básicas Integradas. Com tal, seria importantíssimo que estes participassem.

Quando chegamos, no quartel-general continuava a azáfama do costume. Desta manhã fixei a alegria daqueles jovens durante os jogos ao ar livre, livres de preocupações apenas queria BRINCAR... Sim, até porque têm a maioria tinha apenas 14 anos mas cresceram sem tempo para a brincadeira.

Fomos apenas 7 – Eu, a Anabela, a Vera e os 4 jovens – mas a actividade correu lindamente.

(Nota de campo, 23 de Maio de 2008 (manhã), Actividade lúdico-pedagógicas ao ar livre)

“De facto o dia parecia de verão. Nada bom para fazer o giro na cidade. Tanto calor e tanto para andar.” Nisto eu, a Vera e o Marcelo concordávamos mas o facto é que tínhamos que pôr mãos à obra e ir ter com todos os jovens.

Hoje seria uma visita domiciliária, não só para ver como eles estavam mas também para os avisar dos horários da próxima semana, para irem para a Feira da Brincadeira. Seria uma semana em grande... Cada dia iriam para uma escola diferente: Arrifes, Ginetes, Capelas, Sairiam por volta das 8h / 8h30m e só regressariam por volta das 16h30m. Teriam que levar almoço e roupa confortável para poderem participar comodamente nos jogos e ateliers.

Sáimos então do IAC e passamos em casa da mãe da Paula. Tocamos mas, infelizmente, não estava ninguém. “Deveria estar em casa do namorado” disse o Marcelo dado que actualmente mora com ele. Lá fomos em direcção à Calheta. Lá teríamos que avisar o Rui e a Paula. Nenhum deles estava em casa. Parece que o dia não estava a dar muitos frutos dado que não conseguíamos passar a mensagem da feira e, ao mesmo tempo, ficávamos sem saber por onde andavam.

Sempre com o ânimo e a esperança de encontrar alguém lá seguimos em direcção à Escola das Laranjeira. Entramos e lá encontramos o João, que embora já tivesse reprovado por faltas, estava todos os dias naquela escola. “Rapaz complicado” - dizia-nos uma auxiliar – “Já reprovou por faltas no primeiro período e a mãe continua a trazê-lo todos os dias para cá. Trabalha em Rabo de Peixe e vem cá todas as manhãs deixá-lo. Todos os dias é o primeiro a chegar à escola mas só faz asneiras. Um dia destes bateu numa auxiliar... Não imaginam o que ele é” Lá o avisamos da actividade mas pareceu-nos que ele não estava muito interessado uma vez que não ligou muito aquilo que nós lhe dissemos. Depois de nos despedirmos lá fomos em direcção ao famoso Bairro das Laranjeiras. Quem sabe não encontraríamos lá os “nossos” rapazes...

Aquela hora da tarde, com aquele sol magnífico, o bairro estava repleto de jovens desocupados, uns mais novos outros já homens feitos. Todos transmitiam uma cumplicidade grupal. Olhares desconfiados fixaram-nos. Se não éramos um deles o que estaríamos ali a fazer? Felizmente o Marcelo conhecia muita daquela rapaziada. Cumprimentou-os e foi ter com um jovem que aparentava ser ainda bastante novo. “Este é o Augusto” – apresentaram-me eles. Cumprimentei-o com um aperto de mão à “brother” e lá lhe fui explicando o que fazia ali e quais eram as minhas pretensões. Ele disponibilizou-se prontamente para cooperar no meu estudo, sem qualquer problema. Ficamos ali, um pouco afastados do grande grupo, explicando-lhe as orientações para a próxima semana. Não prometeu que iria dado que “tinha de falar com a sua

“femme” – disse-nos ele. Despedimo-nos deixando o contacto do telemóvel para que ele confirmasse ou não a sua presença.

De seguida, fizemos uma visita domiciliária ao Ricardo. Batemos à porta e quem nos atendeu foi a mãe. A senhora recebeu-nos com simpatia e, logo de seguida, apareceu um senhor que, ao que parece, era o seu companheiro. A mãe lá nos foi pondo a par das novidades do Ricardo. As coisas não estavam a correr nada bem... Tinha recebido três cartas do tribunal para o Ricardo. Se ele não prestasse dois meses de serviço comunitário no “Alternativas” – Centro de recuperação para toxicodependentes – iria três anos para a prisão. A mãe queixava-se de que ele não queria saber de nada, tinha saído de manhã e ainda não tinha aparecido em casa. Ficamos ali a conversar mais uns minutos. Ela deu-nos o contacto do seu telemóvel, que estava com o Ricardo, para que nós pudéssemos avisá-lo da feria. Despedimo-nos e quando cruzávamos o edifício da Junta de Freguesia quase batemos contra o Ricardo. Vinha do tribunal. Era um jovem alto, com uns olhos muito meigos. Estava desanimado. O Marcelo apresentou-mo e explicou-lhe o que eu fazia ali com eles. Ricardo mostrou-se receptivo e não “estranhou” a minha presença. Lá nos foi contando que tinha recebido três cartas do tribunal e tinha ido lá para saber como estavam as coisas. Foi então que soube que tinha duas alternativas: cumprir dois meses de serviço comunitário na “Alternativas” ou cumprir três anos de pena de prisão. Parecia preocupado. Disse-nos ainda que para além deste processo teria que ir responder a mais dois. Um deles com a Junta de Freguesia das Laranjeiras.

O Marcelo lá foi consciencializando-o da importância de ir para o centro de recuperação e cumprir esses dois meses. Até porque ele sabia bem como era na prisão dado que já tinha lá estado uma vez. Estávamos ali os três a ouvi-lo e a tentar que ele ouvisse e cumprisse alguns dos nossos conselhos. “Quando eles estiverem a armar confusão, afasta-te. Sabes que não te podes envolver em mais sarilhos, senão... Sabes Richy isso pode ter piada, quando estamos todos juntos, mas depois as consequências são terríveis. Tenta fugir dessas confusões...” – aconselhava o Marcelo, mais uma vez.

Depois de ficarmos com ele mais algum tempo, decidimos ir embora. Despedimo-nos com a promessa de que ele ia tentar cumprir os dois meses na “Alternativas” e que na próxima semana iria participar na Feira das Brincadeiras. “Vou todos os dias – dizia – só não vou na segunda porque tenho de ir ao centro de recuperação.”

Lá o deixamos e fomos seguindo o nosso percurso. Entretanto, o Marcelo ia-me pondo a par da história de vida dele. Era um dos jovens mais problemáticos que o IAC apoiava. Tinha uma história de vida mais complicada. “Vai ser difícil cumprir esses dois meses – dizia-me o Marcelo – sabes, não está habituado a ter regras e lá as tarefas têm de ser executadas.

Passamos ainda na casa da mãe da Vera, mais uma vez, para ver se a encontrávamos. Ela estava lá a ouvir música a “altos berros”. Desceu e confirmou a sua presença na Feira das Brincadeiras.

Como já passavam da hora, lá fomos para o instituto. Tinha sido uma tarde fatigante mas que prometia muitos frutos. Quase todos iriam participar na grande feira...

(Notas de campo, 23 de Maio de 2008 (tarde) – Giro e visita domiciliária)

Estava uma noite quente. Hoje iria fazer o giro nocturno com a Marina (animadora de rua) e a Lurdes (estagiária de sociologia). Seguimos as três em direcção ao bairro das Laranjeiras. Desta vez, fomos no carro da Lurdes porque queríamos ter tempo para fazer o giro a toda a cidade uma vez que era véspera de fim de semana.

No bairro encontramos o Ricardo e o João. Aproximaram-se do carro e ficamos ali um pouco a conversar. Enquanto o Richy confirmou a participação na Feira da Brincadeira, o João fugiu um pouco à resposta e pôs-se a brincar. “Ele é muito infantil” – disse-me depois a Marina. “Faz sempre isto para fugir às responsabilidades”.

Despedimo-nos dos rapazes e lá fomos para o centro da cidade. Estacionamos e fomos fazer o giro a pé.

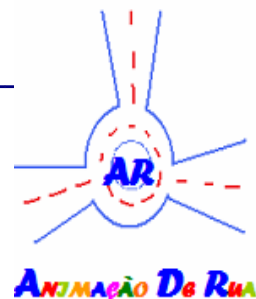
Percorremos as ruas dos bares para ver se encontrávamos alguém. Havia muita gente na rua mas ninguém do nosso público-alvo. De seguida, seguimos em direcção ao tradicional Campo de S. Francisco, passando pela Avenida da Marginal. Encontramos os sem-abrigo do costume. Falamos com a Mary, a prostituta que a Marina conhecia, e mais algumas. Quando estávamos a sair do Campo, juntou-se a nós o Marcelo que tinha estado a jantar. Fizemos então os três o resto do giro. Desta vez, não passamos no tão habitual Jardim do Colégio porque o Marcelo disse que já tinha passado lá uma três vezes antes de ir jantar. “Não convém que eles nos vejam sempre lá. Começam a fixar as nossas caras”. – explicou-me.

Voltamos pelo interior da cidade, passando pelas ruas das lojas. Tudo estava sereno para uma sexta-feira à noite.

Percorremos mais umas ruas até o giro terminar mas não visualizamos nenhum dos nossos jovens. Como estávamos todos cansados do longo dia de trabalho, despedimos e cada um seguiu o seu caminho.

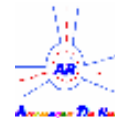
Tinha sido interessante fazer o giro com o Marcelo dado que é dos mais antigos do Instituto e lá me foi partilhando algumas experiências interessantes.

(Notas de campo, 23 de Maio de 2008 (noite) – Giro nocturno)



ANEXO D





ÍNDICE

PREÂMBULO _____	1
FINALIDADE _____	3
PÚBLICO-ALVO _____	4
PROBLEMÁTICAS _____	5
OBJECTIVOS _____	12
METODOLOGIAS _____	16
ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO _____	24
RECURSOS HUMANOS _____	25
PARCERIAS _____	26





RECURSOS FINANCEIROS E LOGISTICOS _____ 28

INTERVENÇÃO _____ 30

PLANIFICAÇÃO _____ 32

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ 34

ANEXO - CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES



PREÂMBULO

A Valência de Animação de Rua é uma valência do Instituto de Apoio à Criança - Açores que visa intervir em situações de marginalidade e exclusão social de crianças e jovens em risco.

A equipa de Animação de Rua, como equipa multidisciplinar, e já tendo desenvolvido um diagnóstico das zonas mais problemáticas de Ponta Delgada, conhece muitas áreas nesta cidade, com carências e problemáticas inerentes a cada um dos locais em questão. Assim, é grande preocupação nossa intervir nestes locais onde existem crianças/ jovens que precisam de uma apoio e orientação especializado.

Segundo dados recentes da PSP, a delinquência juvenil tem vindo a aumentar nos últimos anos. No topo dos delitos praticados por menores de 16 anos estão os crimes contra o património (furtos) e roubos. Depois surgem os crimes contra as pessoas, onde estão inseridos crimes que vão desde a agressão, abuso sexual e violação.

Para alguns teóricos, as causas da delinquência juvenil e do aumento de casos estão directamente relacionadas com as condições do meio. A pobreza, a deterioração das condições económicas e a falta de emprego, surgem, no relatório da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, como factores determinantes na prévia condenação destes jovens à violência, este relatório sublinha que existem instituições não "vocacionadas, nem dispostas a receber crianças e jovens com comportamentos difíceis".

Mais do que as condições socioeconómicas, a falta de interacção entre pais e filhos, assim como a existência de parentes com problemas psicopatológicos são factores determinantes para a inserção dos jovens no mundo.

Outro factor de risco para a inserção destes jovens na criminalidade constatado na pesquisa, por nós realizada, é o afastamento escolar "(...) As escolas não estão



preparadas para atender alunos com comportamentos "desviantes" e não tem recursos para estimular estes alunos (...)" .

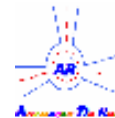
Por outro lado, a rua é um importante espaço de referência, na medida em que facilita o intercâmbio entre crianças/jovens e educadores/interventores sociais.

A nossa intervenção surge da necessidade de intervir junto dos jovens que se encontram na rua, quer por estarem em fuga da residência ou lar de acolhimento, quer por não se enquadrarem nos espaços fechados já existentes na comunidade.

A nossa intervenção deverá multiplicar as oportunidades de escolha, para que os interessados tenham uma variedade de opções para mais facilmente escolherem o que mais lhes interessa, de modo a construírem um projecto de vida sustentável e estruturado, integrando-se na sociedade quer ao nível escolar, profissional, emocional e social.

A nossa actuação deve, necessariamente, fundar-se na liberdade e na escolha dos interessados, pois eles são os únicos a poderem conduzir o seu desenvolvimento. Quando não se conseguir alcançar este requisito, deverão apresentar-se actividades e escolhas que vão de encontro aos interesses e gostos dos jovens em questão.





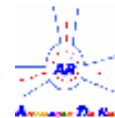
FINALIDADE

Com o crescente desenvolvimento das sociedades actuais, também surgem novas problemáticas, como a exclusão social, o absentismo/abandono escolar e fugas do lar (quer da família, quer das instituições de acolhimento). Verificamos um grande número de jovens que estão fora do sistema educacional e profissional que resulta, muitas vezes, em situações de marginalidade, discriminação, entre outras, que comprometem seriamente o futuro destes jovens.

Deste modo, a valência Animação de Rua tem como finalidade desenvolver e estimular as capacidades pessoais e sociais destes jovens, sempre numa tentativa de desvio de situações de risco.

A nossa grande preocupação é direccionar os jovens em risco, que se encontram na rua, para a adopção de estilos de vida saudáveis ajudando-os, ao mesmo tempo, a delinear o seu projecto de vida, contribuindo assim para a diminuição do número de crianças e jovens em perigo/risco, promovendo a sua reinserção sócio - familiar.





PÚBLICO-ALVO

Jovens

- ✓ De ambos dos sexos;
- ✓ Com idades compreendidas, prioritariamente, entre os 15 e os 18 anos;
- ✓ Em situação de elevado risco social, nomeadamente;
 - Abandono familiar
 - Abandono escolar
 - Não habilitados profissionalmente
 - Condutas aditivas
 - Actos de pré-delinquência
 - Práticas criminais
 - Entre outros.

Família

- ✓ Envolvente familiar

Comunidade

- ✓ Envolvente comunitária





PROBLEMÁTICAS

Pretendemos trabalhar os jovens que apresentam inúmeras características específicas e especiais, sempre relacionadas com diversas problemáticas sociais. Iremos trabalhar essencialmente com adolescentes/ jovens, pois esta fase constitui de facto um marco muito importante para maturação física e cognitiva dos indivíduos.

As problemáticas sociais que afectam este grupo-alvo são de diferentes esferas, com determinadas definições e indicadores. O quadro abaixo mencionado, ajuda a sistematizar cada uma das problemáticas até ao momento diagnosticadas e seus possíveis indicadores.

Problemática	Definição	Indicadores
Fugas reiteradas	Crianças/ jovens que frequentemente fogem de lar seja familiar ou institucional.	<ul style="list-style-type: none"> • N° de fugas da família • N° de fugas de lares de acolhimento
Frequência de locais problemáticos	Crianças/ jovens que frequentam locais escuros e isolados, que são frequentados por adultos ou jovem com padrões de comportamento anti-social ou desviantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Locais de tráfico de drogas; • Locais de prostituição; • Locais de consumo de álcool, tabaco e substâncias ilícitas; • Freqüentadores com comportamentos desviantes.
Negligência Parental exercida pelos pais e filhos	Situação em que as necessidades físicas básicas da criança e a sua segurança não são atendidas por quem	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência de locais em horas impróprias (criança entregue a si própria); • A brincar na rua até horas





	cuida dela (pais ou outros responsáveis), embora não de uma forma manifestamente intencional de causar danos à criança.	<p>tardias;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de cuidados de higiene, nutricionais e de saúde; • Repetidos acidentes domésticos por negligência; • Fome e falta de protecção do frio.
Maus-tratos	São todas as situações e práticas parentais ou de adultos omitidas, que podem por em perigo e afectar a criança sob o ponto de vista físico e psicológico.	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono; • Sinais físicos tais como: nódoas negras, arranhões, falta de cabelo, feridas, queimaduras, mordeduras, cortes, etc.
Mendicidade	A criança/ jovem é utilizada habitualmente ou esporadicamente para mendigar ou é a criança que exerce a mendicidade por sua iniciativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças/ jovens a pedirem esmola nas ruas, portas de igrejas, sós ou acompanhados;
Pedofilia	É caracterizada pela atracção por crianças ou adolescentes sexualmente imaturos, com os quais os portadores procuram excitação sexual associada à	<ul style="list-style-type: none"> • Quando constatamos que certos indivíduos estão em determinados locais e a horas pontuais, dentro de veículos, e que olham de uma maneira particular para as





	proibição social, ou seja, é uma desordem mental designada por parafilia.	<p>crianças/ jovens e oferecem boleia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adultos que provocam e perseguem de uma maneira particular os menores; • Isolamento/ medo da relação com os pares;
Gravidez Precoce	É quase sempre uma gravidez não planeada e, por isso, muitas vezes indesejada. Verifica-se em adolescentes/ jovens que ainda não atingiram a maturação física e psicológica, com idades compreendidas entre os 12 - 19 anos, segundo a OMS. Também se aplica a grupos de jovens vulneráveis ou em risco (Entre os 15- 24 anos).	<ul style="list-style-type: none"> • Uso e abuso de álcool e de outras substâncias psicoactivas; • Relações sexuais desprotegidas de meios anticoncepcionais; • Afastamento do meio escolar; • DST`S; • Insucesso escolar;
Prostituição	Troca consciente de favores sexuais por interesses não sentimentais ou afectivos. A troca de sexo e dinheiro não é uma regra.	<ul style="list-style-type: none"> • Vestuário que chama a atenção; • Frequência de locais escuros e isolados; • Entrada e saídas constantes de diferentes veículos;





<p>Consumo de estupefacientes</p>	<p>Consumo abusivo de substâncias químicas e psicoactivas que introduzida no organismo vivo, modificam uma ou mais das suas funções. Esta definição engloba as substâncias lícitas e ilícitas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ansiedade/ agitação; • Dilatação/ compressão das pupilas; • Tremores/ transpiração excessiva e convulsões; • Delírios e alucinações; • Irritabilidade/ nervosismo; • Olhos vermelhos; • Apatia e isolamento social; • Suspeita de tudo e de todos (mania da perseguição). • Comichão por todo o corpo; • Euforia; • Estado da magreza/ anorexia; • Consumo de álcool e tabaco (Em menores de 16 anos de idade);
<p>Tráfico de drogas</p>	<p>É toda a actividade desenvolvida à volta do comércio ilegal de substâncias ilícitas, com fins lucrativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desocupação e frequência de locais de tráfico; • Troca de substâncias e dinheiro;





<p>Consumo de álcool e tabaco</p>	<p>Jovens que frequentemente ingerem bebidas alcoólicas em excesso e são fumadores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de jovens fumadores • Número de jovens com comportamentos associados ao abuso do consumo de álcool
<p>Absentismo escolar</p>	<p>Crianças/ jovens que estão matriculados no ensino escolar/ profissional, mas que têm pouca ou nenhuma assiduidade e frequência do mesmo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estão na rua em períodos/ horários escolares; • Desocupação; • Insucesso escolar.
<p>Abandono escolar</p>	<p>O abandono do ensino básico obrigatório por crianças/ jovens em idade escolar, i.e., entre os 6 e os 16 anos de idade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desocupação; • Baixa qualificação profissional; • Desemprego; • Frequência de locais em períodos e horários escolares. • Insucesso escolar; • Inexistência de matrícula no ensino básico obrigatório.
<p>Exploração Infantil/ Trabalho Infantil</p>	<p>Para obter benefícios económicos, a criança/ jovem é obrigada à realização de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A criança participa em actividades laborais de forma contínua ou por





	trabalhos sejam, ou não, domésticos), que excedem os limites do habitual que deveriam ser realizados por adultos, e que interferem claramente na vida escolar da criança/ jovem.	<p>períodos de tempo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A criança não participa em actividades sociais e académicas próprias da sua idade; • A criança transporta grandes quantidades de compras das lojas ou mercearias, que excedem as suas capacidades físicas; • Insucesso escolar.
Vandalismo	É o acto de danificar uma coisa que seja propriedade de outra pessoa.	<ul style="list-style-type: none"> • A destruição caixotes de lixo; • Pintar paredes e muros; • Destruição de sinais de trânsito; • Destruição de árvores e plantas em jardins; • Destruição de bancos, etc.
Furtos	É a subtracção de uma coisa alheia para si ou para outrem, sem emprego de violência.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada e saída de lojas, sem comprar nada; • A rondar viaturas em parques de estacionamento isolados;





		<ul style="list-style-type: none"> • Entrada ou saídas por janelas;
Roubos	É a subtracção de uma coisa alheia para si ou para outrem, mas com emprego de violência e/ou ameaça.	<ul style="list-style-type: none"> • Arrancar violentamente malas de senhoras e pastas; • Assaltos a caixas Multibanco usando a ameaça ou violência;
Comportamentos Agressivos	Quando a criança manifesta comportamentos agressivos para com os pares, familiares, e outros.	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens com baixa tolerância à frustração; • Explosões de raiva frequentes; • Agressão aos pares, familiares e outros.



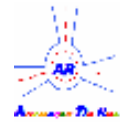


OBJECTIVOS

Os objectivos gerais subjacentes à actuação da valência são:

- ✓ Prevenir e reduzir comportamentos desviantes junto dos jovens, entre eles:
 - vadiagem,
 - vandalismo,
 - mendicidade,
 - prática de furtos/roubos,
 - fugas repetidas das casas dos pais ou de Instituições de acolhimento,
 - desintegração escolar (absentismo e abandono escolar),
 - prostituição infantil/juvenil,
 - gravidezes precoces,
 - consumo de estupefacientes,
 - Tráfico de estupefacientes,
 - entre outros;
- ✓ Prevenir comportamentos pré - delinquentes junto dos jovens na rua;
- ✓ Prevenir a marginalidade juvenil;
- ✓ Desenvolver e reajustar as competências pessoais e sociais dos jovens;
- ✓ Combater o consumo e tráfico de estupefacientes;
- ✓ Sensibilizar os jovens para práticas de vida saudáveis;





- ✓ Criar condições para a definição do projecto de vida dos jovens em situação de risco;
- ✓ Estimular o sentido de pertença no grupo e na sociedade;
- ✓ Promover a integração social do jovem;
- ✓ Encaminhar/reencaminhar jovens no sentido de um percurso de vida - projectos de vida - saudável;
- ✓ Integrar os jovens numa vida activa saudável e integrada na sociedade;
- ✓ Promover a inserção familiar/institucional/social/profissional;
- ✓ Sensibilizar/formar jovens como agentes de mudança para o papel de mediação social;
- ✓ Diagnosticar as zonas mais problemáticas da cidade, assim como o seu público;
- ✓ Será igualmente, realizada a tentativa de salvaguardar os itens relativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, tais como:
 - os direitos à sobrevivência (ex. o direito a cuidados adequados)
 - os direitos relativos ao desenvolvimento (ex. o direito à educação)
 - os direitos relativos à protecção (ex. o direito de ser protegido contra a exploração)
 - os direitos de participação (ex. o direito de exprimir a sua própria opinião)





Objectivos específicos referentes à intervenção com o grupo alvo:

- Dinamizar actividades lúdicas - pedagógicas;
- Proporcionar actividades no âmbito da animação sociocultural;
- Fazer dinâmicas psicossociais;
- Facilitar o desenvolvimento da comunicação e da socialização;
- Sensibilizar os jovens para uma nova atitude face ao meio ambiente;
- Promover actividades ao ar livre;
- Desenvolver actividades radicais;
- Desenvolver actividades desportivas;
- Desenvolver actividades recreativas;
- Promover *workshops*, acções de formação e acções de sensibilização com temáticas relevantes para os jovens;
- Incentivar hábitos de vida saudáveis;
- Trabalhar as regras sociais e deferimento pelas figuras de autoridade;
- Aumentar a auto - confiança, espírito de iniciativa e motivação dos jovens;
- Promover o auto - conhecimento;
- Desenvolver a comunicação verbal e não verbal do jovem;

Objectivos específicos do trabalho de Equipa:

- Participar em Acções de formação com temáticas relevantes para a intervenção de rua;
- Realizar auto - formação;





- Participar em seminários;
- Conhecer outros projectos que utilizem a rua assim, como seu local de trabalho diário;
- Realizar reuniões de equipas semanais;
- Planificar, preparar, organizar, implementar e avaliar eventos de rua;
- Realizar giros diurnos/nocturnos nas zonas mais problemáticas da cidade;
- Fazer abordagem nas zonas mais problemáticas da cidade;
- Angariar verbas para a realização de actividades;
- Avaliar o trabalho de equipa;
- Avaliar o desempenho individual dos elementos de equipa;
- Elaborar relatórios bimensais;
- Participar em reuniões de parceria;
- Estabelecer de contactos com as Instituições que intervenham com jovens;
- Trabalhar em parceria com a PSP;
- Encaminhar casos para as Instituições parceiras;



METODOLOGIAS

A valência de Animação de Rua, inserida na filosofia de intervenção do IAC-Açores, assenta nas seguintes metodologias:

- ✚ Intervenção no terreno / Trabalho de Rua
- ✚ Quadro de referência positiva
- ✚ Intervenção gradual
- ✚ Intervenção selectiva
- ✚ Promoção da actividade lúdico-pedagógica
- ✚ *Empowerment*
- ✚ Articulação em rede
- ✚ Abordagem à intervenção comunitária

A equipa propõe-se utilizar uma metodologia lúdica, através de uma relação personalizada em que se aliam afectividade e técnica, utilizando equipas multidisciplinares e reforçando o trabalho em parceria.

A animação é uma das melhores armas para combater algumas problemáticas inerentes a cada jovem, pois temos a longa tarefa de resgatar o lado mais saudável de cada um, para que possam livremente fazer as suas escolhas e caminhar para a estrada do crescimento e da evolução.

Trabalho de rua

Assim, toda a intervenção desta equipa é em primeira linha levada a cabo nas zonas de fuga do grupo-alvo, apostando na abordagem num território com o qual o indivíduo está familiarizado, procurando destacar as referências positivas desses espaços e



introduzindo novas referências. Somente desta forma é possível chegar ao grupo alvo mais marginalizado, que não recorre a entidades de apoio ou encaminhamento, e que não está sinalizado pelos outros serviços de intervenção social.

Quadro de referência positiva

No trabalho de terreno, o animador de rua (por vezes também pode ser um técnico da equipa) é que estabelece o primeiro contacto com a criança/jovem e vai orientar o processo de evolução, assumindo o papel de "amigo mais velho", potenciando os aspectos positivos e reorientando os negativos. Este enquadramento permite ao jovem organizar-se segundo um padrão equilibrado ao nível dos valores, da auto-imagem, da percepção das emoções e do relacionamento social, que, em último grau, lhe permitirá optar e construir o seu processo de mudança.

Intervenção gradual

A intervenção no terreno é feita de forma gradual, ou seja por fases. No início, é feito um trabalho de aproximação e relacionamento evolutivo com os jovens (procurando evitar recusas iniciais ou retrocessos individuais). De seguida, dá-se uma maior adequação das acções aos percursos individuais e desenvolvimento de cada jovem, e de forma transversal e gradual é feita uma programação e avaliação mais criteriosa por parte da equipa no que diz respeito aos resultados obtidos assim como à identificação das evoluções ou não.

Intervenção selectiva

A intervenção será selectiva, uma vez que as actividades e estratégias serão dirigidas a grupos específicos (por exemplo jovens em fuga) e, mais expostos do que outros, ao risco de desenvolver problemas relacionados com drogas ou outras problemáticas. Trata-se de um tipo de prevenção dirigida ao grupo como um todo, assim como individualmente, independentemente do grau de risco de cada um dos seus elementos. O objectivo da prevenção selectiva é prevenir comportamentos de risco, através do reforço dos factores de protecção, tais como a auto - estima, assertividade e a





capacidade para resolver problemas, bem como através do auxílio aos jovens para lidarem eficazmente com os factores de risco.

Níveis de Intervenção:

1. Recuperar

- Intervenção de 1ª linha junto dos jovens na rua
- Trabalho de SOS face a situações sinalizadas de jovens em risco/fuga
- Educação em regime aberto para a concretização de projectos de vida saudáveis, sempre que possível com o apoio de jovens considerados como agentes de mudança.

2. Revalorizar (nível de transição)

- Promoção e dinamização de acções inter-institucionais
- Ligação entre os jovens e as suas instituições de acolhimento ou outras entidades relevantes

3. Tendo por base a transmissão de valores e quadros de referência positivos e aliando sempre a técnica à afectividade, desenvolveremos:

- Actividades desportivas/radicais/recreativas
- Actividade aos fins-de-semana
- Espaços de férias
- Visitas sócio - educativas
- Sessões temáticas
- Formação em diversas áreas
- Acções de sensibilização





- Entre outras

Promoção da actividade lúdico-pedagógica

Todo o trabalho terreno realizado pela equipa da Animação de Rua tem como base o princípio da actividade lúdico-pedagógica. A equipa considera-o como um forte mecanismo de apoio à integração social, pela influência positiva que exerce sobre o desenvolvimento físico, psíquico, social e emocional das crianças e jovens.

Empowerment

O *empowerment* tem por base tentar estimular um progressivo fortalecimento individual e colectivo, implicando o grupo-alvo, assim como promove a participação activa no processo de mudança. Desta forma, procura-se potenciar capacidades, por vezes não devidamente valorizadas ou desenvolvidas nas estruturas onde o grupo-alvo se insere, orientando toda a evolução no sentido de uma maior capacidade de tomada de decisões e escolhas sobre o rumo dos seus projectos de vida individuais e em comunidade.

Articulação em rede

O estabelecimento de parcerias de intervenção é essencial ao desenvolvimento do nosso trabalho, de forma a rentabilizar recursos e competências, quer a nível do acompanhamento personalizado do grupo-alvo, ao nível do encaminhamento de situações problemáticas cuja solução imediata ultrapasse o âmbito de actuação do IAC, quer ao nível do desenvolvimento de projectos de intervenção na comunidade. Entendemos que a articulação tem de ser regular e real, uma vez que só uma comunicação consistente e com objectivos definidos podem originar bons resultados para o grupo-alvo.

Abordagem à intervenção comunitária

Outra metodologia desta valência passa pela dinamização de iniciativas de índole comunitária nos bairros de residência, procurando gerar uma dinâmica grupal nas comunidades de residência, melhorando as relações de sociabilidade, apoiando





processos de investimento afectivo e simbólico nos espaços, favoráveis à saída de processos de exclusão social e segregação sócio-espacial.

Para por em prática as metodologias acima descritas, a equipa utiliza as seguintes estratégias:

Reuniões semanais

As reuniões semanais têm como principal objectivo proceder-se a uma avaliação da semana anterior de trabalho e programar a semana seguinte. Estas reuniões semanais são momentos privilegiados de partilha, nas quais são expostas todas as situações e os casos mais complicados com os quais a equipa se depara no decorrer do trabalho de terreno. Estes momentos são determinantes para o desenvolvimento de um bom trabalho junto do grupo alvo, assim como de equipa, tendo em conta que é nessa altura que a equipa delinea estratégias conjuntas de actuação.

Pesquisas/planificações

A equipa tem, semanalmente, um tempo reservado para pesquisas e planificações. Pretende-se que, desta forma o trabalho realizado no terreno tenha sustentação teórica e prática, adequando os conteúdos às diversas problemáticas da nossa intervenção.

Giros diurnos/nocturnos

Os giros são momentos privilegiados para se perceber a dinâmica de uma determinada zona/grupo. A equipa recorre ao uso deste procedimento metodológico no sentido de compreender os comportamentos do público-alvo, realizar abordagens/contactos e estabelecer relações em espaços frequentados dentro e fora das áreas de residência, pelo grupo alvo. Estes giros podem decorrer durante o dia - diurnos, assim como durante a noite - nocturnos.



Abordagem

A abordagem será feita, através de giros, nas zonas de fuga destes mesmos jovens, com a realização de actividades (por exemplo: a distribuição de panfletos informativos) para posteriormente, proceder-se ao preenchimento de fichas de identificação do público.

Actividades de abordagem (intervencões destinadas a evitar que determinados fenómenos ocorram) ou seja:

- Inquéritos junto aos jovens para auscultar os seus interesses e constrangimentos;
- Realização de intervenções coerentes e sustentáveis em tempo útil;
- Realização de um projecto que, de forma sistemática, integre e abranja, os níveis individual, familiar e social;
- Desenvolvimento e aquisição de competências pessoais e sociais junto da população a atingir;
- Consolidação de parcerias existentes e o estabelecimento de novas redes que permitam actuar no âmbito da prevenção primária de forma articulada e consistente;
- Estabelecimento de contratos com os jovens de forma a haver um intercâmbio de interesses.

Diagnósticos

Através dos giros, tanto dos diurnos como dos nocturnos, como através de inquéritos, questionários e pesquisas, a equipa realiza diagnósticos das zonas a intervir, do grupo alvo a intervencionar, assim como realiza reajustes metodológicos sempre que necessário no trabalho de terreno.

Actividades Lúdico pedagógicas

A actividade lúdica pedagógica é uma das estratégias utilizada pela equipa, no sentido de fazer passar competências pessoais e sociais, assim como aprendizagens ao nosso público-alvo. Desta forma o lúdico surge como meio catalisador criando um ambiente informal propício a aprendizagens, tendo em conta que a maior parte das nossas crianças e jovens apresentam bastantes dificuldades de aprendizagens assim como défices psicossociais.

Visitas Domiciliarias

As visitas domiciliárias são uma forma de intervenção bastante utilizada pela equipa de Animação de Rua, pois através desta metodologia consegue-se obter informações acerca do grupo-alvo e das suas famílias, assim como permite a aproximação da equipa às famílias, com vista a implicá-las no processo de desenvolvimento e crescimento dos seus filhos.

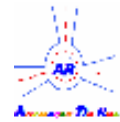
Acções de sensibilização

Promover acções de sensibilização que vão de encontro às necessidades e interesse do público-alvo, no que diz respeito a adquirir/ reajustar competências pessoais e sociais para uma (re) integração na sociedade.

Avaliação

Ao desenvolver acções com estes jovens, iremos avaliar diariamente as actividades desenvolvidas, dando a oportunidade de cada jovem registar a sua opinião pessoal em relação às actividades desenvolvidas. Assim teremos várias formas de registo, nomeadamente, uma avaliação individual dos jovens, uma avaliação dos monitores em relação aos jovens e uma avaliação para o desempenho dos monitores.

Todas estas formas de registo serão registadas sob a forma de um relatório diário, em que serão anexadas a estas todas as avaliações enumeradas anteriormente.



Mensalmente, realizaremos um relatório em que constam todas as acções que foram desenvolvidas com os jovens, naquele espaço de tempo.





ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO

Os jovens a abranger pela valência Animação de Rua serão prioritariamente da Ilha S. Miguel.

A intervenção da equipa sucederá essencialmente no Concelho Ponta Delgada, e sempre que se justifique se estenderá aos outros concelhos da ilha.

O espaço de intervenção da equipa será principalmente na rua, ao ar livre, em espaços tais como jardins, ribeiras, lagoas, entre outros, que favoreça o contacto com a natureza e interação com a mesma, assim como a própria comunidade onde estão inseridos.





RECURSOS HUMANOS

✚ Valência Animação de Rua:

Elementos	Função	Categoria Profissional	Observações
Helena Benjamim	Responsável da valência	Psicóloga	-----
Maria da Graça Rego	Técnica	Assistente social	-----
Sara Medeiros	Animadora	Animadora de rua	Estatuto de Estudante Trabalhador Ano Lectivo 2007/2008
Gisela Melo	Animadora	Animadora de rua	-----
Pedro Pacheco	Animador	Animador de rua	-----
Honório Aguiar	Animador	Animador de rua	-----
Carla Rego	Técnica	Estagiária de Sociologia	Programa Estagiar L Janeiro a Junho de 2008
-----	Estagiário	Estagiário académico	Curso de Serviço Social - Universidade dos Açores Data e duração por definir Ano 2008
-----	Voluntário	Voluntário	Serviço Voluntário Europeu Data e duração por definir Ano 2008



PARCERIAS

Parcerias:

- ✓ Instituto de Acção Social - IAS
 - Equipa Multidisciplinar Especializada Jovens em Risco
 - Sub-equipa Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado de Intervenção de Rua
 - Equipa Multidisciplinar Especializada CAT's e Lares
 - Equipa Multidisciplinar Especializada EMAT
- ✓ Associação de Protecção e Promoção de Jovens em Risco - APPJ
- ✓ Instituto de Reinserção Social - IRS
- ✓ Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS's
- ✓ Tribunais
- ✓ Comissões de Protecção de crianças e jovens em risco - CPCJ
- ✓ Etc.

A valência de Animação de Rua desde Outubro de 2007 associou-se ao Instituto de Acção Social nomeadamente à Equipa Multidisciplinar Especializada Jovens em Risco, especificamente à Sub-equipa Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado de Intervenção de Rua e à Associação de Protecção e Promoção de Jovens em Risco, constituindo uma parceria para intervir face às novas problemáticas sociais, entre elas, o numero de jovens que não conseguem estar e ser trabalhados em espaços fechados e/ou jovens com fugas repetidas do lar ou de instituições de acolhimento.

Equipa de Intervenção de Rua

Instituição	Elemento	Categoria
Instituto de Apoio à Criança - Açores Equipa Animação de Rua	Helena Benjamim	Psicóloga
	Graça Rego	Assistente Social
	Pedro Pacheco	Animador de Rua
	Honório Aguiar	Animador de Rua
	Sara Medeiros	Animador de Rua
	Gisela Melo	Animador de Rua
Instituto de Acção Social Equipa Multidisciplinar Especializada Jovens em Risco Sub-equipa Equipa Multidisciplinar Especializada de Apoio Integrado de Intervenção de Rua	Vitória Velejo	Assistente Social
	Rui Santo	Assistente Social
Associação de Protecção e Promoção de Jovens em Risco - APPJ	Pedro Gomes	Psicólogo



RECURSOS FINANCEIROS E LOGISITCOS

Material a obter ao longo do ano de 2008:

TIPO DE MATERIAL	DESIGANÇÃO DO MATERIAL
Material audiovisual	Leitor de CD
	Máquinas fotográficas digitais (com estojo)
	Máquina de filmar (com estojo)
	Etc.
Material Informático	Computador portátil (com mala)
	<i>Internet</i> portátil
	Impressora portátil
	Etc.
Meio de transporte	Viatura ligeira
Material de desporto	A definir consoante a actividade.
Material de expressão plástica	A definir consoante a actividade.
Material de Campismo	A definir consoante a actividade.
Jogos	A definir consoante a actividade.
Instrumentos musicais	A definir consoante a actividade.
Material didáctico	A definir consoante a actividade.
Material de primeiros socorros	A definir consoante a actividade.
Livros técnicos	A definir consoante a actividade.
Material diverso	A definir consoante a actividade.





Estratégias para obter os materiais fundamentais às actividades:

- ✓ Pedido à Acção Social
- ✓ Pedido de patrocínios
- ✓ Actividades de angariação de fundos:
 - Verbenas de S. João
 - Feira das Traquitanas
 - Rifas
 - Etc.

Tendo em conta as questões laborais inerentes à nova metodologia de intervenção dos elementos da valência de Animação de Rua, terá que se rever a forma de pagamento de horas cumpridas fora do que está estipulado nos contratos de trabalho. As soluções possíveis para ultrapassar esta situação são; o pagamento de horas extras, ou o subsídio de turno ou ainda a isenção de horário.

Por outro lado, e tendo em conta o risco da nossa intervenção no terreno com este grupo-alvo, solicitamos que sejamos abrangidos por um subsídio de risco.



INTERVENÇÃO

Através das actividades socioeducativas e socioculturais, propomos insuflar um maior dinamismo neste grupo de jovens, numa tentativa de conciliar os gostos e aptidões naturais dos mesmos para a acção, ao tentarmos ajudar a construir o projecto de vida de cada elemento.

Como é do nosso saber/experiência, nada melhor que proporcionar actividades do interesse dos jovens, que efectivamente resulta numa adesão nas actividades propostas e como nos resultados esperados. Os jovens aderem com maior facilidade, a actividades que os motivem, deste modo, será fundamental, numa fase inicial, proceder a uma recolha das actividades preferidas pelos mesmos, para deste modo, podermos corresponder com maior precisão, aos seus desejos e expectativas.

Através de actividades, visitas, formações, etc., pretendemos desenvolver um programa de competências pessoais e sociais para atenuar e/ou suprimir todos os comportamentos desviantes que os jovens possuem.

As actividades ao ar livre e desportivas são de facto uma forma privilegiada de trabalhar junto de jovens que se encontram em situação de risco. Assim, tentaremos através de um clima aberto e informal, incutir regras, normas e valores nos mesmos, tentando atenuar comportamentos anti-sociais, estimulando ao mesmo tempo, o sentido de pertença no grupo e na sociedade, facilitando o desenvolvimento da comunicação e da socialização, sempre numa tentativa de direccioná-los para a adopção de estilos de vida saudáveis, resultando num acompanhamento adequado e profissional na construção do projecto de vida de cada indivíduo.

Sendo a animação uma forma de educação não formal, aberta e centrada nos interesses e necessidades dos jovens, propomos desenvolver um maior dinamismo junto dos jovens. A principal meta a atingir consiste em motivar os jovens para intervirem activamente, a participarem e a integrarem-se numa sociedade que está em constante mudança.





As actividades propostas, irão de encontro com os talentos naturais dos jovens, de modo a permitir trabalharmos e estimularmos o espírito de grupo, o respeito pelo meio ambiente, sempre numa tentativa de desvio de comportamentos anti-sociais, tais como a delinquência juvenil, a toxicodependência, a marginalidade, entre outros factores de risco.

Determinação das Actividades a realizar:

Actividades Desportivas	Actividades Lúdico Pedagógicas	Actividades Radicais	Actividades de Exterior	Actividades Escolares/Profissionais
Volley	Dinâmicas socioculturais e socioeducativas	Canoagem	Acampamentos	Acompanhamento das tarefas escolares
Futebol		Rappel	Acantonamentos	Vídeos educativos
Basquete	Artes Plásticas	Slide	Trilhos pedestres	Jogos educativos
Andebol	Pintura/Graffiti	Escalada	Jardinagem	Visitas socioeducativas
Pesca	Expressão corporal, musical	Paintball	Agricultura	Visitas socioprofissionais
Natação		BTT		Formação em diversas áreas (escrita, leitura, informática, etc.)
Vela	Artes manuais	Skate		Formação em Informática
Equitação	Fotografia	Corrida de Kartings		Sessões de sensibilização
Ping - pong	Matraquilhos			
Capoeira	Teatro			
Futebol de Rua	Dança			

O cronograma das acções encontra-se em anexo.



PLANIFICAÇÃO

Horários

A equipa faz a gestão da sua intervenção adoptando dois tipos de horários no terreno:

HORÁRIO A	09h00 - 12h30 13h00 -16h30
HORÁRIO B	14h00 - 19h00 20h00 -22h00

A responsável de valência faz o mapa dos horários mensalmente (do dia 16 ao dia 15 do mês seguinte), no entanto este pode ser alterado sempre que houver necessidade de algum justo devido ao trabalho no terreno.

Às 2ª e 3ª feiras toda a equipa rege-se pelo horário A.

O horário B só ocorre às 4ª, 5ª e 6ª feiras e é rotativo pelos vários elementos da equipa.

A responsável de valência quando está no horário A, optou por fazer uma hora de almoço, entrando às 13h30 e saindo às 17h00.



Planificação Semanal de equipa

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Manhã	Reunião de Equipa AR	Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	*	*
Tarde	Planificações e Pesquisas	Reunião de Parceria - casos	Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	*	*
Noite			Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	Giros e/ou actividades	*	*

*Sempre que seja necessário e se justifique a equipa irá trabalhar com os jovens ao fim-de-semana.

Planificação Semanal de equipa técnica

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Manhã		Reunião Técnica do IAC					
Tarde	Reunião técnica*				Reunião de Parceria Intervenção de Rua*		
Noite							

*Dia da semana reservado à reunião técnica/parceria, que ocorrerá quinzenalmente ou mensalmente consoante a necessidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipa de Animação de Rua pretende com a sua intervenção motivar os jovens com comportamentos desviantes para iniciarem a construção do seu projecto vida, desenvolvendo um trabalho sempre adequado com a realidade e aptidões dos jovens em causa.

Pretendemos através das actividades, que os jovens possam ocupar grande parte dos seus tempos livres, e deste modo, para podermos desenvolver as capacidades de cada um. Desejamos que os jovens possam ser inseridos num meio escolar, ocupacional e até mesmo profissional, para deste modo podermos afirmar que existem menos jovens excluídos do sistema social.

Tentar sensibilizar/formar jovens como agentes de mudança para o papel de mediação social, para no futuro serem eles os primeiros a trabalharem para outros jovens. No geral, ambicionamos trabalhar com jovens e reintegrá-los na sociedade como qualquer outro membro. Da intervenção da nossa equipa esperamos desenvolver um bom trabalho que facilite a reintegração destes jovens quer ao nível pessoal, social e profissional, assim como construção conjunta do projecto de vida de cada um destes jovens.

A equipa defende que este tipo de intervenção no terreno é fundamental e premente, e só visualiza o seu sucesso se for garantido os meios para o aplicarmos no terreno, nomeadamente os recursos humanos, financeiros, e materiais.

Ambicionamos crescer como profissionais e como equipa, o que facilitará a realização do trabalho que nos propomos realizar.

ANEXO E

GUIÃO DE ENTREVISTA
AOS TÉCNICOS DA VALENCIA DE ANIMAÇÃO DE RUA

1. Nome: _____ Idade: _____
- 2.
3. Qual a tua função na Equipa de Animação de Rua?
 - Profissão _____
 - Horário: _____
 -
4. Gostas do que fazes? Porque vieste para aqui?
5. Descreve-me as tuas rotinas diárias:
6. Quais os pressupostos que estão por detrás da vossa intervenção?
7. Que dinâmicas e estratégias utilizas para cativar as crianças e jovens?
8. Como é que as crianças e jovens vêm a vossa postura na rua?
9. Como entendem a sua permanência na rua?
10. Como observas o futuro daquelas crianças e jovens?

**GUIÃO DE ENTREVISTA
AOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA**

1. Data de Nascimento: _____ (Idade: _____)
2. Quais são as tuas ocupações neste momento?
 - Escola (ano de frequência / conclusão) _____
 - Emprego (profissão) _____Gostas do que fazes? Como foi a escolha?
3. Descreve-me a tua rotina diárias.

EU...  A RUA

4. Vives aqui desde quando: _____ (mm/aaaa)
5. Lembraste de como foi o teu primeiro dia na Rua?
 - O que sentiste?
 - Porque vieste para cá?Gostas de estar aqui?
6. Se eu te pedisse para descreveres o “teu” espaço, como o farias?
7. Como estão os animadores de rua a apoiar-te neste momento?
8. Gostas deles? Participas nas suas actividades?
9. De que forma te estão a preparar para a vida activa?
10. Descreve-me o que significa para ti:
 - Viver na Rua;Animação de rua.

EU...  A RUA  A FAMILIA

11. Descreve-me como era viver com a tua família.
12. Porque optaste por “sair” de casa?
13. Que tempo passas com a tua família? Como é essa relação?
14. Imagina que hoje é o último dia que “vives” aqui na rua. Quais são os teus planos para a entrada num mundo novo? O que pensas fazer?

ANEXO G

PROBLEMÁTICAS SOCIAIS / CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS GIROS

Problemática	Definição	Indicadores
Fugas reiteradas	Crianças/ jovens que frequentemente fogem de lar seja familiar ou institucional.	<ul style="list-style-type: none"> • N° de fugas da família • N° de fugas de lares de acolhimento
Frequência de locais problemáticos	Crianças/ jovens que frequentam locais escuros e isolados, que são frequentados por adultos ou jovem com padrões de comportamento anti-social ou desviantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Locais de tráfico de drogas; • Locais de prostituição; • Locais de consumo de álcool, tabaco e substâncias ilícitas; • Frequentadores com comportamentos desviantes.
Negligência Parental exercida pelos pais e filhos	Situação em que as necessidades físicas básicas da criança e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis), embora não de uma forma manifestamente intencional de causar danos à criança.	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência de locais em horas impróprias (criança entregue a si própria); • A brincar na rua até horas tardias; • Falta de cuidados de higiene, nutricionais e de saúde; • Repetidos acidentes domésticos por negligência; • Fome e falta de protecção do frio.
Maus-tratos	São todas as situações e práticas parentais ou de adultos omitidas, que podem por em perigo e afectar a criança sob o ponto de vista físico e psicológico.	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono; • Sinais físicos tais como: nódoas negras, arranhões, falta de cabelo, feridas, queimaduras, mordeduras, cortes, etc.

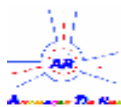
Mendicidade	A criança/ jovem é utilizada habitualmente ou esporadicamente para mendigar ou é a criança que exerce a mendicidade por sua iniciativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças/ jovens a pedirem esmola nas ruas, portas de igrejas, sós ou acompanhados;
Pedofilia	É caracterizada pela atracção por crianças ou adolescentes sexualmente imaturos, com os quais os portadores procuram excitação sexual associada à proibição social, ou seja, é uma desordem mental designada por parafilia.	<ul style="list-style-type: none"> • Quando constatamos que certos indivíduos estão em determinados locais e a horas pontuais, dentro de veículos, e que olham de uma maneira particular para as crianças/ jovens e oferecem boleia; • Adultos que provocam e perseguem de uma maneira particular os menores; • Isolamento/ medo da relação com os pares;
Gravidez Precoce	É quase sempre uma gravidez não planeada e, por isso, muitas vezes indesejada. Verifica-se em adolescentes/ jovens que ainda não atingiram a maturação física e psicológica, com idades compreendidas entre os 12 – 19 anos, segundo a OMS. Também se aplica a grupos de jovens vulneráveis ou em risco (Entre os 15- 24 anos).	<ul style="list-style-type: none"> • Uso e abuso de álcool e de outras substâncias psicoactivas; • Relações sexuais desprotegidas de meios anticoncepcionais; • Afastamento do meio escolar; • DST'S; • Insucesso escolar;
Prostituição	Troca consciente de favores sexuais por interesses não sentimentais ou afectivos. A troca de sexo e dinheiro não é uma regra.	<ul style="list-style-type: none"> • Vestuário que chama a atenção; • Frequência de locais escuros e isolados; • Entrada e saídas constantes de diferentes veículos;
Consumo de estupefacientes	Consumo abusivo de substâncias químicas e psicoactivas que introduzida no organismo vivo, modificam	<ul style="list-style-type: none"> • Ansiedade/ agitação; • Dilatação/ compressão das

	<p>uma ou mais das suas funções. Esta definição engloba as substâncias lícitas e ilícitas.</p>	<p>pupilas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tremores/ transpiração excessiva e convulsões; • Delírios e alucinações; • Irritabilidade/ nervosismo; • Olhos vermelhos; • Apatia e isolamento social; • Suspeita de tudo e de todos (mania da perseguição). • Comichão por todo o corpo; • Euforia; • Estado da magreza/ anorexia; • Consumo de álcool e tabaco (Em menores de 16 anos de idade);
Tráfico de drogas	<p>É toda a actividade desenvolvida à volta do comércio ilegal de substâncias ilícitas, com fins lucrativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desocupação e frequência de locais de tráfico; • Troca de substâncias e dinheiro;
Consumo de álcool e tabaco	<p>Jovens que frequentemente ingerem bebidas alcoólicas em excesso e são fumadores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de jovens fumadores • Número de jovens com comportamentos associados ao abuso do consumo de álcool
Absentismo escolar	<p>Crianças/ jovens que estão matriculados no ensino escolar/ profissional, mas que têm pouca ou nenhuma assiduidade e frequência do mesmo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estão na rua em períodos/ horários escolares; • Desocupação; • Insucesso escolar.
Abandono escolar	<p>O abandono do ensino básico obrigatório por crianças/ jovens em idade escolar, i.e., entre os 6 e os 16 anos de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desocupação; • Baixa qualificação

	idade.	<p>profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desemprego; • Frequência de locais em períodos e horários escolares. • Insucesso escolar; • Inexistência de matrícula no ensino básico obrigatório.
Exploração Infantil/ Trabalho Infantil	Para obter benefícios económicos, a criança/ jovem é obrigada à realização de trabalhos sejam, ou não, domésticos), que excedem os limites do habitual que deveriam ser realizados por adultos, e que interferem claramente na vida escolar da criança/ jovem.	<ul style="list-style-type: none"> • A criança participa em actividades laborais de forma contínua ou por períodos de tempo; • A criança não participa em actividades sociais e académicas próprias da sua idade; • A criança transporta grandes quantidades de compras das lojas ou mercearias, que excedem as suas capacidades físicas; • Insucesso escolar.
Vandalismo	É o acto de danificar uma coisa que seja propriedade de outra pessoa.	<ul style="list-style-type: none"> • A destruição caixotes de lixo; • Pintar paredes e muros; • Destruição de sinais de trânsito; • Destruição de árvores e plantas em jardins; • Destruição de bancos, etc.
Furtos	É a subtracção de uma coisa alheia para si ou para outrem, sem emprego de violência.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada e saída de lojas, sem comprar nada; • A rondar viaturas em parques de estacionamento isolados;

		<ul style="list-style-type: none"> • Entrada ou saídas por janelas;
Roubos	É a subtração de uma coisa alheia para si ou para outrem, mas com emprego de violência e/ou ameaça.	<ul style="list-style-type: none"> • Arrancar violentamente malas de senhoras e pastas; • Assaltos a caixas Multibanco usando a ameaça ou violência;
Comportamentos Agressivos	Quando a criança manifesta comportamentos agressivos para com os pares, familiares, e outros.	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens com baixa tolerância à frustração; • Explosões de raiva frequentes; • Agressão aos pares, familiares e outros.

Nota: As problemáticas sociais, enunciadas no quadro, são basicamente as que afectam os jovens em situação de rua. Estas são de diferentes esferas, com determinadas definições e indicadores. O quadro abaixo mencionado, ajuda a identificar cada uma das problemáticas bem como os seus possíveis indicadores., observada pelos técnicos durante os giros (diurnos ou nocturnos).



PLANIFICAÇÃO

Elaborado por: Sara, Honório

<u>ACTIVIDADE</u>	
Giro Nocturno	
DATA: 18/04/2008 DURAÇÃO: 2h HORÁRIO: 20h às 22h	<u>MONITORES</u> <input type="checkbox"/> GISELA MELO <input type="checkbox"/> SARA MEDEIROS <input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO AGUIAR <input type="checkbox"/> PEDRO PACHECO <input type="checkbox"/> GRAÇA REGO <input type="checkbox"/> HELENA BENJAMIM <input checked="" type="checkbox"/> CARLA REGO (ESTAGIAR L) <input checked="" type="checkbox"/> MÓNICA RODRIGUEZ (SVE) <input type="checkbox"/> PEDRO GOMES (APPJ) <input type="checkbox"/> RUI SANTO (IAS) <input type="checkbox"/>
<u>PÚBLICO - ALVO A ABRANGER</u> <ul style="list-style-type: none">•• Jovens que estejam a ser acompanhados pela equipa e que não tenham comparecido à actividade do dia anterior ou à que decorre esta tarde• Jovens que apresentem comportamentos desviantes	
<u>OBJECTIVOS GERAIS</u> <ul style="list-style-type: none">✓ Prevenir comportamentos desviantes.✓ Desenvolver as competências pessoais e sociais do grupo alvo.✓ Promover auto e hetero-conhecimento.	<u>OBJECTIVOS ESPECÍFICOS</u> <ul style="list-style-type: none">✓ Encontrar jovens pertencentes ao grupo, que não tenham comparecido à actividade anterior.✓ Diagnosticar zonas problemáticas✓ Referenciar jovens que apresentem comportamentos desviantes
<u>HORAS</u>	<u>ACTIVIDADE</u>
20h 22h	Início do Giro Fim do Giro
<u>MATERIAL</u> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Máquina Fotográfica<input type="checkbox"/> Máquina filmar<input type="checkbox"/> Estojos Primeiros Socorros<input checked="" type="checkbox"/> Transporte Refeição:	

Verba Financeira:

Material:

Bloco de notas

ANEXO I

PLANIFICAÇÃO SEMANAL

7 a 11 de Abril

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Manhã	<u>Reunião AR</u> (Todos)	<u>Giro</u> <u>/acompanhamento</u> <u>escolar (carrinha)</u> Sara Pedro	<u>Giro</u> <u>/acompanhamento</u> <u>escolar</u> Gisela Mónica	<u>Giro</u> <u>/acompanha</u> <u>mento</u> <u>escolar</u> Gisela Mónica	<u>Giro</u> <u>/acompanha</u> <u>mento</u> <u>escolar</u> Sara Honório		
	<u>Acompanhamento</u> <u>escolar(carrinha)</u> (Pedro Gomes)	<u>Decoração das</u> <u>Máscaras de</u> <u>Gesso</u> Honório Gisela Mónica	<u>Formação CPS</u> (Lena, Graça e Pedro Gomes)	<u>Formação</u> <u>CPS</u> (Lena, Graça e Pedro Gomes)	<u>Dinâmicas</u> Gisela Mónica		
		<u>Reunião IAC</u> (Graça, Lena e Carla)				<u>Formação</u> <u>CPS</u> (Lena, Graça e Pedro Gomes)	
Tarde	<u>Giro/acompanhamento</u> <u>escolar</u> Gisela Honório	<u>Reunião de casos</u> (Todos)	<u>Giro</u> Sara Honório	<u>Giro</u> <u>/acompanha</u> <u>mento</u> <u>escolar</u> Gisela Mónica	<u>Giro</u> <u>/acompanha</u> <u>mento</u> <u>escolar</u> Gisela Honório		
			<u>Malabarismo</u> Gisela Mónica	<u>Actividades</u> <u>desportivas</u> Sara Honório	<u>Malabarism</u> <u>o</u> Mónica Sara		

	<u>Máscaras de gesso</u> Sara Pedro Mónica		<u>Formação CPS</u> (Lena, Graça e Pedro Gomes)	<u>Formação CPS</u> (Lena, Graça e Pedro Gomes)	<u>Formação CPS</u> (Lena, Graça e Pedro Gomes)		
	<u>Planificações</u> Carla Graça <u>Sede</u> Helena		<u>Visita Frederico</u> Sara Honório				
Noite	-----	-----	<u>Viragens</u> Sara Honorio	<u>Giro</u> Sara Honório			

ANEXO J



INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA – AÇORES
VALÊNCIA ANIMAÇÃO DE RUA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA RESPONSÁVEL DA VALÊNCIA

PERÍODO REFERENTE À AUTO-AVALIAÇÃO: DE / / A / /

IDENTIFICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPA
Nome: _____ Categoria profissional: _____

INDICADORES	ESCALA DE AVALIAÇÃO				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Necessita de desenvolvimento	Insuficiente
ASSIDUIDADE Compareceu frequentemente no local de trabalho segundo o horário laboral.					
PONTUALIDADE Cumpriu o horário de início e do termo do trabalho definido no contrato de trabalho.					
ÉTICA PROFISSIONAL Agiu com discrição, sigilo e respeito, de acordo com os princípios do seu trabalho e da instituição.					
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO Utilizou adequadamente o local de trabalho e os equipamentos.					
TRABALHO EM EQUIPA Teve capacidade de interagir e de cooperar com os seus colegas de trabalho no sentido de juntos atingirmos os objectivos da valência.					
COMUNICAÇÃO Teve capacidade de se expressar de forma clara e objectiva assim como teve capacidade de ouvir os outros (superiores, colegas, crianças e jovens) e transmitir o feedback claro e objectivo.					
CRIATIVIDADE Sempre que necessário, teve a capacidade de apresentar ideias novas para o desenvolvimento de determinadas actividades na valência (actividades lúdicas, formas de registo, entre outros)					
INOVAÇÃO Sempre que necessário, teve capacidade de apresentar ideias para o desenvolvimento de determinadas actividades na valência (actividades lúdicas, formas de registo, entre outros). A inovação poder constituir o resultado da adaptação de algo que já existe no exterior e que não implica um comportamento criativo por parte da organização					
TOMADA DE DECISÃO Teve capacidade de tomar decisões para resolver da melhor forma determinados problemas ou situações previstas ou imprevistas.					
CONFLITO E NEGOCIAÇÃO Teve capacidade de gerir conflitos (os conflitos surgem devido à discordância de ideias, a diferentes pontos de vista, a desejos desiguais, a interpretações distintas das situações, a valores opostos) de forma colaborativa (procura da satisfação do interesse de ambas as partes) recorrendo à negociação.					

INDICADORES	ESCALA DE AVALIAÇÃO				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Necessita de desenvolvimento	Insuficiente
ASSERTIVIDADE Teve capacidade de defender os seus direitos pessoais e exprimir pensamentos, sentimentos e convicções de forma apropriada, directa e honesta, de modo a não violar os direitos dos outros (superiores, colegas, crianças e jovens).					
RESPONSABILIDADE Demonstrou-se sempre responsável por todas as funções solicitadas.					
DISPONIBILIDADE Demonstrou-se e/ou esteve sempre disponível para responder a todas as tarefas solicitadas.					
PROACTIVIDADE Em determinadas situações, teve capacidade de se antecipar a situações, necessidades e problemas futuros. A proactividade implica disponibilização, antecipação, perspicácia, sentido de rapidez, iniciativa, agilidade, responsabilidade e consciência.					
GESTÃO DO TEMPO DE TRABALHO Teve capacidade de gerir o seu tempo de trabalho (registos, planificações, giros, actividades lúdicas).					
QUALIDADE DO TRABALHO Teve capacidade de realizar o seu trabalho de forma organizada, clara, persistente e objectiva.					
APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO Teve capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na formação académica e em contexto de trabalho (formações, seminários, leitura de documentos, entre outros).					
ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS Teve capacidade de se adaptar à mudança que ocorreu na valência (por exemplo na nova forma de registo, na nova forma de planificar actividades, entre outros).					
EFICÁCIA Teve capacidade de realizar todos os trabalhos solicitados dentro do prazo estabelecido.					
EFICIÊNCIA Teve capacidade de realizar todos os trabalhos solicitados dentro do prazo estabelecido, utilizando da melhor forma os recursos disponíveis.					
MOTIVAÇÃO Ao longo do seu trabalho demonstrou-se sempre motivado para o desenvolvimento de todas as funções. (A motivação implica forças energéticas responsáveis pelo desenvolvimento do comportamento; acção e esforço, ou seja, o comportamento observado; prolongamento do tempo do comportamento motivado; e o reforço das acções anteriores).					
SATISFAÇÃO Ao longo do seu trabalho demonstrou-se sempre satisfeito com o desenvolvimento de todas as funções, com a interacção entre colegas e superiores hierárquicos, com seguimento de determinadas regras e normas da valência e com as condições de trabalho.					

ANEXO K



INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA – AÇORES
VALÊNCIA ANIMAÇÃO DE RUA

AUTO - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA RESPONSÁVEL DA VALÊNCIA

PERÍODO REFERENTE À AUTO-AVALIAÇÃO:		DE / / A / /			
IDENTIFICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPA					
Nome:		Categoria profissional:			
INDICADORES	ESCALA DE AVALIAÇÃO				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Necessita de desenvolvimento	Insuficiente
ASSIDUIDADE Compareci frequentemente no local de trabalho segundo o horário laboral.					
PONTUALIDADE Cumprir o horário de início e do termo do trabalho definido no contrato de trabalho.					
ÉTICA PROFISSIONAL Agi com discrição, sigilo e respeito, de acordo com os princípios do seu trabalho e da instituição.					
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO Utilizei adequadamente o local de trabalho e os equipamentos.					
TRABALHO EM EQUIPA Tive capacidade de interagir e de cooperar com os meus colegas de trabalho no sentido de juntos atingirmos os objectivos da valência.					
COMUNICAÇÃO Tive capacidade de me expressar de forma clara e objectiva assim como tive capacidade de ouvir os outros (superiores, colegas, crianças e jovens) e transmitir o feedback claro e objectivo.					
CRIATIVIDADE Sempre que necessário, tive a capacidade de apresentar ideias novas para o desenvolvimento de determinadas actividades na valência (actividades lúdicas, formas de registo, entre outros)					
INOVAÇÃO Sempre que necessário, tive capacidade de apresentar ideias para o desenvolvimento de determinadas actividades na valência (actividades lúdicas, formas de registo, entre outros). A inovação poder constituir o resultado da adaptação de algo que já existe no exterior e que não implica um comportamento criativo por parte da organização					
TOMADA DE DECISÃO Tive capacidade de tomar decisões para resolver da melhor forma determinados problemas ou situações previstas ou imprevistas.					
CONFLITO E NEGOCIAÇÃO Tive capacidade de gerir conflitos (os conflitos surgem devido à discordância de ideias, a diferentes pontos de vista, a desejos desiguais, a interpretações distintas das situações, a valores opostos) de forma colaborativa (procura da satisfação do interesse de ambas as partes) recorrendo à negociação.					

INDICADORES	ESCALA DE AVALIAÇÃO				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Necessita de desenvolvimento	Insuficiente
ASSERTIVIDADE Tive capacidade de defender os meus direitos pessoais e exprimir pensamentos, sentimentos e convicções de forma apropriada, directa e honesta, de modo a não violar os direitos dos outros (superiores, colegas, crianças e jovens).					
RESPONSABILIDADE Demonstrei-me sempre responsável por todas as funções solicitadas.					
DISPONIBILIDADE Demonstrei-me e/ou estive sempre disponível para responder a todas as tarefas solicitadas.					
PROACTIVIDADE Em determinadas situações, tive capacidade de me antecipar a situações, necessidades e problemas futuros. A proactividade implica disponibilização, antecipação, perspicácia, sentido de rapidez, iniciativa, agilidade, responsabilidade e consciência.					
GESTÃO DO TEMPO DE TRABALHO Tive capacidade de gerir o meu tempo de trabalho (registos, planificações, giros, actividades lúdicas).					
QUALIDADE DO TRABALHO Tive capacidade de realizar o meu trabalho de forma organizada, clara, persistente e objectiva.					
APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO Teve capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na formação académica e em contexto de trabalho (formações, seminários, leitura de documentos, entre outros).					
ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS Tive capacidade de me adaptar à mudança que ocorreu na valência (por exemplo na nova forma de registo, na nova forma de planificar actividades, entre outros).					
EFICÁCIA Tive capacidade de realizar todos os trabalhos solicitados dentro do prazo estabelecido.					
EFICIÊNCIA Tive capacidade de realizar todos os trabalhos solicitados dentro do prazo estabelecido, utilizando da melhor forma os recursos disponíveis.					
MOTIVAÇÃO Ao longo do meu trabalho demonstrei-me sempre motivado para o desenvolvimento de todas as funções. (A motivação implica forças energéticas responsáveis pelo desenvolvimento do comportamento; acção e esforço, ou seja, o comportamento observado; prolongamento do tempo do comportamento motivado; e o reforço das acções anteriores).					
SATISFAÇÃO Ao longo do meu trabalho demonstrei-me sempre satisfeito com o desenvolvimento de todas as funções, com a interacção entre colegas e superiores hierárquicos, com seguimento de determinadas regras e normas da valência e com as condições de trabalho.					

EMOÇÕES E STRESS Tive capacidade de gerir as minhas emoções assim como tive capacidade de gerir o meu stress proporcionado por determinadas situações, de modo a não prejudicar o funcionamento de todo o trabalho na valência.					
INDICADORES	ESCALA DE AVALIAÇÃO				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Necessita de desenvolvimento	Insuficiente
LIDERANÇA Tive capacidade de coordenar todo o trabalho desenvolvido na valência. (Para Kossen ¹ , a capacidade de liderança implica o domínio de certas características, nomeadamente a capacidade de resolver problemas de forma criativa, capacidade de ouvir e comunicar, forte ambição para percorrer determinados objectivos, diversos interesses e sociabilidade, uma atitude sincera relativamente aos empregados, autoconfiança, entusiasmo, autodisciplina, saber estar e estabilidade emocional.					

OUTROS ASPECTOS

ASSINATURA

(Pessoa que efectuou a auto – avaliação)

¹ Cf. J. A Oliveira e Rocha, Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública, Escolar Editora, 2ª Edição, Lisboa, 2007, p. 68.

GRELHA DE REGISTO DE GIROS



DATA: 07/05/2008					
Giro Diurno <input type="checkbox"/>			Giro Nocturno <input checked="" type="checkbox"/>		
Gisela Melo	<input type="checkbox"/>	Honório Aguiar	<input type="checkbox"/>	Outro	Monica Rodriguez
Sara Medeiros	<input checked="" type="checkbox"/>	Graça Rego	<input type="checkbox"/>	Outro	Pilar
Pedro Pacheco	<input type="checkbox"/>	Helena Benjamim	<input type="checkbox"/>	Outro	

Zona/Local/Rua	Hora	Criança/ Jovem Visualizado	Idade	Sexo		Área de residência	Acompanhados pela instituição	Indicadores	Problemática associada	Intervenção		
				Feminino	Masculino					Visualização	Abordagem	Visita domiciliária
Bairro das Laranjeiras	20:20	Frederico Ponte	16	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	São Pedro	Sim	Desocupado	Desocupação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Travessa das Laranjeiras	20:45	Cláudia Carvalho	16	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	São José	Viragens?		Gravidez na adolescência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Largo Mártires da Pátria	21:10	Frederico Cabral	17	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	São Pedro	Sim	Traficar droga A consumir estupefacientes (AX) Desocupado	Tráfico de droga Consumo de estupefacientes Desocupação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações

Frederico Ponte - Não está nas actividades da Alternativa. Quer frequentar actividades da Animação de Rua.



Registo da Reunião de Parceria:

DATA: / /2008

Elaborado por:

INTERVENIENTES

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	PRESENCAS
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>

ASSUNTOS	INFORMAÇÕES / RESOLUÇÕES / DELIBERAÇÕES / PLANIFICAÇÕES
	<ul style="list-style-type: none">▪